



O Neoconservadorismo e a Política Externa dos Estados Unidos da América

Marco Aurélio Ferreira Victorino Cerqueira

Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – Área de Especialização em Relações Internacionais

Fevereiro, 2022

O Neoconservadorismo e a Política Externa dos Estados Unidos da América

Marco Aurélio Ferreira Victorino Cerqueira

Trabalho apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais – Área de especialização em Relações Internacionais, realizado sob a orientação científica de Tiago Moreira de Sá

Lisboa, 2022

O Neoconservadorismo e a Política Externa dos Estados Unidos da América

Marco Aurélio Ferreira Victorino Cerqueira

Resumo

Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 proporcionaram uma mudança no panorama das Relações Internacionais ao trazer ao centro do debate novamente um pensamento sobre política externa que na visão de muitos estava adormecido desde o encerramento da Guerra Fria: o neoconservadorismo. A administração de Ronald Reagan foi considerada como um período de aplicação dos métodos desta doutrina, mesmo quando tal ainda não havia sido reconhecida e, portanto, desde o fim das tensões entre Estados Unidos e União Soviética, com êxito dos norte-americanos, pensava-se que estava decretado o seu fim. Contudo, os ataques às torres do World Trade Center e ao Pentágono comprovaram o equívoco que era a constatação de que o neoconservadorismo havia exaurido sua presença na política externa norte-americana, vide a administração de George W. Bush que utilizou dos seus conceitos na “Guerra ao Terror”.

Neste sentido, o neoconservadorismo é uma escola de política externa tipicamente norte-americana, de relevância político-intelectual para a atuação dos EUA no cenário internacional, que fez uso da “americanidade” em momentos históricos desta nação. Baseada nos princípios da democracia, nacionalismo, poder militar e liberalismo económico, a escola neoconservadora foi de grande importância na elaboração da grande estratégia hegemónica, conceito que define a tática elaborada para alcance e manutenção da posição de superioridade norte-americana no sistema internacional e, portanto, ao contrário dos que anunciam o seu fim, ainda faz-se bem presente na conjuntura política dos EUA.

Palavras-Chave: Neoconservadorismo, Democracia, Poder Militar, Excepcionalismo, Hegemonia, Política Externa, Americanidade.

Neoconservatism and United States Foreign Policy

Marco Aurélio Ferreira Victorino Cerqueira

Abstract

The events of September 11th, 2001 provided a change in the scenario of International Relations bringing to the heart of the debate again a thought about foreign policy that in the sight of a lot of people was asleep since the end of the Cold War: the neoconservatism. Ronald Reagan's administration was considered as a period of application of the methods of this doctrine even when this one wasn't recognized so, since the end of tensions between United States and Soviet Union with triumph of the americans, in the same period of the acknowledgement of the neoconservative school, there was a conclusion it had come to the end. However, the World Trade Center and Pentagon's attacks proved the mistake thinking it was the end of neoconservatism in american foreign policy, as it's able to see in George W. Bush's administration that used its concepts in the "War on Terror".

In this way, neoconservatism is a typical American school of foreign policy that owns intellectual-political relevance for the United States' acting on the international scenario that used the "americanism" in historical moments of this nation. Based on the principles of democracy, nationalism, militar power and free market, the neoconservative school had great importance in elaboration of the grand strategic hegemony, concepts that defines the tactic to reach and maintain the United States' position of superiority in the international system and, therefore, instead who announce its end, neoconservatism is still present in the political situation of the United States of America.

Key Words: Neoconservatism, Democracy, Military Power, Excepcionalism, Hegemony, Foreign Policy, Americanism.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Estado da Arte	6
3. Capítulo I: Histórico	11
3.1. Excepcionalismo Americano	11
3.2. Surgimento da Ideia.....	14
3.3. Evolução e Confirmação	19
3.4. O Fim do Neoconservadorismo?	25
4. Capítulo II: Características da Esc. Neoconservadora de Política Externa	34
4.1. Grande Estratégia Hegemônica	34
4.2. Internacionalismo Nacionalista	37
4.3. Unilateralismo	44
4.4. Democracia	50
4.5. Poder Militar	56
5. Capítulo III: Era Bush: O Ressurgimento do Neoconservadorismo	62
5.1. Governo Bush - Primeiro Mandato	63
5.2. Guerra do Iraque - Tradução do Pensamento Neoconservador	74
5.3. Governo Bush - Segundo Mandato	80
6. Capítulo IV: A Escola Neoconservadora e as Teorias das RI	87
6.1. Neoconservadorismo x Realismo	87
6.2. Neoconservadorismo x Liberalismo	98
6.3. A Escola de Pensamento Neoconservadora de Política Externa..	105
7. Conclusão.....	109
8. Bibliografia	118

1. Introdução

A presente dissertação enquadra-se no Mestrado de Ciência Política e Relações Internacionais, com especialização em Relações Internacionais, no sentido de obtenção do grau de Mestre, tendo como objetivo principal a análise da relação do pensamento neoconservador com a política externa dos EUA, com destaque especial para o último momento em que o neoconservadorismo dominou a política externa norte-americana, durante a administração do presidente George W. Bush, período que é possível dizer que o objeto central deste estudo foi mais influente nas decisões políticas dos EUA.

Levando em consideração a especialização deste mestrado e a área em que encontra-se inserido, este tema não só é pertinente, como permite abordar questões fundamentais que são referentes às Relações Internacionais como a hegemonia dos EUA no sistema internacional; promoção da democracia no exterior e teoria da paz democrática (Doyle, 1986); uso da preempção, conforme determinados autores, como forma de intervenção militar (Cabrita, 2016, p. 269); unilateralismo; forma de internacionalismo do governo de Ronald Reagan nas questões da Guerra Fria (mesmo que os neoconservadores não fossem reconhecidos por este nome ainda); combate ao terrorismo internacional pós-11 de setembro; moralidade nas Relações Internacionais; relação dos EUA com instituições internacionais; posicionamento neoconservador relativamente às teorias das relações internacionais, entre outros que serão mencionados durante esta dissertação.

O presente estudo tem a seguinte pergunta de partida: Quais valores e práticas adotados pelos neoconservadores em relação à política externa dos EUA que traduzem a “americanidade”, principalmente durante a administração do presidente George W. Bush? É possível argumentar que uma política externa necessita de representações, que são concretizadas em povo, nação, interesses para proteger, ameaças para eliminar. Um Estado, através dessa, constrói uma identidade para si, ao mesmo tempo que articula a identidade de outro Estado e de seu povo (Resende, 2009, p. 7). Desta forma, o objetivo da dissertação é entender qual a perspectiva sobre política externa fornecida pelo neoconservadorismo aos EUA, destacando a administração do presidente Bush, que diferenciaria a América das demais nações. Logo, esta pesquisa dá prioridade à política

externa dos EUA, porém, o neoconservadorismo em sua totalidade abrange uma vastidão de questões, como sociais, históricas e filosóficas, que virão também a ser mencionadas, a fim de que, dentro do contexto, possam ser objetos elucidativos para o entendimento do tema central.

Considerando a forma de análise que se pretende realizar, referente à relação entre o pensamento neoconservador e a política externa norte-americana, por haver especificidades e momentos determinantes, esta dissertação não poderia estar limitada somente ao contexto cronológico do governo de George W. Bush, apesar de saber que foi o período em que o neoconservadorismo teve mais força dentro da Casa Branca. Por esta razão, este momento terá um destaque significativo, com um capítulo destinado somente a ele, como forma de traduzir o pensamento neoconservador. Sendo assim, a análise iniciar-se-á nos primórdios da concepção da ideia de “americanidade”, oriunda dos colonizadores britânicos de vertente religiosa puritana e chegará na fase embrionária da ideia de neoconservadorismo, entre as décadas de 1930 e 1940. Incluirá também o momento de mudança de posicionamento, por volta da década de 1970, devido ao movimento de contracultura, onde o pensamento filosófico de Leo Strauss teve notável influência, além de registrar a época de maior sucesso, a década de 1980, durante a administração de Ronald Reagan. O momento de suposta “morte” (Phodoretz, 1995, p. 25) desta corrente será citado, na década de 1990 e, enfim, o retorno da escola neoconservadora, durante o governo Bush, após 11 de setembro de 2001.

Na investida de trabalhar os componentes e as origens do neoconservadorismo norte-americano, dentre um número significativo de acadêmicos que serão referidos, o principal autor a ser consultado nesta investigação é Irving Kristol. Esta é uma opção natural, já que Kristol é reconhecido e citado de maneira ampla, seja pelos próprios neoconservadores, ou por aqueles que rejeitam suas ideias, como o “pai” do neoconservadorismo. A história de Irving Kristol confunde-se com a história da própria escola neoconservadora, já que ele começou a obter destaque nos meios acadêmico e político por ser o principal nome a criar e demarcar o espaço do neoconservadorismo nestes setores dentro dos EUA. Logo, por mais que outros nomes que serão usados como referência tenham relevância, entre eles alguns presidentes dos EUA, Irving Kristol tem lugar especial como fonte desta investigação.

Após identificar a problematização do estudo, torna-se necessário explicar a justificativa metodológica escolhida. Como referido anteriormente, esta dissertação

pretende analisar os princípios e os métodos de política externa adotados pelos que viriam a ser denominados como neoconservadores em seus momentos históricos de maior destaque, justificados pelo sentimento de excepcionalidade dos EUA ao longo de sua trajetória como nação desde sua colonização. Logo, foram consultadas fontes primárias, como discursos de John Winthrop, líder do primeiro grupo de puritanos a partir para a então Nova Inglaterra, e dos ex-presidentes Ronald Reagan e George W. Bush. Ao mesmo tempo, a maior fonte de consulta para a produção desta pesquisa é a bibliografia sobre o tema principal e os assuntos relacionados a ele, como as ideias do neoconservadorismo, noções de excepcionalismo americano, estratégias políticas do governo Reagan durante a Guerra Fria, ideias de excepcionalismo americano, política externa do governo Bush após o 11 de setembro de 2001 e a presença norte-americana no Médio Oriente. Portanto, o texto é majoritariamente fundamentado em pesquisa qualitativa, com complementos de pesquisa quantitativa.

Esta dissertação será dividida em quatro capítulos que estarão conectados entre si. Cada capítulo vem a servir como introdução aos capítulos seguintes, uma vez que resgatam componentes dos capítulos anteriores e são todos significativamente importantes para o entendimento do tema central. Ao final dos quatro capítulos serão feitas considerações finais como forma de conclusão.

No primeiro capítulo o objetivo será analisar o neoconservadorismo em seu panorama histórico. O capítulo foi dividido em quatro partes para entendimento do surgimento e desenvolvimento do pensamento neoconservador. A primeira parte, como um preâmbulo, falará sobre um conceito que é uma das raízes do neoconservadorismo: o excepcionalismo americano. Este conceito será o primeiro a ser exposto por justificar todo o método de atuação da escola neoconservadora na política externa. Neste, há o pensamento de que os EUA são uma nação especial, que está em posição de superioridade às demais desde seu nascimento, seja pela sua formação cristã, através do puritanismo ideológico ou pelo distanciamento da corrupção instalada na Europa, por isso, tem um dever moral de ser um missionário em escala global, propagando seus valores pelo mundo. A segunda parte é onde se inicia de facto o contexto histórico do neoconservadorismo, ainda que em seu período embrionário, nos anos 1930, através da denominada família intelectual de Nova Iorque, como o nome diz, um grupo de intelectuais posicionados no espectro político da esquerda, mas antiestalinistas, que lutavam contra a influência do Partido Comunista nos EUA, principalmente devido ao

cenário em que encontrava-se o país após a crise financeira de 1929. Este grupo que ainda tratava somente de assuntos internos dos EUA, aos poucos, foi emigrando da esquerda e ganhando tons mais conservadores, focando em temas como o uso da moralidade na política, tornando-se inspiração para os futuros neoconservadores, entre eles Irving Kristol. No terceiro momento cabe tratar dos períodos de evolução e confirmação da escola neoconservadora na vida política norte-americana. Estes processos ocorrem durante a Guerra Fria, acontecimento que, juntamente com o posicionamento contrário ao movimento de contracultura, defendendo os ideais morais e religiosos inspirados no trabalho de Leo Strauss, promovem a mudança dos neoconservadores de democratas a republicanos, passando a ganhar espaço dentro do partido, principalmente com a eleição de Ronald Reagan. A administração de Reagan foi o momento fundamental para a ascensão dos neoconservadores. A última parte do capítulo trata da suposta morte do neoconservadorismo com o fim da Guerra Fria, especialmente pela ausência da dicotomia “eu x outro”, que expõe uma característica tipicamente americana, devido ao fim da União Soviética. Este momento serve como introdução também para o terceiro capítulo, que trata da “ressurreição” deste pensamento.

O segundo capítulo abordará as principais características da escola neoconservadora que a fazem ter uma perspectiva diferenciada sobre política externa e reavivam a ideia de predestinação dos EUA a serem uma nação ímpar e “iluminarem” o resto do mundo. Logicamente, os temas a serem apresentados, mesmo que possuam um padrão de continuidade ao decorrer do tempo, sofrem influência dos factos históricos apresentados ao longo da dissertação e serão levados em conta nesta parte. Antes de entrar nos temas específicos, por necessidade contextual, o capítulo tratará brevemente do conceito de grande estratégia hegemónica, de modo a compreender a forma de domínio do sistema internacional pelos EUA, de acordo com a prioridade de cada momento no país. As características especiais que definem o neoconservadorismo são: o internacionalismo nacionalista, pelo qual os EUA atuam na política externa visando seus interesses e rejeitando instituições internacionais; o unilateralismo, como único modo de os americanos alcançarem seus objetivos no plano internacional sem obstáculos ao seu poder; a democracia, o grande valor neoconservador, que deve ser divulgado pelo mundo como forma de proteção aos direitos individuais e pacificação do sistema internacional; poder militar, como instrumento fundamental para propagação da democracia para ser usado, caso necessário, contra forças totalitárias. É importante dizer que por ser uma

corrente política, não há um consenso absoluto sobre o tema, por isso, serão trazidas características do neoconservadorismo norte-americano na política externa de aceitação majoritária e grande relevância para o estudo das relações internacionais.

O terceiro capítulo será direcionado ao ressurgimento da escola neoconservadora. Com o propósito de trabalhar um caso concreto, este capítulo aprofundar-se-á na administração do presidente George W. Bush, período em que o neoconservadorismo “ressuscitou”, após ter sua morte decretada por muitos no final do século XX, com o término da Guerra Fria. Inicialmente será analisado o primeiro mandato de Bush, que, se em seus primeiros passos, tinha uma visão comedida para a política externa dos EUA, teve os ataques de 11 de setembro de 2001 como ponto de mudança para seu governo e conseqüentemente para os neoconservadores, que viram a oportunidade de exercer sua hegemonia benevolente no plano internacional e rearticular o discurso de identidade nacional e de americanidade perdido após o fim da Guerra Fria (Resende, 2009, p. 12). A Guerra do Iraque terá destaque como a tradução do pensamento neoconservador, sobretudo no processo de busca de democratização da região com auxílio do poder militar. Finalmente, o segundo mandato de George W. Bush, que já se inicia de maneira diferente do primeiro, sob o domínio dos neoconservadores.

O último capítulo desta dissertação terá como finalidade debater a posição da escola de pensamento neoconservadora de política externa em relação às teorias das relações internacionais. Para isso, as teorias que servirão como objeto de comparação serão as que compõem o debate teórico clássico das relações internacionais, que são o realismo e o liberalismo. Neste momento serão analisados os argumentos que afastam e aproximam o neoconservadorismo destas teorias e sua posição no estudo das relações internacionais.

2. Estado da Arte

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América desenvolveram uma política externa com o objetivo de solidificar uma posição de hegemonia para determinar novas regras internacionais marcadas pela ideologia liberal-democrática, já consagrada no país desde os Pais Fundadores. Este pensamento baseava-se na ideia do excepcionalismo e do destino manifesto que esta nação possui, que resultam no já conhecido nacionalismo americano, que ao associar a razão ao interesse, há o perfeito encaixe no viés democrático que estabelecem um patriotismo refletido (Franco, 2008, p. 139).

A grande estratégia hegemónica norte-americana teve seu alicerce logo no início da formação da nação, na Declaração de Independência das treze colônias, proclamada em 4 de julho de 1776 (Cabrita, 2016, p. 3), cujo um dos objetivos foi construir e legitimar a defesa dos valores que construíram os EUA, que são a democracia, o liberalismo económico (Mandelbaum, 2003, p. 387), o nacionalismo e o moralismo religioso (Kristol, 1993). Valores esses, desenvolvidos desde o período de colonização por meio do puritanismo britânico com o objetivo de criar uma identidade nacional, em especial o último, já que havia um conceito de missão divina designada aos puritanos na Nova Inglaterra que assegurava o seu futuro (Bercovitch, 1978, p. 23). Para defender esses valores, houve uma nova edificação da ordem mundial no que cerne à economia, poder militar, economia, cultura e política no Ocidente, principalmente no continente europeu, visando proteger os interesses da nação. De modo a realizar isto, os EUA tiveram como base quatro escolas de pensamento sobre política externa de destaque (Mead, 2003, p. xviii):

A escola Hamiltoniana acredita no vínculo entre administração nacional e a economia como fundamental para assegurar a estabilidade no âmbito interno e tornar a projeção internacional eficaz, buscando, conseqüentemente, a integração, desde que de forma benéfica, da nação na economia mundial.

A escola Wilsoniana defende que os EUA, além do interesse nacional, têm um dever moral de propagar os seus valores democráticos e sociais pelo mundo e, dessa forma, criar um cenário favorável para a formação de uma comunidade internacional regida pelos princípios do direito.

Já a escola Jeffersoniana acredita que, em primeiro lugar, a política externa norte-americana deve consolidar o modelo democrático no plano interno para, então, propagar os princípios da democracia no plano internacional.

Por último, a escola Jacksoniana crê que o maior objetivo que uma administração dos EUA deve perseguir é a segurança física e o bem-estar económico do seu povo, seja no plano interno, ou externo.

A orientação dessas escolas de pensamento desenvolveu uma política externa única, ao compartilhar seus valores, apesar de suas diferenças, o que gerou uma condução flexível para enfrentar as adversidades que os EUA tiveram ao longo de sua história (Lundestad, 1986, p. 405-421). Desse modo, a abrangência destas escolas de pensamento moldou a grande estratégia hegemónica dos EUA, que teve início no fim do século XVIII e que ainda se faz presente no século XXI.

Neste seguimento, apesar de o objeto desta pesquisa não ser pacificamente definido como uma escola de pensamento em toda a literatura sobre o tema, sendo descrito por alguns como uma tendência ou convicção (Kristol, 2003, p. 1), houve aceitação suficiente na academia para descrever o neoconservadorismo como escola de pensamento dona de uma visão singular que é favorável à promoção de democracia e à utilização do poder militar, além de seu alcance estar conectado à ideia de excepcionalismo (Ikenberry, 2004, p. 8) de que os EUA são uma nação única, com uma obrigação moral perante o mundo (Dias, 2011, p. 253). Atualmente, existe o entendimento de o neoconservadorismo ser uma escola de pensamento sobre política externa tipicamente norte-americana, resultado da fusão das escolas Wilsoniana e Jacksoniana (Vaisse, 2010a, p. 4), ou também denominada como liberal-realista, já que une a vertente do liberalismo, que mira a paz democrática do presidente Wilson e a vertente militar intervencionista do general Jackson (Plattner, 2012), somados ao conceito moral inspirado na religião cristã, dito por Irving Kristol, ser o mais importante pilar do “conservadorismo moderno”, já que este molda o carácter humano (Kristol, 1993).

Por sinal, o moralismo religioso baseado no cristianismo tem um papel fundamental na construção do diferencial para a sociedade e, posteriormente, para a política externa dos EUA. O neoconservadorismo explorou em grande quantidade os pensamentos do filósofo Leo Strauss sobre este tema para conceber sua doutrina. Strauss defende que a religião é um instrumento de considerável importância para a manutenção das sociedades, já que essa, junto com a moralidade, são coisas inseparáveis (Drury, 2005,

p. 37). A moralidade sempre foi justificada na religião e a religião, tida como a expressão da revelação divina é, segundo o filósofo, essencial para que a moralidade e a ordem na sociedade perdurem, argumentando nesta linha que o homem moral é o crente em potencial (Strauss, 1952, p. 140).

A escola neoconservadora, por mais que tenha tido principal destaque em governos do Partido Republicano, em sua origem tinha ideias diferentes das que o partido referido é adepto, visto que emergiu, na década de 1930, no espectro político da esquerda, na conhecida família intelectual de Nova Iorque, cujo pensamento era marxista, porém antiestalinista, com o objetivo de confrontar o crescimento do Partido Comunista e intelectualmente concentrada em assuntos internos (Cabrita, 2016, p. 11). Então, somente na década de 1970, os futuros neoconservadores, no momento em que focaram nas questões de política externa, rumaram para o *Grand Old Party*, devido às afinidades de valores, quando ganhou a alcunha de fenômeno social-intelectual (Harrington, 1973, p. 435).

O período de maior êxito do neoconservadorismo, segundo os próprios neoconservadores, se deu durante a administração do presidente Ronald Reagan e no fim da Guerra Fria, onde foi possível ver a influência do pensamento relevantemente na política externa norte-americana. A luta contra o comunismo e para promover a democracia pelo mundo incentivaram Reagan a colocar nomes como Elliot Abrams, Eugene Rostow e Jeane Kirkpatrick em cargos de importância em termos de relações exteriores (Cabrita, 2016, p. 9). Ao contrário de governos anteriores, que puseram de lado os conceitos defendidos por esse grupo intelectual sobre a defesa dos EUA em relação ao expansionismo soviético, havia convicção de que com a chegada de Reagan à presidência suas ideias seriam colocadas em prática e, com isso, o país assumiria o seu papel no mundo, pois pelo seu discurso, a imagem transmitida para o exterior era de que os conceitos neoconservadores seriam o guia de sua política externa (Bell, 1989, p. 9). Ronald Reagan é visto como uma referência para o neoconservadorismo (Kagan; Kristol, 1996), pois em um dos momentos mais críticos da história dos EUA, personificou-se nos princípios de maior nobreza para os americanos, pois era religioso e nacionalista, crendo que o destino da América, para o bem do mundo, era ser uma grande potência (Bennett, 2000, p. 304).

O triunfo sobre os soviéticos foi relacionado a uma política externa gerida através dos conceitos neoconservadores, por essa razão, o neoconservadorismo foi declarado por

muitos, incluindo alguns de seus fundadores, entre eles Norman Podhoretz e Irving Kristol, como morto devido ao seu sucesso (Kristol, 2003, p. 468), logo, surgiu o debate sobre o desaparecimento dessa escola. A discussão ocorreu devido à argumentação de que os neoconservadores não tiveram a capacidade de prever as mudanças que aconteceriam na União Soviética de Mikhail Gorbatchev (Ehrman, 1995, p. 173) e, como consequência, a perda do inimigo em comum, acentuou as divergências do neoconservadorismo com os conservadores tradicionais. Os neoconservadores, como forma de sustentar a constituição do seu “eu privilegiado” americano, tinham a necessidade de manter o sentimento de “outricidade” (Resende, 2009, p. 9) em relação aos demais povos, precisando haver um rival declarado. Essa estratégia mantinha os marcadores identitários (Mansbach; Rhodes; 2007), que são os valores mencionados anteriormente, vivos e mobilizavam a sociedade americana a respeito das causas relacionadas à política externa.

A “ressurreição” do neoconservadorismo acontece no período temporal que será observado como estudo de caso sobre o tema: o governo George W. Bush. É durante a administração Bush que o neoconservadorismo obtém maior alcance na política externa norte-americana. A relação do governo Bush com os princípios neoconservadores divide-se em cada período (Cabrita, 2016, p. 8). Na primeira administração, de 2001 a 2005, o pensamento neoconservador foi catapultado para o centro do debate político, devido aos ataques de 11 de setembro de 2001 e pela decisão da invasão ao Iraque, que pôs atenção nesta interpretação contemporânea da política externa dos EUA (Fukuyama, 2006, p. 18). Sobre o segundo mandato, de 2005 a 2009, o principal foco do governo foi na promoção da democracia, especialmente no Médio Oriente, pois esta ação seria, juntamente com a segurança, o elemento principal para a política externa norte-americana no combate ao terrorismo (Plattner, 2012). A “Guerra ao Terror”, como ficou conhecido o combate ao terrorismo no Médio Oriente, só foi possível graças a um movimento de recuperação da identidade nacional após a crise dos atentados às Torres Gêmeas e ao Pentágono. As decisões tomadas, seja no âmbito interno ou externo, foram legitimadas pelo povo devido a um sentimento de ser americano e pertencer à América trazidos de volta naquele momento, uma “americanidade”. Conceção esta, adquirida desde o período de colonização dos EUA, por meio dos britânicos puritanos que, com o advento da religião, desenvolveram uma formação ideológica puritana que se traduz nesta americanidade (Resende, 2009, p. 12).

Seja pelo fim vitorioso na era Reagan, ou pelo contestado contributo às Relações Internacionais durante a administração Bush, o neoconservadorismo conquistou sua validade na academia e na vida política dos EUA. Contudo, adequa-se como escola de pensamento com foco na política externa americana, conseqüentemente, não pode ser considerado como teoria das relações internacionais, pois não há a possibilidade de ser observado em outra realidade político-ideológica (Cabrita, 2016, p. 15). As teorias de relações internacionais, ao contrário, têm características mais abrangentes, pois analisam a terceira imagem (Waltz, 2001), ou seja, o sistema internacional e suas complexidades. Deste modo, não se pode comparar o neoconservadorismo com teorias como o realismo e o liberalismo.

Portanto, por mais que muitos advoguem o fim do neoconservadorismo nos dias atuais, a relevância do tema é factível, pois o pensamento carrega conceitos como unilateralismo, internacionalismo não-institucional, poder militar e democracia (Teixeira, 2007b, p. 81), que estão enraizados na política externa norte-americana e continuam a ser vitais para a defesa da hegemonia dos EUA no sistema internacional. Além disso, é fruto do conceito de americanidade originado dos puritanos, criando uma espécie de “religião civil” que, trouxe um progresso pelo consenso para os EUA, o que facilitou o crescimento colonial (Bercovitch, 1978, p. 27-28) e mesmo em períodos recentes como no pós- 11 de setembro, ainda mobiliza a nação para enfrentar os desafios no exterior.

3. Capítulo I: Histórico

3.1 Excepcionalismo Americano

Antes de entrar no desenvolvimento histórico do neoconservadorismo, há um conceito que precisa ser entendido previamente para que seja possível compreender o assunto central nos campos teórico e prático. Este conceito denomina-se excepcionalismo americano. Em essência, o termo é usado para explicar o pensamento de que os EUA são uma nação extraordinária e que possui um papel a cumprir na humanidade, uma nação que além de ser única, é superior a todas as outras (McCrisken, 2002, p. 63). A questão é descrever a origem deste ponto de vista que levou aquele povo em uma nova terra a um lugar objetivo: a construção de uma identidade coletiva da nação (Cabrita, 2016, p. 40).

Este pensamento se consolidou através dos puritanos britânicos, que vieram a ser os colonizadores da Nova Inglaterra. Contudo, antes de se aprofundar como foi tal processo, deve haver uma breve explicação sobre a origem do puritanismo. A denominação “puritano” tornou-se comum no século XVI na Inglaterra para identificar correntes mais radicais durante a conjuntura da Reforma Protestante. Sobre a Reforma, os ensinamentos de nomes como João Calvino e Martinho Lutero eram disseminados pela Europa e, nesse contexto, o rei Henrique VIII da Inglaterra rompe com a Igreja Católica após a recusa do seu pedido de divórcio e cria a Igreja Anglicana, que se torna um símbolo da Reforma Protestante (Resende, 2009, p. 177). Após aproximações e distanciamentos com o Vaticano, o chamado “Acordo Elisabetano”, promulgado pela rainha Elisabete I, desaponta uma linha de calvinistas descontentes com a maneira superficial que a Reforma era tratada na Inglaterra, reconhecendo que a Igreja Inglesa precisava de uma “purificação”. Então, os adeptos dessa corrente calvinista mais “radical” argumentava que os anglicanos ainda tinham resquícios papais (Elliott, 1994, p. 185) e, portanto, defendiam o rompimento tanto com a Igreja de Roma, quanto com a Igreja Anglicana e, com isso, o retorno à prática de um cristianismo mais “puro”, logo, passaram a ser chamados de puritanos.

Para aqueles puritanos, a Bíblia era o grande guia da sociedade em todas as suas esferas. Como na Inglaterra a Igreja Anglicana não estava correspondendo esse grupo de tal maneira, frustrando-o em suas reivindicações políticas e sociais, entenderam que a única maneira de purificar a Igreja era recomeçá-la em outras terras. Para tal decisão, este grupo tinha como inspiração a passagem bíblica que tratava do êxodo do povo hebreu do

Egito para a Terra Prometida. Sob a liderança de John Winthrop, os primeiros puritanos decidem partir para as novas terras crendo ser o povo eleito debaixo de um mandamento de Deus: criar a Nova Canaã (Resende, 2009, p. 184).

Os puritanos que povoaram a Nova Inglaterra viam o mundo, inclusive os homens, como criação divina. Sendo assim, as estruturas e os sistemas que melhoravam a sociedade eram fruto da glória divina. Neste pensamento, as diferenças de classes sociais eram vistas como normais, pois assim, Deus poderia exercer sua graça através dos pobres, que desenvolveriam paciência, obediência e fé e dos ricos, que produziriam compaixão, piedade e amor (Resende, 2009, p. 184). Através destas virtudes, havia a prova da manifestação divina, segundo os conceitos puritanos.

É importante frisar que os puritanos partiram para as terras americanas não por obrigação, mas por vontade própria. De origem calvinista, os puritanos criam na predestinação, ou seja, antes do nascimento as pessoas já estariam destinadas à condenação ou à salvação, logo, eles procuravam em si próprios sinais da graça de Deus que os pudessem distinguir como povo eleito. Como eles mesmos se identificavam como povo escolhido, eram não só direcionados a viver de acordo com a Bíblia, como a purificar a Igreja. Esta crença peculiar gerou um princípio de grande importância para o puritanismo: acreditar na responsabilidade social como missão (Resende, 2009, p. 185). Os puritanos que colonizaram os EUA acreditavam que tinham um dever não só cívico, como religioso de promover o bem-estar não só na sua sociedade, mas também nas outras ao seu redor. Assim, surgia a concepção de uma missão divina de, por serem o povo eleito, combater a maldade e a imperfeição do mundo e expandir a Igreja de Deus.

Assim surge a noção de excepcionalismo, que, como o nome sugere, é um traço único do povo americano que se reflete no seu modo de viver, através da união do espírito de religião com o espírito de liberdade que estão presentes nos cidadãos dos EUA. Com isto, a nação é vista como a terra da democracia, em que o apreço pela religião, a moral e o patriotismo são os guias da sociedade (Tocqueville, 2007, p. 247). Portanto, este conceito estava intimamente associado à evolução nacionalista e cultural do país, sendo fundamental para que fosse construída a imagem da nação e, aliado a este fator, a ideia de que a paz e o excepcionalismo estavam associados e a primeira só seria alcançada através do segundo.

Por estes requisitos, os norte-americanos consideravam-se como uma sociedade modelo com o propósito de transformar o mundo (Perkins, 1995, p. 8). Este conceito

estava inserido na cultura do povo desde o período de colonização, se estendendo à independência, que ao seguir a ideologia republicana e não se conformar com o sistema monárquico colonizador, via a possibilidade de eles próprios mudarem o cenário político mundial. Assim, o sentido de moralidade e excepcionalidade se desenvolveu ao longo do tempo nos EUA (Kissinger, 1996, p. 23). No primeiro momento, pode parecer que a moralidade não possui valor para uma análise sobre política externa moderna, porém, o fator da moral caracteriza o povo americano e norteia o pensamento neoconservador (Cabrita, 2016, p. 42), como será demonstrado ao longo desta dissertação.

A maioria dos Estados possui um modo particular de administrar sua política externa, devido a excentricidades, fatores históricos e culturais de cada um, que formam a sua identidade nacional e, conseqüentemente, se refletem nas suas ações no âmbito internacional. Todavia, o que diferencia os EUA neste cenário é o vínculo entre os princípios do excepcionalismo e a moldagem cultural e intelectual que gere as relações internacionais norte-americanas (McCrisken, 2002, p. 63). Desta forma, ao longo História, o excepcionalismo apresentou-se em duas visões diferentes de acordo com os interesses do país no que cerne à política externa: a primeira apresenta os EUA como uma nação exemplar ao exprimir ideias isolacionistas, anti-imperialistas (Cabrita, 2016, p. 43), sendo a “cidade no topo da colina” (Winthrop, 1630). Já a segunda retrata os EUA em uma posição de maior domínio, através de um papel missionário no mundo, que é demonstrado por uma postura mais internacionalista, como “líder do mundo livre” (McCrisken, 2002, p. 63).

As visões mencionadas possuem interpretações diferentes sobre o conceito da excepcionalidade, mas mantém argumentos fundamentais que perduram ao longo da história americana (Cabrita, 2016, p. 43):

Primeiramente, trata-se do já referido papel particular que a nação norte-americana tem com a humanidade pelo facto de serem uma nação especial. Os EUA são diversas vezes retratados pelos puritanos como uma nova versão da Terra Prometida e o povo americano como escolhido para cumprir um mandamento de Deus. O país era visto como uma terra virgem, perfeita para a criação da sociedade ideal a nível social, religioso e político, sempre debaixo da autoridade divina, que os desviaria das tentações da corrupção (Gilbert, 1961, p. 4).

Em segundo lugar, já anteriormente citado, o afastamento do território norte-americano das ameaças da Europa. A visão do povo americano era de que os sistemas

políticos europeus eram corruptos, preparados para manter o *status quo* favorável às elites, logo, eram donos de uma personalidade exclusivamente de exploração para alcançar seus objetivos expansionistas. Ao contrário, os EUA possuíam um compromisso com a justiça e igualdade (McCrisken, 2002, p. 65), por influência da colonização puritana.

Por último, este argumento define que os EUA atravessariam todas as barreiras e fariam diferença na história da humanidade. Ao contrário das outras nações, os americanos não passariam pelas adversidades que definem a ascensão e queda das grandes potências no sistema internacional, já que eram o “povo eleito”. O pensamento é de que os EUA são a “comunidade imaginada” (Anderson, 1991, p. 7) e baseados no seu caráter excepcional de uma sociedade que lidera o progresso internacional (McCrisken, 2002, p. 65), ultrapassaria os fatores que geram o declínio das potências.

As primeiras noções sobre política que surgiam nos primeiros anos dos EUA como nação independente exprimiam um viés liberal na formação da identidade nacional, que se traduz no institucionalismo liberal e no pacifismo comercial, contudo, carregava forte influência ideológica do moralismo religioso trazido pelos puritanos. Desta forma, no que diz respeito às Relações Internacionais, o excepcionalismo americano surge como argumento inicial para a peculiar política externa norte-americana que apresentou-se ao mundo (Cabrita, 2016, p. 44), promovendo adversários e aliados. Esse conceito proporcionou aos EUA uma flexibilidade maior para seus planos no exterior e, em conjunto com os pressupostos liberais, formar o seu inovador sistema político que se refletiu em todo o sistema internacional.

3.2 Surgimento da Ideia

A literatura, de forma geral, sinaliza que o início da influência da escola neoconservadora sobre a vida social e política dos EUA acontece em meados da década de 1970, associado ao crescimento da representatividade que académicos como Daniel Bell, Nathan Glazer, Jeane Kirkpatrick e, sobretudo Irving Kristol e Norman Podhoretz tiveram. Contudo, o pensamento neoconservador tem seu embrião na denominada família intelectual de Nova Iorque. No início da década de 1930, ainda sob efeitos da Grande Depressão de 1929, a disputa ideológica entre estalinistas e trotskistas se acirrou e enfatizou a opção pelo socialismo como guia deste grupo. Com isso, devido ao

crescimento da influência do Partido Comunista americano na política do momento, um grupo menor de esquerdistas contrários ao poder adquirido pelos estalinistas americanos, criou seu núcleo de resistência em Nova Iorque. Grupo este basicamente designado como liberais anticomunistas de esquerda, conhecidos simplesmente como a família de Nova Iorque (Podhoretz, 1968, p. 110), em que o City College de Nova Iorque foi o cenário inicial da história deste grupo, nos recantos 1 e 2, da esquerda antiestalinista e da pró-estalinista, respetivamente (Kristol, 2003, p. 468).

A família de Nova Iorque começa a ganhar destaque na política norte-americana no ano de 1937, através do relançamento da publicação *Partisan Review* por Phillip Rahv e William Phillips como veículo independente da esquerda anti-estalinista. A nova publicação reunia dois grupos diferentes: um de escritores de origem judaica, como Elliot Cohen e Lionel Trilling e outro oriundo do Comité de Defesa de Leon Trotsky (Cabrita, 2016, p. 91). Para unir estes dois grupos, Sidney Hook, um dos principais nomes do movimento juntamente com James Burnham e Max Schatman, era fundamental no desenvolvimento das ideias desta família, além de ser um dos elementos de maior influência aos futuros neoconservadores.

É importante salientar a importância de Sidney Hook para este movimento nos anos 1930, que fez com que outros nomes como o de Diana Trilling e Elliot Cohen aderissem às causas e organizações comunistas, que tinham como ideologia que o inimigo da revolução era o liberalismo (Trilling, 1993, p. 183). Aconteceu que, com todas as incoerências do Partido Comunista, diversos dos intelectuais, entre eles Elliot Cohen, Diana e Lionel Trilling abandonassem a sua vertente americana, inclusive Hook, que também já possuía divergências diretas com o Partido Comunista. Essas diferenças levaram Hook a apoiar Trotsky através da esquerda anti-estalinista em oposição à ideologia do Partido Comunista.

Assim sendo, Hook estabelece William Phillips e Phillip Rahv como editores da *Partisan Review* e a família de Nova Iorque, de facto, se afasta do Partido Comunista, tornando a publicação um veículo independente esquerdista de oposição ao estalinismo. A revista pode ser tida como o primeiro guia para os que viriam a ser os neoconservadores, especialmente Irving Kristol, que declarou ler com entusiasmo e imaginar não possuir capacidade para ser incluído entre os intelectuais de Nova Iorque (Kristol, 2003, p. 474).

No ano de 1952, acontece um dos mais importantes momentos de mudança na trajetória destes intelectuais, o simpósio *Our Country and Our Culture*, em que eles declaram admiração aos valores americanos e oposição aos valores soviéticos, concretizando uma nova postura liberal e abandonando o marxismo. Muito deste comportamento se deu devido às mudanças causadas pela Segunda Guerra Mundial, como o crescimento da economia dos EUA e os relatos das atrocidades dos nazistas (Cabrita, 2016, p. 93), o que fez com que os futuros neoconservadores reavaliassem sua posição. Nomes como Irving Kristol, Nathan Glazer e Daniel Bell foram por um caminho da adesão da moral e da ética no pensamento político. Este conceito foi fundamental para o compromisso do neoconservadorismo com a moral, principalmente na questão da mudança de regime em favor da democracia, liberdades individuais e liberalismo económico. Nesta nova visão, as medidas da política externa norte-americana potencializariam as condições para que países que não fossem democráticos aderissem a democracia liberal como seu regime político. O próprio nome do simpósio já demonstrava o tom de valorização da terra e da cultura americanas, no sentido de estabelecê-las em um patamar de superioridade e exclusividade no imaginário das pessoas, assim como a ideia propagada entre os puritanos de promover uma identificação tanto a nível individual, quanto a nível coletivo (Resende, 2009, p. 216). Nota-se que mesmo em diferentes períodos temporais, a noção de americanidade é sempre estimulada como forma de diferenciação dos EUA às demais nações.

Levando em conta a alteração do panorama da *Partisan Review*, Kristol e Bell passam a não seguir mais a visão filosófica anterior e começaram a debruçar-se nos pensamentos filosóficos e políticos modernos, a exemplo do teólogo norte-americano Reinhold Niebuhr (o que reforça a ideia de influência da religião cristã desde a colonização) e, posteriormente, do pensador Leo Strauss, mencionado pelo próprio Kristol como um dos que mais impactaram sua formação intelectual (Kristol, 1995), em busca do princípio da moral em face à alienação política. Foi através do conteúdo da obra de Niebuhr que Irving Kristol e Daniel Bell fundamentaram o liame entre moral e política, que foi a base do pensamento deles. Logo, após a Segunda Guerra Mundial, a mudança do viés ideológico a ser seguido para a adoção da moralidade política causou roturas na família intelectual de Nova Iorque, sendo o ápice quando alguns dos intelectuais declararam que os costumes morais não deveriam ser incluídos na política e que o progresso social não era possível de alcançar (Cabrita, 2016, p. 93-94). A partir daquele

momento, a defesa da moral já ia expandindo seus horizontes na vida política americana e se tornando a base da escola neoconservadora que viria a surgir. De facto, a transição de pensamento não ocorreu de forma pacífica. O debate sobre a dimensão da moral na política tomou grandes proporções e alcançou diferentes perspectivas, entre avanços e recuos de grande parte dos futuros neoconservadores (Bell, 1981, p. 481).

A revista *Commentary*, fundada em 1945, era outra que possuía raízes na família intelectual de Nova Iorque. Patrocinada pelo Comitê Judaico Americano, a publicação tornou-se alvo para escritores iniciantes que buscavam encontrar-se intelectualmente. Era momento de restaurar o sentido de santidade da pessoa humana e dos direitos do homem (Cohen, 1945, p. 2). Mesmo sob controlo e patrocínio de origem judaica, a iniciativa de restaurar esses princípios remete ao conceito de religião civil (Bellah, 1992) levada aos EUA pelos puritanos. Desta forma, a *Commentary* buscava trazer, de certa maneira, a dimensão religiosa do nacionalismo norte-americano, ou seja, a americanidade, por meio dos valores disseminados pelo puritanismo, que conectavam e criavam o pertencimento à sociedade imaginária (Resende, 2009, p. 223). Assim sendo, seguindo um padrão temático que abordava a relação da religião com a ética, a *Commentary* logo estabeleceu-se como núcleo intelectual para a nova geração dos intelectuais de Nova Iorque, sobretudo para os descendentes de judeus, que abordavam temas relacionados ao Holocausto e o porquê de sua ocorrência. Diferentemente da *Partisan Review*, que promovia um conceito progressista na política e na cultura, a *Commentary* encaixou temas relacionados à questão judaica em uma nova realidade.

Devido a este viés da revista, a *Commentary* tornou-se uma espécie de berço para o neoconservadorismo. Irving Kristol e Natham Glazer foram editores da publicação entre as décadas de 1940 e 1950, Norman Podhoretz também foi editor desde o ano de 1960 até 1995, além da contribuição em diversos artigos de Daniel Bell. A publicação, nos seus primeiros dois anos, despontou como um grande meio de combate ao estalinismo e no pós-Segunda Guerra Mundial, precisamente no ano de 1947, viria a expandir sua visão e embarcar na luta contra o comunismo (Cabrita, 2016, p. 95). Todavia, nomes que viriam a ser os principais dentro da escola neoconservadora, de início sentiam-se fora da linha de pensamento da revista, a exemplo de Kristol, que embora tivesse deixado de ser marxista, tempos depois diria não lembrar de ter escrito nada a respeito do comunismo (Kristol, 1983, p. 11). Irving Kristol considerava-se socialista democrático devido à sua relação com a ala trotskista, assim como Sidney Hook e Daniel Bell, porém após servir

ao exército, mudou de espectro político. Kristol afirmou que o exército desradicalizou-o, fazendo-o abandonar o socialismo (Kristol, 2003, p. 479).

No ano de 1946, após o cumprimento do serviço militar, Kristol inicia como editor na *Commentary* com a missão de combater a visão racionalista de Hook. Sua posição naquele momento direcionava-o automaticamente a ser deixado de lado na *Partisan Review*, já que as duas publicações passaram a contrastar em suas ideologias políticas e no estilo de vida de seus integrantes (Kristol, 2003, p. 31). A partir deste momento, Irving Kristol passa a se identificar como liberal, mesmo que com reservas. Segundo o próprio, à época aceitou a identificação de liberal, estando distante de qualquer ligação ao espectro conservador e de qualquer afeição a temas econômicos e longe de uma aproximação ao Partido Republicano.

Neste cenário, Reinhold Niebuhr torna-se uma espécie de padrinho intelectual de Irving Kristol na busca por compreender a ideia da condição humana de maneira permanente, inevitável, constituída entre culturas e histórias, que leva-o a não aceitar o progressismo racional (Kristol, 1994, p. 142). Além de Kristol, Daniel Bell também aderiu às ideias de Niebuhr, principalmente no que se refere aos absolutismos morais defendidos pelo teólogo (Brick, 1986, p. 123). É importante ressaltar que esses absolutismos morais lembram a forma com que os puritanos encaravam a Bíblia, ou seja, ela era a lei divina e o povo que se julgava eleito deveria aceitá-la e aplicá-la em sua plenitude: na teologia, na ética, nos costumes, na vida em comunidade, na diplomacia, na guerra, na economia, na educação (Resende, 2009, p. 182). Como era a Palavra de Deus, deveria ser vinculante em todos os aspectos, não somente em alguns (Miller; Johnson, 1963, p. 43). Logo, a *Commentary*, por meio da segunda geração de intelectuais liderada por Kristol, toma a frente na disputa intelectual contra o racionalismo de Sidney Hook (Kristol, 1983, p. 297-298). Nesta disputa, Kristol é enfático na questão de que o ser humano pode basear suas ações no quesito da moral (Kristol, 1948, p. 272). Este debate ganhava importância neste período, visto que no final da década de 1940, a valorização da moral tornava-se um dos pilares do pensamento dos acadêmicos que viriam a ser os neoconservadores.

Em resumo, a preocupação com a natureza universal da religião por parte de Kristol que aproximou-o das ideias de Reinhold Niebuhr e promoveu sua maior aceitação às questões religiosas (Cabrita, 2016, p. 96), além da contribuição de Leo Strauss, sobre como a religião é uma instituição política com o poder de estabelecer práticas sociais e

moldar a sociedade (Mendes, 2015, p. 48). Esta linha de pensamento, que de início poderia apresentar um caráter apelativo para a segunda geração dos intelectuais de Nova Iorque, teve em Niebuhr e em Strauss os principais vínculos para superar o radicalismo e aderir aos valores morais na política e ao liberalismo.

3.3 Evolução e Confirmação

Durante a década de 1950, no contexto da Guerra Fria, o espectro do comunismo e seus conceitos, principalmente o totalitarismo soviético, perdem espaço na sociedade dos EUA e, em contraste, faz com que os valores americanos se fortalecessem dentro da nação, sobretudo no aspeto da moral. Concomitantemente, Irving Kristol tornou-se cofundador da revista britânica *Encounter*, em Londres, no ano de 1953. Em 1958, Kristol decide deixar seu cargo na publicação para assumir um posto em outra revista, *The Reporter*.

O período que Kristol passou na Europa foi primordial, em primeiro nível, para sua aproximação definitiva com os princípios conservadores e, em um segundo nível, para sua convicção como neoconservador. O académico se via descontente com o liberalismo e a social-democracia, apesar de uma vida social de âmbito universal no Reino Unido. Ele preferia manter-se distante da vida política dos britânicos por ser um americano e como um dos fundadores da *Encounter*, resumia seus textos a analisar Maquiavel, Tácito e Marquês de Sade, porém, já considerava seus companheiros conservadores mais interessantes do que os outros. Como não teve contacto com nenhum conservador em Nova Iorque, logo distinguia-os dos radicais e achava fascinante como eles se sentiam confortáveis com o conservadorismo sem serem apologeticos, tampouco hesitantes, pois herdavam uma tradição que perdurava há muito tempo, formada por políticas e ideias conservadoras provenientes da Inglaterra, que como citado anteriormente, havia sido cenário de uma crise com o catolicismo paralelamente à Reforma Protestante, o que proporcionou o crescimento do protestantismo nesse país, abrindo espaço para defensores fervorosos dos princípios cristãos e conservadores. Surpreendia o facto de que mesmo sendo minoria, eram aceitos pela sociedade, marcando seu espaço na política britânica (Kristol, 2003, p. 39).

No período entre as décadas de 1960 e 1970, um evento teve impacto fundamental para que Irving Kristol e outros, até então liberais, rompessem de forma definitiva com o

liberalismo: a contracultura. Movimento baseado em uma visão esquerdista política e culturalmente, que espalhou-se nas universidades dos EUA, com o objetivo de contestar os costumes e valores da sociedade americana. Levando em conta este cenário, a maior parte dos futuros neoconservadores, viam tal movimento como a rejeição de maneira radical dos valores, atitudes e objetivos americanos tradicionais (Kirkpatrick, 2004, p. 235) e, portanto, deveria ser combatido. Do mesmo modo, a maneira com que alguns adeptos do liberalismo reagiram ao movimento de contracultura provocou uma reflexão sobre a identidade política de outros, que de maneira repentina descobriram que sempre foram conservadores nas questões culturais. Este autorreconhecimento causaria profundas consequências aos que viriam a ser os neoconservadores, pois a partir daquele momento necessitavam definir o que realmente defendiam (Kristol, 1995, p. 31).

O movimento de contracultura era automaticamente contrário a todo o processo para tornar os EUA uma nação excepcional não só na ótica das outras nações, mas na dos próprios americanos, principalmente na questão teológica, já que os valores e costumes referidos tem base no puritanismo religioso e no seu “processo de americanização” (Bercovitch, 1978). Desta forma, ao contestar aqueles princípios, colocava em xeque a americanidade, ou seja, o modo de vida diferenciado que distingue e posiciona os cidadãos americanos no que diz respeito ao mundo e a eles mesmos (Resende, 2009, p. 192).

Desta maneira, o neoconservadorismo desenvolve-se primariamente como oposição a um movimento de espectro esquerdista que corrompia os valores tradicionais da sociedade norte-americana. O movimento de contracultura iniciou uma reação convictamente conservadora, a exemplo da Revolução Francesa e o conservadorismo de Edmund Burke, na qual uma revolução desencadeou o surgimento do pensamento (Nisbet, 1987, p. 164). Em uma análise filosófica, pode-se dizer que o neoconservadorismo surge como uma reação ao movimento de esquerda da contracultura que era contrário aos costumes da moralidade e da religião (Wolfson, 2004, p. 225).

É neste cenário que Irving Kristol inaugura a revista *The Public Interest*, no ano de 1965. Esta publicação se tornaria um dos veículos de comunicação mais próximos ao pensamento neoconservador, porém, Kristol escolheu ainda dar exclusividade às questões internas dos EUA, pois àquela altura, o principal tema sobre política externa em voga era a Guerra do Vietname, que estava longe de ser unanimidade entre os patrocinadores da revista. Em seu começo, a publicação era considerada como moderadamente liberal

(Kristol, 2005), já que a maioria dos seus integrantes era do Partido Democrata e sequer havia o nome neoconservadorismo.

Contudo, uma possível mudança na política externa americana, a partir da nomeação de George McGovern pelo Partido Democrata para concorrer às eleições do ano de 1972 se tornaria decisiva para que os futuros neoconservadores voltassem seus olhos para a questões externas (Teixeira, 2007a, p. 25). O candidato venceu as eleições primárias de seu partido adotando um discurso isolacionista com o intuito de retirar imediatamente as tropas americanas do Vietname. McGovern criou para sua campanha o *slogan* “*Come Home America*”. Neste contexto, o candidato era visto por uma grande parcela da população como indiferente ao combate ao comunismo no mundo, além de expressar sua visão revisionista da Guerra Fria, na qual acreditava que os EUA eram os responsáveis pelas tensões e, conseqüentemente, o expansionismo soviético (Kirkpatrick, 2004, p. 240).

Deste modo, grande parte dos que então diziam-se liberais viram a candidatura de McGovern como um recado que a partir daquele momento o Partido Democrata não era mais lugar para eles e que, automaticamente, não poderiam mais ser vistos dentro do âmbito do liberalismo (Kristol, 1995, p. 32). Assim, definiu-se que, se na política interna, os futuros neoconservadores combateriam na guerra cultural contra o movimento da contracultura, na política externa, o foco, diferentemente da maioria dos democratas, seria no combate ativo à União Soviética e ao comunismo como um todo. Devido a este comportamento, antes de serem neoconservadores, eles eram chamados de “guerreiros da Guerra Fria” (Teixeira, 2007a, p. 26). A vitória dos EUA neste conflito era fundamental para a sobrevivência do pensamento deste grupo intelectual, pois a Guerra Fria era também uma guerra ideológica. O êxito americano corroborava com a ideia de que os EUA não são uma nação tradicional, como todas as outras, mas a personificação de uma ideia (Ledeen, 1996, p. 24). Uma ideia a ser disseminada no mundo que tinha um adversário a sua frente.

Logo, não concordando com os pleitos da candidatura de George McGovern, Irving Kristol resolve apoiar a candidatura à reeleição do presidente Richard Nixon (Kristol, 2005), o que faz com que, pela primeira vez, o termo “neoconservador” fosse usado, com o intuito de descrever os liberais que não concordaram com os movimentos do Partido Democrata e decidiram rever sua postura. Termo cunhado pelo escritor americano Michael Harrington (Podhoretz, 1996). O próprio Kristol acaba por aceitar ser

identificado neste termo, já que há algum tempo se direcionava ao conservadorismo. Tempos depois, o mesmo criou uma definição para um neoconservador, como um liberal assaltado pela realidade (Kristol, 2005). Sendo assim, com o estabelecimento do nome “neoconservador”, Kristol e os outros liberais anticomunistas (Kristol, 1993) passaram a ser identificados politicamente e o termo passou a compor o cenário político dos EUA.

Todavia, o apoio dos neoconservadores ao presidente Richard Nixon não era consistente o suficiente para os seguidores do pensamento neoconservador. A política externa da administração Nixon, maioritariamente gerida por Henry Kissinger, então Secretário de Estado dos EUA, além de conselheiro político do presidente, era baseada no realismo, o que era uma novidade no campo da política externa norte-americana e acarretou muitas críticas. Por parte dos liberais, chamavam atenção a uma exagerada preocupação com os direitos humanos, já pelos conservadores, criticavam a administração Nixon/Kissinger pela tentativa de acomodação com a União Soviética, ou seja a *détente*, o que alegavam ser uma má condução da política externa (Kissinger, 1999a, p. 99) para aquele momento.

Porém, a crítica que Kissinger generalizou sendo proveniente dos conservadores, partia em grande parte dos neoconservadores, que por serem ainda iniciantes no meio do conservadorismo sentiam-se muito mais confortáveis em criticar a administração Nixon do que os próprios conservadores. O que de facto acontecia é que os neoconservadores passaram a apoiar a reeleição de Richard Nixon não por realmente acreditar no presidente, mas para conquistar um espaço no Partido Republicano, já que não se viam mais atuantes dentro do Partido Democrata. Com isso, a vontade deles era de dar novo ânimo aos republicanos com suas ideias (Kristol, 1995, p. 35).

Sendo assim, durante o período do segundo mandato de Richard Nixon, e nas seguintes administrações de Gerald Ford e Jimmy Carter, no que cerne à política externa, os neoconservadores focavam suas críticas à fraqueza no combate ao comunismo causado por uma corrente isolacionista que crescia no conservadorismo dos EUA. Logo, havia um nítido conflito de ideias: de um lado, os liberais criticavam a administração Nixon por adotar uma postura muito dura no que diz respeito à Guerra do Vietname, por outro lado, a crítica dos neoconservadores dava-se pela ausência de energia (Kissinger, 1999b).

Conforme os anos foram se passando, os neoconservadores foram conquistando cada vez mais espaço entre os republicanos, conseguindo sua confirmação no cenário político americano com a vitória de Ronald Reagan nas eleições presidenciais do ano de

1980. Para os neoconservadores, dentre os grandes triunfos da administração Reagan, um deles foi confrontar uma visão geral que havia de acomodação com a União Soviética, não aceitando abrir mão de qualquer quantia de poder que os EUA possuíam, observando com temeridade qualquer mudança no *status quo*. Reagan estabeleceu uma ideia desafiadora de vitória ideológica e estratégica sobre os comunistas de todo o mundo, invocando que a tolerância com os soviéticos chegasse ao fim e, que para isto, haveria maiores despesas com a defesa, maior resistência ao avanço dos comunistas aos então países de Terceiro Mundo e mais espaço ao advento da moral na política externa americana (Kagan; Kristol, 1996, p. 19). A postura de Reagan foi ao encontro do pensamento puritano sobre a posição dos EUA perante o mundo. Por mais que o mito puritano já não mais fosse acreditado de forma literal, Reagan não aceitou a acomodação com os soviéticos, inflando o discurso de que os EUA tinham uma superioridade de valores perante eles, uma legitimidade moral para não aceitarem conviver com o “lado errado da história”, resgatando o conteúdo ideológico de povo eleito, de genealogia puritana (Resende, 2009, p. 226).

Ronald Reagan foi eleito prometendo um combate ferrenho ao comunismo, com um discurso de elevado caráter moral e, desde sua primeira coletiva de imprensa, deixou claro que trataria a União Soviética como um império fora da lei (Teixeira, 2007a, p. 28), ratificando seu pensamento no famoso discurso do ano 1983, no qual tratou-a como o “Império do Mal” (Lopes, 1999, p. 711-713). É possível observar que Reagan, ao nomear a União Soviética dessa forma, faz uso da dicotomia “bem x mal”, em que se o outro é o mal, fatalmente o lado dele seria o do bem. O emprego de argumentos absolutos como este remete ao discurso puritano e possuem a mesma finalidade: reforçar a identidade nacional. A noção de estar do lado do bem, ajuda a manter a coesão entre o povo e a não se desviar do caminho correto (Resende, 2009, p. 204). Deste modo, Reagan caminhava de acordo com a posição dos neoconservadores na política externa, se opondo à postura de *détente* em relação aos soviéticos, advogando que estava chegando ao seu fim, além de adotar o unilateralismo e o internacionalismo para promover a mudança para o regime político democrático, mesmo de países que não ameaçassem diretamente os EUA (Kissinger, 1994). Ademais, Reagan não apreciou os tratados assinados com os soviéticos, iniciando a construção de um sistema antimísseis de defesa. Como é possível observar, a administração Reagan adotava majoritariamente os princípios

neoconservadores no que diz respeito à política externa, tornando-se o modelo do pensamento neoconservador naquele período (Kristol, 2004, p. 37).

A administração Reagan contou com nomes reconhecidamente neoconservadores, como Eugene Rostow (Diretor para o Desarmamento e Controlo de Armas), Elliot Abrams (Subsecretário de Estado para os Direitos Humanos) e Jeane Kirkpatrick (Embaixadora na ONU) em cargos de destaque no que diz respeito ao direcionamento da política externa dos EUA. Assim como Paul Wolfowitz que, em conjunto com Alan Keyes, Francis Fukuyama, James Roche e Zalmay Khalizad, tornou-se encarregado por promover os objetivos globais do Departamento de Estado norte-americano. Ficou claro para os neoconservadores que a partir da presidência de Ronald Reagan, eles se sentiriam representados, pois partilhavam de princípios similares (Cabrita, 2016, p. 208-209). Os presidentes que antecederam a Reagan negligenciaram a defesa da nação americana em relação ao expansionismo da União Soviética e, portanto, os EUA, a partir daquele momento, deveriam cumprir o seu dever em relação ao resto do mundo. Por meio de seus atos e declarações é possível dizer que a política externa do governo Reagan era regida pelo pensamento neoconservador (Bell, 1989, p. 9).

Sem dúvidas, um dos diferenciais da gestão sobre a política externa de Ronald Reagan foi a iniciativa de confrontar, seja pelo viés ideológico, ou seja pelo estratégico, as forças do comunismo internacional e ainda mais importante, Reagan pleiteava maior transparência moral na política externa dos EUA (Kagan; Kristol, 1996, p. 19). O discurso proferido pelo presidente no Parlamento Britânico, no ano de 1982, foi um marco na luta contra os princípios comunistas e para o maior princípio do neoconservadorismo: a defesa intransigente da democracia (Reagan, 1982). Corroborando com o discurso puritano, a obra de Leo Strauss, elevando o papel da moral na vida política, orientou a escola neoconservadora, que era expressa no discurso de Ronald Reagan. O moralismo defendido por Strauss era pautado, assim como o puritanismo, na religião, instituição na qual ele julgava ser a de maior eficácia na justificação e fundamentação da lei moral (Mendes, 2015). Para o pensador, o moralismo religioso era responsável pelo controle das massas, evitando-as de partir para a barbárie. Logo, a religião tornava a sociedade mais estável e poderia ser tida como a tutela moral da multidão (Drury, 2005).

Concomitantemente a esses acontecimentos, devido à importância atribuída aos temas sobre as relações internacionais da época e com o crescimento do pensamento neoconservador na política norte-americana, no ano de 1985, Irving Kristol inaugura a

revista *The National Interest*. A publicação tinha como foco pregar um internacionalismo wilsoniano que beirava a utopia, em conjunto com um comportamento pragmático que fosse além do mero oportunismo (Kristol, 1995, p. 38). Logo na primeira edição, Kristol expõe suas preferências políticas, explanando que a publicação seria, de facto, conservadora, mas sem olvidar o viés liberal de seu criador. A *The National Interest* adota um perfil que concorde com o pensamento neoconservador, reforçando o quão fundamental era o uso da força militar nas Relações Internacionais, além das ameaças vindas da União Soviética. Assim sendo, o pensamento de Kristol sobre a política externa da época baseava-se em que o expansionismo do comunismo soviético era um facto e ainda era o principal perigo para os EUA e, portanto, a nação deveria trilhar um caminho para atingir o unilateralismo global (Kristol, 1985, p. 9).

Irving Kristol era muito céptico com relação às organizações internacionais, a exemplo da NATO e ONU, como será visto aprofundadamente mais à frente. O fundador da revista *The National Interest* considerava as instituições internacionais como elementos meramente acessórios (Kristol, 1989, p. 13-14). Seu cepticismo também era grande em relação à Europa, para ele, os EUA deveriam seguir um caminho de autonomia e seria dever dos europeus desenvolverem uma estratégia própria de defesa. Dessa maneira, Kristol fundamentava o conceito de política externa unilateralista, que tornou-se um dos pilares da escola neoconservadora.

3.4 O Fim do Neoconservadorismo?

Com o fim da Guerra Fria, novos tempos começavam na política externa americana em geral e, em especial, para o neoconservadorismo. A implosão da União Soviética e o conseqüente enfraquecimento do regime comunista no mundo, além da clara superioridade norte-americana nas áreas económica e militar, trouxeram dúvidas sobre qual seria o papel dos EUA a partir daquele momento. O início deste período pós-Guerra Fria retirou dos neoconservadores seu grande foco: o anticomunismo (Teixeira, 2007a, p. 30). O pensamento neoconservador estava sustentado na luta contra o comunismo e com o fim destes tempos, o neoconservadorismo foi logo decretado como morto.

Essa sensação de morte da escola neoconservadora foi proferida até mesmo pelos próprios neoconservadores. Norman Podhoretz, no ano de 1996, prestou uma espécie de tributo ao neoconservadorismo, ao dizer que o seu fim foi um fenómeno peculiar que,

inclusive, necessitava de um nome próprio (Podhoretz, 1996, p. 19). A defesa de Podhoretz a esse argumento era de que o neoconservadorismo já tinha cumprido o seu papel na história pela maneira contundente com que enfrentou o comunismo. Segundo o acadêmico e grande parte dos neoconservadores, os conceitos desta escola de pensamento foram postos em prática durante o governo Reagan e este foi o principal motivo para o triunfo sobre a União Soviética. Podhoretz dizia ter boas razões para lamentar a “morte” da escola neoconservadora, porém, assumiu que seu fim era mais motivo de celebração do que de tristeza, já que o que decretou o desaparecimento do neoconservadorismo não foi a derrota, mas sim a vitória. Ou seja, o pensamento neoconservador não deixava de existir pelo seu fracasso, mas pelo seu sucesso (Podhoretz, 1996, p. 25).

Seguindo essa linha, Irving Kristol deixa claro que uma política externa que se baseia nos princípios do neoconservadorismo precisa de um adversário evidente para fazer-lhe oposição. Logo, havia necessidade de um inimigo concreto e ameaçador, que representasse um verdadeiro perigo ao orgulho americano. O autor ainda faz alusão ao filme *Independence Day*, questionando a necessidade de aparecerem alguns alienígenas, pois os neoconservadores precisam deles para sua existência (Kristol, 1996). Sendo assim, o grande motivo da “morte” do neoconservadorismo, no mesmo período do seu reconhecimento, foi a ausência de um cenário de dicotomia para manter ativos os conceitos desse pensamento. A questão dicotômica, como já mencionada, remete ao discurso puritano. O discurso de John Winthrop durante a viagem para a Nova Inglaterra faz alusão a eles encontrarem desafios inesperados no lugar destinado à missão. O líder puritano referia-se como “selvageria” àquilo que poderia se tornar um adversário, estipulando confrontos como civilização x barbárie, progresso x tradição, homem x natureza, entre outros (Winthrop, 1630).

Com relação à questão da necessidade de haver um inimigo, torna-se essencial fazer uma observação do pensamento neoconservador com uma famosa citação de John Quincy Adams, sexto presidente dos EUA, no ano de 1821, a respeito da postura dos EUA na política externa, que diz que onde quer que já tenha sido, ou venha a ser hasteada a bandeira da liberdade e da independência lá estarão seu coração, suas bênçãos e suas orações, porém, a América não vai ao exterior procurando monstros para destruir (Adams, 1821). Ao analisar a fala do ex-presidente americano, fica claro que o neoconservadorismo é totalmente contrário a este pensamento. Robert Kagan e William Kristol, que estavam na mais recente geração de neoconservadores, discordavam

frontalmente deste posicionamento e defendiam que os EUA deveriam sim, sair atrás dos monstros para destruí-los, pois não poderiam simplesmente deixar que esses monstros agissem de forma livre (Kagan; Kristol, 1996, p. 14). Ao analisar ao comportamento da escola neoconservadora em relação às ameaças existentes no exterior, o papel de americano de missionário, espalhando seus valores e combatendo esses perigos antes que cheguem a sua terra é salientado. Da mesma forma, a missão dos puritanos, como povo eleito, de reconstruir a Igreja Cristã na nova “Terra Prometida” dada por Deus e expandir seus valores no local e levá-los a outros povos do mundo. A execução da missão tornou-se o meio e o fim da identidade nacional entre os puritanos (Resende, 2009, p. 206). Segundo esses acadêmicos, a visão de John Adams não deveria servir de exemplo, levando em conta que o contexto da época da presidência dele era distinto, em que os EUA eram somente uma pequena potência que estava isolada em um mundo comandado pelas grandes potências europeias (Kagan; Kristol, 1996, p. 14). Nos tempos em que viviam, os EUA eram a maior potência e, portanto, levando em consideração os princípios de liberdade e democracia, tinham tanto capacidade, quanto responsabilidade para ir de encontro com os monstros e destruí-los, logo, para os autores anteriormente citados, não agir desta maneira seria uma política covarde e desonrosa (Kagan; Kristol, 1996, p. 14).

Sendo assim, fica explícito que a ausência de um inimigo com grandeza e ideologia proporcionais às dos EUA após o período da Guerra Fria retirou grande parte do propósito do neoconservadorismo. O facto de a escola neoconservadora ter tornado-se exclusivamente sobre política externa, acabou por enfraquecer o seu poder de convencimento, já que perdeu a sua causa principal. Irving Kristol chegou a dizer que o pensamento neoconservador era um episódio de uma geração na história dos EUA e que assim que este momento havia sido encerrado, o pensamento havia sido absorvido como um conservadorismo com maior abrangência e compreensão (Kristol, 1995, p. 40). Na mesma época destas palavras de Kristol, Norman Podhoretz alegou que a escola neoconservadora já havia perdido o seu caráter de novidade, além do seu viés ideológico peculiar, se comparado com outras ramificações do conservadorismo (Podhoretz, 1996, p. 23). Além disso, havia um argumento de que o encerramento da Guerra Fria ainda gerou a possibilidade de se criar uma aliança implícita entre neoconservadores e liberais internacionalistas, pois ambos os lados eram favoráveis a um ideal hegemónico, o que seria pretexto para viabilizar intervenções militares pelo mundo (Pfaff, 2001).

A mudança nas relações internacionais dos EUA acontecia além da escola neoconservadora. O fim da Guerra Fria promoveu uma reavaliação não somente do neoconservadorismo, mas do conservadorismo como um todo. Ao final da Guerra Fria, o conservadorismo perdeu a sua motivação geral que proporcionava a união de seus adeptos. Os liberais continuaram normalmente a defender suas causas para buscarem seus objetivos liberais que já eram conhecidos há muito tempo, por outro lado, os conservadores estavam com dificuldades até mesmo para definir seus objetivos. Os conservadores defendiam uma grande quantidade de diversas e, por muitas vezes, contraditórias posições em relação à política externa, aderindo a diversos níveis de intervencionismo, realismo, neorealismo, idealismo, nacionalismo, internacionalismo, triunfalismo, comedimento, protecionismo e livre comércio. Neste panorama, a não existência de uma ameaça de grande porte, que pudesse ser facilmente identificada pela sociedade e instituições norte-americanas aparentava ser o grande obstáculo para criar uma base ou uma necessidade para o conservadorismo clássico (Huntington, 1999/2000, p. 34-35).

Desta maneira, a queda da União Soviética aumentou ainda mais os conflitos entre os conservadores clássicos e os neoconservadores nos temas relacionados à política externa. Em alguns pontos, a visão da escola neoconservadora estava de acordo com a visão liberal, em destaque a procura de recuperar o mundo na sua imagem de uma boa sociedade. Da mesma forma que os liberais, os neoconservadores são favoráveis ao uso do poder americano para a promoção de seus princípios globalmente. A diferença neste quesito é que enquanto os liberais focam seus esforços na economia e no livre mercado, os neoconservadores dão atenção especial à democracia. Os liberais agem como uma espécie de trabalhador social global, enquanto os neoconservadores dão ênfase na ação como polícia global. A união dos liberais com os neoconservadores acontece de forma a dar como missão aos EUA promover o bem ao redor do mundo, o que conflitua com a posição do conservadorismo clássico de focar na preservação do bem no campo doméstico (Huntington, 1999/2000, p. 35). A missão de promover o bem, claro, ocorre na visão americana do que seria o “bem” para o resto do mundo. A identificação do que seriam os princípios a serem espalhados mundo afora e a predisposição de disseminá-los é fruto da americanidade. Somente através da identidade nacional, criando um imaginário de um modelo único de vida na coletividade da maneira que foi feito nos EUA, é possível traçar os objetivos sociais e mobilizar o povo para alcançá-los.

Portanto, tornou-se explícito que a representação da ruptura entre os conservadores norte-americanos teve como símbolo o final da Guerra Fria, já que o elemento que os mantinha unidos esvaziou-se, que era o anticomunismo. As divisões se apresentaram pela postura mais isolacionista dos conservadores e pelo comportamento intervencionista dos neoconservadores, como era usual. Sendo assim, os intelectuais neoconservadores pleiteavam que o foco da política externa norte-americana deveria ser promover a democracia pelo mundo, pois desta maneira, não havendo uma ameaça concreta, os neoconservadores fariam a transformação do sentimento anticomunista ativo para o de pró-democracia ativa (Krauthammer, 1989, p. A27).

Acontece que, ainda sem a certeza de haver uma ameaça instantânea, alguns candidatos em potencial começavam a aparecer, entre os mais mencionados estavam: Rússia, China, Irã, Iraque e Coreia do Norte (Kagan; Kristol, 2000). Primeiro, há de se falar de China e Rússia, que representam grandes ameaças ao predomínio dos EUA no sistema internacional e, por isto, não devem ser vistas como aliados, mas como adversários dentro de uma estratégia de liderança (Munro, 2000), seja econômica ou militarmente. Já Iraque, Irã e Coreia do Norte apareciam como motivos de preocupação devido à disposição de possuírem armas de destruição em massa, em especial armas nucleares, e, assim, apresentar ameaças aos interesses dos EUA (Perle, 2000). Porém, mesmo com todas estas razões para preocupação, nenhuma dessas nações representava um inimigo do poder e da representatividade da União Soviética, logo, a principal questão era o próprio interesse americano em manter-se como a principal potência global e não uma nação em especial (Teixeira, 2007a, p. 33).

Conforme William Kristol e Robert Kagan, se ao fim da Guerra Fria existia um perigo iminente, ele ainda não possuía nome, nem poderia ser encontrado por um único adversário. Segundo os acadêmicos, o perigo iminente seriam os próprios EUA, pois o mundo dependia deles para a manutenção da sua ordem e para apoiar a democracia liberal. Se a principal potência mundial preferir se abster, usar de parcimônia, ou agir indiferentemente permitirá o colapso da ordem internacional que o próprio criou e a sustenta (Kagan; Kristol, 2000, p. 4).

Dito isto, por não haver uma razão que mobilizasse as forças americanas no plano externo, os neoconservadores voltaram sua atenção para dentro dos EUA, pois se algo poderia ameaçar a nação naquele momento, era a sua própria vulnerabilidade. Portanto,

havia a necessidade de os norte-americanos assumirem-se verdadeiramente como a nação mais poderosa do mundo, ratificando sua capacidade de moldar o sistema internacional em seu favor conforme seus valores e interesses (Teixeira, 2007a, p. 33). Seria a primeira vez que os EUA teriam a oportunidade de comandar o sistema internacional de maneira que aumentasse sua segurança interna e progredisse a promoção dos seus princípios sem a presença de um outro grande oponente de poder similar ao seu (Kagan; Kristol, 2000, p. 5). Com esta postura, o objetivo da política externa americana tornava-se a preservação de sua hegemonia pelo máximo de tempo que fosse possível, por intermédio de sua supremacia militar com relação aos outros países e de uma confiança moral (Kagan; Kristol, 1996, p. 23). É importante notar que nesta busca de recuperação de sentido para o pensamento neoconservador, o quesito da moral ainda se fazia presente para não se perder o sentimento de identidade nacional através de valores, assim como no período de colonização. Para a criação da americanidade na época dos puritanos, a moralidade associada à religião era algo irrenunciável, sendo praticamente imposta aos cidadãos, ou os que a rejeitassem deveriam se afastar da Nova Inglaterra (Miller; Johnson, 1963, p. 183). Da mesma forma, os neoconservadores não pensavam em rejeitá-la, pois acabaria por esvaziar a motivação para a continuidade da escola de pensamento.

O final da Guerra Fria, pelas palavras do académico Gary Dorrien, causava sensações distintas nos neoconservadores. Ao mesmo tempo que estimulava-os, também confundia-os. Era um evento que tornava-os menos importantes. Ao questionarem Norman Podhoretz o porquê de ele ter parado de escrever, o mesmo disse que não conseguia acreditar que a Guerra Fria havia terminado, porém, não tinha argumentos para negar o facto. Contudo, já havia parte dos neoconservadores que estavam reagindo ao pós-Guerra Fria com visões ainda maiores, o que demonstrava que a ambição deles estava ainda maior, e, assim, Podhoretz juntou-se a eles. Para a escola neoconservadora, tinha chegado o momento de estabelecer a nova ordem mundial sob o poder dos EUA e para atingir esse objetivo não poderiam recuar. Ao invés de impor cortes aos orçamentos militares, inclusive nas bases fora do país, os americanos precisavam demonstrar seu poder de forma concreta em cada região do globo para derrotar os inimigos que restavam. Este comportamento, alguns neoconservadores chamavam de imperativo unipolar. Então, o que os EUA deveriam colocar como sua missão no exterior era criar um novo modelo de “Pax Americana” de forma a não permitir que outra nação, ou uma aliança de nações pudesse se tornar um adversário à altura dos EUA (Dorrien, 2004).

Assim, para além do conceito de hegemonia, que já estava presente no pensamento neoconservador, termos como império e unipolaridade passaram a fazer parte do seu vocabulário, demonstrando qual deveria ser o comportamento dos EUA neste momento, passada a Guerra Fria, de acordo com a escola neoconservadora. Um texto académico sobre o assunto que se tornou famoso foi *The unipolar moment*, de Charles Krauthammer. O artigo argumentava que os EUA tinham o dever de praticar ações para prolongar o momento unipolar, que ocorria após a Guerra Fria, pois após a queda do muro de Berlim pareciam surgir outras potências no cenário internacional, como Alemanha e Japão que poderiam fazer frente aos EUA (Krauthammer, 1990/1991). Ainda sobre o tema, após os ataques de 11 de setembro de 2001, o académico escreveu o artigo *The unipolar moment revisited*, no qual dizia que os ataques às Torres do World Trade Center fizeram aumentar o momento unipolar americano, sendo que este seria o melhor panorama e, dessa forma, as ações dos EUA deveriam ser no sentido de manter o domínio americano e a configuração de unipolaridade, não dando chance ao aparecimento de qualquer adversário. Com esta visão, dizia que o momento unipolar havia-se tornado a era unipolar (Krauthammer, 2002, p. 17), o que já preenchia o pensamento dos neoconservadores, pois mesmo antes dos ataques, já defendiam que este momento unipolar se transformasse em uma era (Kagan; Kristol, 2000).

Em conjunto com a defesa da unipolaridade, o discurso dos EUA como império também se fortalecia dentro da escola neoconservadora. Segundo Irving Kristol, os EUA estariam seguindo um caminho para tornarem-se uma nação imperial (Kristol, 1997). Robert Kagan aprofunda-se no tema ao elaborar a tese de que a nação viria a ser um “Império Benevolente”, que para ser posto em prática depende de três condições: aumento dos gastos em defesa, maior envolvimento da população civil em assuntos militares e clareza moral. Neste Império Benevolente, os EUA seriam os únicos capazes de resolver imbróglios internacionais, além de o sistema internacional por eles moldado trazer maiores benefícios, entre eles mais prosperidade e justiça, a um maior número de nações do que qualquer outro cenário imaginável (Kagan, 1998). Conforme o artigo de Kagan, uma das maiores virtudes norte-americanas desde que tornou-se a potência global relatada nesta pesquisa, era relacionar os seus interesses com os interesses de outros países, pois assim, eles conseguiam com que a sua segurança e prosperidade no plano internacional fosse a dos outros também. Desta maneira, o autor argumenta que o domínio americano é fundamental para a manutenção de um grau aceitável de prosperidade e segurança no

mundo (Kagan, 1998, p. 34). Logo, os EUA deveriam estabelecer uma política externa que tivesse como objetivo manter sua posição de superioridade no sistema internacional, devido a configuração que este se apresentava.

Para Irving Kristol, pelo artigo *The Emerging American Imperium*, os EUA havia transformado-se em um tipo de nação imperial, porém, não devido ao facto de uma ambição egoísta ou alguma espécie de conspiração, mas porque o resto do mundo estava de acordo com que isto acontecesse e necessitava disto, como foi demonstrado através de inúmeras questões internacionais que não seriam solucionadas sem a interferência norte-americana (Kristol, 1997). Deve-se salientar, que mesmo antes da Guerra Fria se encerrar, o académico já fazia referência aos EUA como império. Por outro lado, alguns académicos optaram por não usar o termo “império”, como Charles Krauthammer, pelo facto de os EUA não terem intenção de ocupar e conquistar novos territórios, porém estes compartilham da mesma ideia de Kristol. Desta forma, não seria possível classificar os EUA como um império, mas como uma república comercial com uma força esmagadora globalmente, que teria a responsabilidade de possuir a tutela do sistema internacional (Krauthammer, 2004, p. 3).

Independente do termo usado, seja império, hegemonia ou outra do mesmo gênero, possuem a mesma finalidade: descrever a vontade norte-americana de dominar o sistema internacional. Há de se chegar à conclusão que além das estratégias racionais por parte do governo, trabalhar o imaginário da população sempre foi importante para conquistar este objetivo. Por isso, o mito do excepcionalismo americano foi fundamental não só para a construção da identidade nacional, como para o controle do sistema. Por mais que o puritanismo não seja mais diretamente uma influência para a vida social e política nos EUA, a postulação de que o país desfruta de uma condição única no mundo permanece. A soma de atributos e instituições como: separação entre poderes; federalismo único; sistemas de *checks and balances*; Carta Constitucional e Declaração de Independência; inexistência de antecedentes monárquicos ou feudais; além da concepção de um liberalismo baseado em igualdade e liberdade ímpar sustentam a noção de nação excepcional (Resende, 2009, p. 237) e, conseqüentemente o ideal de americanidade, alimentados pela visão puritana de mundo, proporcionando uma atuação diferenciada no exterior.

É importante observar que no período que ficou caracterizado como o de morte do neoconservadorismo, foi onde surgiu a nova geração de pensadores da escola neoconservadora. Se o pensamento teve seu embrião na família intelectual de Nova Iorque nos anos 1930, depois, de facto estabeleceu-se com nomes como Daniel Bell, Norman Podhoretz e o principal nome, que é tido como o pai desta escola de pensamento de política externa, Irving Kristol, esta nova geração surge com nomes como Robert Kagan, Charles Krauthammer, Max Boot, William Kristol, filho de Irving, entre outros. Estes novos nomes enfrentaram um cenário sobre questões internacionais radicalmente diferente das que seus antecessores presenciaram durante a Guerra Fria (Teixeira, 2007a, p. 36). O modo com que estes novos componentes do neoconservadorismo analisavam o contexto internacional focava no comportamento americano dentro de um panorama unipolar com o objectivo de manter esta posição de superpotência, como demonstram ideias como a do Império Benevolente. Todavia, os princípios que serviram como fundamento da escola neoconservadora de política externa estavam intactos.

É importante dizer que, ao contrário da geração anterior, que teve sua origem no espectro da esquerda e iniciaram sua vida política no Partido Democrata, os integrantes da nova geração já iniciaram a vida intelectual nas bases conservadoras, porém o termo “neoconservador” já era conceituado na política americana. Com a meta de manter a posição soberana dos EUA no cenário internacional, a nova geração de neoconservadores enfrentaria um cenário adverso, mas não novo dentro da escola, depois dos ataques de 11 de setembro de 2001 e, conseqüentemente o surgimento de um novo inimigo, desta vez o radicalismo islâmico, como será visto nesta dissertação mais a frente, para provar que, de facto, o neoconservadorismo não estava morto.

4. Capítulo II: Características da Escola Neoconservadora de Política Externa

Este momento da dissertação vai se dedicar a esmiuçar as características do neoconservadorismo. Contudo, antes deve-se deixar claro que os tópicos apresentados não representam uma coesão total entre os neoconservadores, assim como em qualquer outra corrente de pensamento. Logo, a opção pelos temas que serão expostos a seguir são resultado de um grau de aceitação geral sobre o tema central da pesquisa. O neoconservadorismo, assim como os outros pensamentos relacionados à política, é fruto de um determinado conjunto de ideias que o fazem ser único e identificável em relação aos outros. Desta maneira, o objetivo foi alcançar este denominador comum, ou seja, expor os princípios básicos que demonstram como é formada a escola neoconservadora de política externa.

Deve-se esclarecer também que os tópicos a serem analisados não são exclusivamente da escola neoconservadora, podendo também participar de outras linhas de pensamento sobre a política externa norte-americana, até porque o neoconservadorismo está fortemente conectado, através de seus princípios, à história dos EUA no plano das relações internacionais. Contudo, através deste capítulo acredita-se ser possível, após a compreensão dos temas que virão a ser explanados, entender as peculiaridades do pensamento neoconservador e sua importância no âmbito político norte-americano.

4.1 A Grande Estratégia Hegemónica

Primeiramente, antes de entrar de facto nas características exclusivamente neoconservadoras, é de grande importância realizar um breve estudo sobre a capacidade que os EUA criaram de dominar o sistema internacional, de forma com que se tornassem a principal potência mundial. Esta análise é fundamental para mais à frente entender as ideias da escola neoconservadora voltadas para que a nação norte-americana fosse atuante em todas as regiões do mundo. Desde sua criação, os EUA sempre tiveram uma visão global, seja como um farol ou como um missionário para o mundo e, quando conseguiram

o posto de maior nação do mundo em todos os aspetos sociais, seu objetivo, através de diferentes estratégias é um só: a manutenção da sua hegemonia

Diversos Estados, desde que a Paz de Westfália foi estabelecida, tentaram alcançar uma posição hegemónica no sistema internacional na história da humanidade, como exemplo, Napoleão Bonaparte na França e a Alemanha de Hitler. Em diferentes contextos, essas nações, entre outras, seguiram determinados passos para chegarem ao seu objetivo maior, logo, seus métodos e suas políticas adotadas são fruto de uma estratégia (Cabrita, 2016, p. 176). De maneira prática, o termo “estratégia” expressa o meio utilizado para atingir determinado fim. Nas relações internacionais, a estratégia está muito relacionada à componente militar, neste sentido, pode ser considerada como o processo pelo qual o Estado equilibra os meios e os fins para obter sua segurança (Layne, 1998, p. 8). Em um argumento mais amplo, uma verdadeira estratégia procura atingir as metas importantes da nação e defender seus interesses, para isto, deve aumentar seu poder não só em relação aos seus inimigos, mas também aos aliados. Assim, a estratégia, seja ela qual for, deverá levar em consideração a segurança, as necessidades e também a real situação da economia do Estado (Bacevich, 1998, p. 87).

Esclarecido o conceito de estratégia na política, para o tema desta tese, deve-se salientar a questão sobre o ponto mais alto que um Estado pode chegar a desenvolvê-la. Este ponto é a grande estratégia, que em conjunto com o desejo de hegemonia de uma nação, como foi visto anteriormente, forma a grande estratégia hegemónica (Cabrita, 2016, p. 176). A grande estratégia existe a partir de uma visão racional no que diz respeito à organização e na forma de empregar o poder nos principais interesses do Estado (Bacevich, 1998, p. 98). Em uma ótica voltada para a segurança da nação, pode ser interpretada como uma reação às inúmeras ameaças que um Estado pode enfrentar, logo, este planeja enfrentá-las pelas vias políticas, económicas e até militares (Mearsheimer, 1988, p. 7).

A grande estratégia deve ser a prioridade do Estado, englobando as questões de maior importância para o bom funcionamento deste. Nos EUA ela ultrapassa a preocupação somente com a segurança e, pelo contrário, usa o poder militar para estabelecer uma visão macro, como veículo para conquistar todos os interesses nacionais. A grande estratégia, ao contrário do que se pensa, difere da política externa, pois esta estipula os interesses nacionais para em um momento posterior tentar integrar os poderes

da nação, político, económico, militar, diplomático, entre outros da melhor maneira e protegê-los. Já a grande estratégia, apesar de sua visão abrangente, tem um alvo mais direto, foca na maneira como as forças militares podem aumentar seu apoio aos objetivos da política externa de um Estado. Logo, a grande estratégia trata de todas as questões utilizando somente um mecanismo (Art, 2009, p. 1). O diferencial americano é que os interesses nacionais estão carregados de componentes ideológicos. Então, por mais que a grande estratégia seja um método racional, leva consigo componentes ideológicos.

Entrando de facto na formação específica da grande estratégia hegemónica norte-americana, há o debate sobre a quantidade de tipos desta grande estratégia, porém opta-se pela existência de quatro que explicam sobre o assunto em pauta (Mearsheimer, 2013):

A primeira grande estratégia hegemónica é o isolacionismo, que consiste em que não há interesses que sejam justificativas para uso do poder militar fora do continente americano, já que devido à distância de outras potências, a segurança norte-americana está a salvo. Esta estratégia foi adoptada até à Segunda Guerra Mundial. Seguidamente, o *Offshore Balancing* defende que os EUA devem estar presentes de forma proeminente nas regiões da Europa, Golfo Pérsico e Nordeste da Ásia, para que nenhuma outra potência possa ter o domínio destas áreas e, por isso, devem ter tropas militares em locais próximos para intervir, se necessário. Esta teve início após a Segunda Guerra Mundial e durou até o final da Guerra Fria. A terceira é o *Selective Engagement*, esta estratégia deriva da anterior e considera as mesmas regiões como as de maior importância, porém acredita que forças militares devem estar de maneira permanente nestas regiões.

A última grande estratégia hegemónica merece atenção especial, pois é a que mais se aproxima do pensamento neoconservador, que é o tema central desta dissertação. Esta chama-se Estratégia de Domínio Global ou Hegemonia Global, pois advoga pela abrangência dos interesses norte-americanos em todas as regiões do planeta. Desta forma, não haveria mais uma limitação geográfica como nas estratégias anteriores. Ao observar estas características, fica claro que o objetivo desta grande estratégia é ratificar a consolidação da hegemonia norte-americana em proporções globais, tendo a promoção da democracia como o principal apelo deste modelo. Esta estratégia foi aderida durante o governo de Bill Clinton, por meio de intervenções militares e de atividades humanitárias,

caracterizando um viés mais liberal. Outra vez que foi usada foi durante a administração George W. Bush, com a defesa de mudanças de regime político (*regime change*) em Estados totalitários, adoção de uma política externa unilateral e início de guerras preemptivas. A promoção da democracia é um quesito que foge da estratégia puramente racional e passa para o campo das virtudes. A democracia para os americanos é uma questão também moral, logo, promover a democracia é promover o modo de vida americano para o exterior. Como a democracia é um fundamento dos EUA, ao defendê-la, defende-se também a concepção de nação excepcional, reforçando a ideia puritana de povo escolhido.

Portanto, é possível ver que, ao menos, a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, sempre houve o pensamento de estabelecer a criação ou a manutenção de um modelo de ordem mundial baseada no poder militar, político e económico, que se sustentasse nos valores americanos (Layne, 1997, p. 86-88). Assim, em todas as áreas da sociedade americana os traços ideológicos puritanos se fazem sempre presentes. A americanidade não se expressava simplesmente pela economia, território, modelo político ou língua, mas por uma mentalidade diferenciada passada por sucessivas gerações que criavam um “bem-estar” tipicamente americano (Resende, 2009, p. 192).

4.2 Internacionalismo Nacionalista

Neste momento, a dissertação vai, de facto, aprofundar-se nos elementos que caracterizam o pensamento neoconservador e o fazem ser um tanto quanto peculiar se comparado com outras escolas e teorias ligadas às relações internacionais. Assim sendo, a primeira característica que faz os olhares dos estudiosos se voltarem para o neoconservadorismo, é o seu já mencionado anteriormente internacionalismo ativo. Nesta conjuntura, a escola neoconservadora se posiciona em extrema oposição às vertentes isolacionistas. Todavia, o neoconservadorismo através deste internacionalismo também tem embates com outras duas teorias de relações internacionais que também são adeptas do internacionalismo e de igual maneira possuem relevância no cenário da política internacional norte-americana, são elas: a teoria realista e a liberal.

De início, uma diferença que logo se salienta entre a escola neoconservadora e a liberal é a adoção por parte dos neoconservadores no que diz respeito às relações internacionais à natureza hobbesiana, enquanto os liberais internacionalistas adotam um carácter de otimismo. Essas visões distintas ocasionam diferenças na maneira de agir no plano exterior. Logo, o internacionalismo liberal é normalmente favorável a intervir através de ações humanitárias, sem preocupação direta com a segurança dos EUA, já o pensamento neoconservador prega que as motivações das intervenções sejam a manutenção do poder e da segurança do povo americano. Desta maneira, o internacionalismo defendido pelos neoconservadores não é universal como o liberal, mas um internacionalismo nacionalista, que é oriundo do patriotismo (Teixeira, 2007a, p. 59), sentimento exacerbado que os americanos sentem pela sua nação e um dos pilares do neoconservadorismo. O patriotismo é um dos fundamentos não só do pensamento neoconservador, mas do conservadorismo de uma forma geral, pois provavelmente seja a maior virtude conservadora, visto que um de seus maiores atributos é a lealdade aos EUA e suas instituições, cultura e valores (Huntington, 1999/2000, p. 37). Sendo assim, o que, de verdade, difere o internacionalismo conservador do internacionalismo liberal, é que o primeiro é favorável a um nacionalismo vigoroso que enfatiza conceitos americanos básicos: os EUA são uma nação religiosa, ser patriota é uma virtude, universalismo não é americanidade e nacionalismo não é isolacionismo (Huntington, 1999/2000, p. 39). Esses conceitos americanos são a prova da herança do puritanismo para os EUA e sua política externa. É importante mencionar como estes princípios reduzem a escala global para a nacional, como se pertencessem a um grupo seletivo, e os que se sentiram no passado e ainda sentem-se possuidores desta cultura passam a pertencer a um coletivo imaginário que promove conforto e esperança (Resende, 2009, p. 215).

Portanto, é visível a distinção que há entre a ideologia internacionalista liberal, que é tendenciosa à universalidade das relações internacionais, do internacionalismo conservador, que possui um carácter nacionalista. Contudo, dentro do próprio internacionalismo nacionalista, há determinadas distinções entre as posturas conservadoras e neoconservadoras, a começar pelo facto de os conservadores aproximarem-se dos preceitos da teoria realista das relações internacionais, enquanto os neoconservadores procuram se afastar do realismo. Esta diferença fica clara no uso das forças militares, pois na medida que os conservadores preferem usá-las maioritariamente para sua defesa direta, os neoconservadores as usam de maneira a anteceder ataques,

através, principalmente de ações preemptivas, como será visto mais à frente, o que julgam fazer parte do interesse nacional dos EUA (Teixeira, 2007a, p. 60).

O pensamento neoconservador é favorável a uma política de ação ao invés de reação (Kristol, 1985). Logo, sobre o uso do poder militar, segundo o acadêmico Richard Lowry, era quase consenso entre os conservadores que o poder norte-americano era um instrumento que deveria ser utilizado para o bem-estar do seu povo e que deveria ser usado sem embaraços. A questão era sobre os limites, já que os neoconservadores não tinham paciência em entender que o mundo não era feito de plástico e que seus problemas não poderiam ser resolvidos como solvente (Lowry, 2005, p. 35-36).

Ainda no mesmo tema, o viés internacionalista na escola neoconservadora é notório. De acordo com as análises após o término da Guerra Fria, sobre qual deveria ser o papel dos EUA, havia muitos que argumentavam por uma redução drástica das forças militares americanas ao redor do mundo, porém, os neoconservadores alegavam que aquele era o momento de aproveitar a superioridade americana para avançar com sua agenda e espalhar os princípios norte-americanos. Com o triunfo sobre o império do mal dos soviéticos, os EUA passaram a ser predominantes estratégica e ideologicamente. Portanto, a primeira meta deveria ser a manutenção e o aumento deste domínio norte-americano e, para alcançá-la, os EUA deveriam reforçar a sua segurança ao apoiar seus aliados, procurar alcançar os interesses do Estado e defender seus valores pelo mundo (Kagan; Kristol, 1996, p. 20). Ainda sobre o período da Guerra Fria, é possível notar como os textos e documentos produzidos na época faziam menção a uma missão nacional na qual os EUA eram predestinados a cumprir, em defesa de valores concedidos divinamente, como a dignidade e a liberdade. Estas produções iam além da análise da política externa, eram a reafirmação da identidade nacional única dos americanos através de expressões similares às puritanas (Campbell, 1998, p. 32).

Sob este argumento, para os neoconservadores, os EUA deveriam assumir, de forma clara para o resto do mundo que são a maior potência do sistema internacional e, sendo assim, interfeririam com mais vigor em conflitos internacionais. Conforme este ponto de vista, por ser uma superpotência, os EUA teriam automaticamente interesses e pretensões em todas as regiões do mundo (Teixeira, 2007a, p. 61). Anteriormente à queda do muro de Berlim e, conseqüentemente, ao fim da Guerra Fria, Irving Kristol já dizia que para uma grande potência com interesses globais, não há muitos conflitos entre outras

nações que não tragam uma sensação de que é dever se envolver, pelo menos em um nível superficial, pois quando se decide por não se envolver, a ausência de ação já configura-se uma ação e as consequências podem ser grandes (Kristol, 1986).

Neste cenário, após a implosão da União Soviética, o neoconservadorismo conquistou ainda mais espaço no debate sobre a política externa norte-americana sob o argumento de um comportamento ativo internacionalmente. Se no período da Guerra Fria, a falta de ação de uma das superpotências teria o mesmo impacto de uma ação, no início dos anos 2000, os neoconservadores defendiam que os EUA aumentassem seu domínio do sistema internacional se envolvendo ativamente nos imbróglis internacionais, mesmo antes dos ataques de 11 de setembro de 2001 (Kagan; Kristol, 2000). Esta ideia se fortalecia, sob o argumento de que os EUA deveriam estar sempre prontos para agir, com o intuito de prevenir a nação de ameaças em potencial. Os adeptos do neoconservadorismo defendiam que os EUA deveriam preferencialmente agir antes que as crises existissem, ao invés de somente quando pudesse atestar sua existência de verdade. Este deveria ser o comportamento de uma superpotência dominante que busca adaptar o sistema internacional de maneira vantajosa para si (Kagan; Kristol, 2000, p. 14).

Assim, um dos maiores pontos que caracterizam o pensamento neoconservador é a sua personalidade declaradamente internacionalista, caracterizada por defender abertamente a participação norte-americana ativa nas questões internacionais em todas as regiões do mundo, pois acreditam que os EUA são capazes, interessados e responsáveis para moldar o sistema internacional de modo que satisfaça os seus anseios. Logo, em oposição aos que defendem uma política externa tímida ou simplesmente reativa, a escola neoconservadora tem a tendência pela defesa de uma política externa ativa e pelo protagonismo dos EUA no plano internacional (Kristol, 1985). A exemplo dos sermões puritanos que criticavam a decadência da sociedade europeia convocando os verdadeiros cristãos a se salvarem, criando uma comunidade peculiar, os EUA nos tempos modernos passaram também a fomentar um desejo de reordenar o mundo a sua maneira através da política externa centrada no ativismo (Campbell, 1998, p. 32).

Entretanto, o internacionalismo ativo, até certo ponto, é uma característica do internacionalismo liberal também, porém, a diferença entre os liberais internacionalistas e os internacionalistas nacionalistas está na relação com as instituições internacionais. Enquanto o internacionalismo liberal é fundamentado em grande parte nas organizações

internacionais, o internacionalismo neoconservador é profundamente desconfiado destas instituições. Por este motivo, o internacionalismo nacionalista também pode ser chamado de internacionalismo não-institucional. Esta maneira de nomear o internacionalismo nacionalista visa destacar que o internacionalismo adotado pelos neoconservadores não tem viés humanitário, mas foca em atingir os interesses norte-americanos que, conseqüentemente, de acordo com pensamento neoconservador, seriam os mesmos interesses do restante dos países democráticos (Teixeira, 2007a, p. 62).

De facto, os conservadores dos EUA, em geral, já tendem a ser mais cépticos no que diz respeito às organizações internacionais, como exemplo, nenhum dos grupos conservadores oferece relevância à ONU, sendo essa a maior divergência entre o conservadorismo e o liberalismo nas relações internacionais (Nau, 2004, p. 23-24). Assim, o conservadorismo norte-americano defende que o nacionalismo, como sua maior virtude, é uma característica que os distingue e torna-se o grande pilar de resistência às interferências na soberania nacional por parte das instituições internacionais (Huntington, 1999/2000, p. 38). Sendo assim, a aversão às organizações supranacionais é ainda mais exacerbada por parte dos neoconservadores, pois no caso específico destes, tem mais conflitos com estas instituições devido a sua orientação notadamente internacionalista, principalmente no que diz respeito aos limites em ações internacionais.

Corroborando com esta visão, Irving Kristol já se referia aos demasiados tratados, alianças, convenções e organizações internacionais como uma piscina de areia movediça (Kristol, 1983, p. 227) e ainda falava com ironia quando tratava da OEA (Organização dos Estados Americanos), dizendo ser um tipo de miniatura da ONU, onde os EUA poderiam sair derrotados em somente três línguas, economizando, desta forma, o pagamento de tradutores (Kristol, 1983, p. 229). Neste cenário, a retaliação da escola neoconservadora às organizações internacionais ganha ainda mais vigor com o fim da Guerra Fria, devido a três razões: a falta de legitimidade destas instituições, os obstáculos frequentemente colocados que impediam que os EUA atuassem de forma mais convincente no plano internacional e que os americanos notaram que a maioria dos organismos internacionais dão legitimidade a países hostis aos EUA e, conseqüentemente aos outros Estados democráticos. Levando em conta estas razões, a escola neoconservadora tinha como objetivo deteriorar a eficácia e a legitimidade destas organizações, que são os principais motivos para elas existirem (Teixeira, 2007a, p. 63).

Obviamente, o alvo principal de críticas dos neoconservadores era a ONU, tanto que ao final da Guerra Fria, Irving Kristol escreveu que os EUA indubitavelmente precisariam manter a sua posição como uma superpotência ativa a nível mundial e que este comportamento não deveria respeitar os limites estabelecidos por organizações como ONU, OTAN, ou quem quer que fosse, pois segundo o acadêmico, o destino das instituições internacionais era tornarem-se moribundas (Kristol, 1993, p. 10). Parte desta visão sobre as organizações internacionais é herança do pensamento de Leo Strauss. O filósofo fazia críticas a este tipo de instituições, inclusive ao dizer que um estado universal, unitário ou federativo é uma ilusão e cada nação deveria conduzir sua política externa sem a ingerência delas (Strauss, 1978).

Assim, a ausência de legitimidade das instituições defendida pela escola neoconservadora baseia-se no maior valor neoconservador: democracia. O neoconservadorismo tem a democracia como seu princípio mais relevante ao lado da vertente religiosa. Conseqüentemente, não pode estar de acordo com a participação em organizações internacionais de Estados que não são democráticos. De acordo com o pensamento neoconservador, seria ilegítimo e imoral que os EUA só pudessem agir no plano internacional para defender seus interesses nacionais com a permissão de instituições internacionais, sendo que delas participam Estados que não são democráticos. Como exemplo desta situação, o argumento de Charles Krauthammer sobre o Conselho de Segurança da ONU, no qual não daria para entender a lógica moral que utilizava esta instituição para declarar moralmente legítima ou não uma invasão a um país ou qualquer outra questão internacional, sendo que contava com a participação dos “carniceiros da Praça Tiananmen”, que eram donos da cadeira chinesa no Conselho (Krauthammer, 2002). A questão da moralidade é levantada de novo nesta análise sobre as organizações internacionais não em vão. Os EUA para os neoconservadores eram a personificação de uma ideia e a democracia fazia parte desta ideia. A moral americana passava por esta forma de governo e os que não a adotavam, não buscavam seguir os passos civis/religiosos da América excepcional. Strauss fez um paralelo entre cristianismo e democracia, demonstrando a relevância de Jerusalém e Atenas para entender a cultura ocidental (Strauss, 1982, p. 147), influenciada em grande parte pela cultura dos EUA.

Da mesma maneira, questiona-se se devido à participação de países que possuem regimes não-democráticos nos quadros da ONU, ela teria legitimidade de determinar o uso da força. A sua legitimidade seria bem relativa se comparada com uma aliança de

democracias liberais, pois a presença de países como a Síria e a China, descredibilizaria a instituição em relação à uma aliança de nações que compartilham dos mesmos valores democráticos. Na visão dos neoconservadores, quando o posicionamento da ONU ia além dos Estados democráticos, estaria dando lugar apenas para ditaduras e estados totalitários (Perle, 2003, p. 69).

Ainda em relação à ONU, Charles Krauthammer era um dos seus maiores críticos, inclusive saindo em defesa da retirada dos EUA da organização. O autor argumentava que os estadistas que fundaram a instituição abusaram de idealismo e ingenuidade na motivação de sua criação. O acadêmico era enfático ao apontar a ONU como uma “instituição de papel”, ou seja, dispensável, tratando-a, inclusive, como uma barreira para a aplicação de normas internacionais, já que não haveria ninguém que impusesse o cumprimento de tais regras. Na visão do escritor, a ONU tinha tornado-se uma instituição contra o Ocidente, onde os Estados em desenvolvimento e menos poderosos poderiam advogar contra o mundo ocidental através de ataques retóricos e de falsa diplomacia (Krauthammer, 1987). Como os países antidemocráticos teriam tornado-se maioria, a ONU teria perdido o motivo de sua existência e, tendo em conta este cenário, a avaliação era de que as organizações internacionais passaram a ser não somente inúteis, como também corruptas (Krauthammer, 2004). Portanto, Krauthammer afirma que os EUA pagam pelo megafone, mas seus inimigos que falam através dele, pois os americanos que são os maiores financiadores da ONU e ao mesmo tempo os que sofrem os maiores prejuízos, devido à postura da instituição, logo, deveriam retirar-se da organização. Do mesmo modo, Irving Kristol disse que a ONU tornou-se uma instituição hostil aos interesses norte-americanos pela forma como se desenvolveu (Kristol, 1983, p. 229). Por estas opiniões, é fácil notar que a rejeição pelo viés político que a ONU tinha adotado fez dela alvo de críticas desde os anos 1980. No caso da ONU em particular, mais uma vez fica demonstrado que o pensamento ocidental, por influência norte-americana, originária da cultura puritana, tem base em dicotomias. O neoconservadorismo aproveita dessa construção de pensamento para formar sua escola, em que em um par de elementos, o segundo é a versão negativa do primeiro (Johnson, 1981, p. viii). Essa visão é notada na relação dos neoconservadores com a ONU, fundamentalmente quando se trata de democracia, que deveria, na visão deles, ser requisito básico para fazer parte do sistema internacional.

Como foi visto, no período pós-Guerra Fria, os neoconservadores intensificaram suas críticas às instituições internacionais. Este posicionamento teve seu ápice após os ataques de 11 de setembro de 2001, pois naquele período não se tratava mais somente de organizações como a ONU serem obstáculos para os interesses nacionais dos EUA, mas tornaram-se um entrave também para a manutenção da segurança nacional dos americanos (Teixeira, 2007a, p. 65). Logo, a retirada dos EUA da ONU ganhava força entre os neoconservadores. A ONU tinha se transformado, no mínimo, em um personagem irrelevante para a defesa dos EUA contra o terrorismo, que era o que os americanos mais temiam no momento. Assim sendo, ela precisava ser reformada ou os EUA deveriam considerar a hipótese de sua saída da organização. Para os neoconservadores, se os limites impostos pela ONU algum momento já foram pertinentes, naquele período não eram mais, pois queriam impor instrumentos para impedir os EUA de se defenderem. Neste cenário, o que aparentava é que grande parte dos membros da organização, incluindo nações aliadas, pareciam ter como objetivo constranger os EUA em sua luta contra o terrorismo (Frum; Perle, 2004, p. B13).

Portanto, visto que a chamada “Guerra ao Terror” necessitava de ações iminentes por parte dos americanos, as recomendações estabelecidas pela ONU foram vistas como um empecilho aos EUA de agir e preservar a segurança de seu povo. A acrescentar, o posicionamento contrário da ONU no que diz respeito à estratégia norte-americana de guerras preemptivas e preventivas, que serão vistas mais à frente, reforçando a ideia de que instituições internacionais atrapalhavam os objetivos americanos e, assim, não poderiam ser toleradas, justificando o internacionalismo nacionalista.

4.3 Unilateralismo

O debate sobre a política externa norte-americana no período da Guerra Fria estava dividido em dois lados: o lado dos liberais que eram favoráveis ao combate ao comunismo por meio de instrumentos multilaterais e o lado dos conservadores, que defendiam uma postura unilateral dos EUA na luta contra as forças comunistas. Contudo, agir de maneira unilateral sempre foi um caminho utilizado pelos que geriam a política externa dos EUA, mesmo que o discurso fosse em prol do multilateralismo, como durante a Guerra Fria, em que foi aparentemente aderido o argumento de segurança coletiva com

a criação da NATO e várias outras organizações de carácter multilateral estimularam a interdependência da economia mundial. Todavia, jamais foram contrários ao direito de terem autonomia em suas ações, porém quando tomavam esta atitude, declaravam não ser um comportamento fruto de uma doutrina. Pelo contrário, passavam a mensagem de serem multilateralistas publicamente, mas legitimavam as ações unilaterais norte-americanas privadamente, como por exemplo, no caso do Vietname (Leffler, 2004).

Logo, percebe-se que o unilateralismo não é algo novo nas Relações Internacionais para os EUA, sobretudo no núcleo conservador. Contudo, o espectro político que é mais favorável a esta característica, sem dúvidas é o neoconservadorismo, que se declara abertamente unilateralista. Pode parecer que devido ao internacionalismo ativo da escola neoconservadora e pelo unilateralismo em uma visão primária aproximar-se mais do isolacionismo, que agir de maneira unilateral não se adequaria aos neoconservadores, porém, o neoconservadorismo acrescenta ao unilateralismo um elemento que combina com seus anseios globais, pois o unilateralismo neoconservador não é passivo, mas ativo, com o intuito de forçar as ações (Krauthammer, 2002) para chegar aos seus objetivos. Assim, o unilateralismo neoconservador se distingue da sua versão isolacionista devido ao seu perfil internacionalista que se alinha ao que é o interesse dos EUA.

O olhar unilateralista neoconservador traz muitos dos conceitos straussianos sobre política externa. Strauss era a favor do unilateralismo e pensava que um “Estado universal” era uma ilusão, ou seja, rechaçava órgãos multilaterais (Strauss, 1978). Contudo, entendia que a moral com base na religião era o ponto principal para a estabilidade da sociedade (Mendes, 2015, p. 30) e para o estabelecimento de práticas sociais (Mendes, 2015, p. 48). Com isso, zonas de costumeira tensão poderiam ser pacificadas através dos princípios sociais (religiosos) e políticos norte-americanos, que se coadunam nos EUA desde sua colonização.

Desta maneira, o unilateralismo segundo pregava a escola neoconservadora foi denominado por Charles Krauthammer como “novo unilateralismo” (Krauthammer, 2001), pois o unilateralismo defendido pelos isolacionistas não tinha como finalidade usar o poder norte-americano para atingir suas metas além das fronteiras, porém, somente buscava a defesa do interesse nacional em uma visão estreita (Teixeira, 2007a, p. 67) e defensiva, aproximando-se da teoria realista das relações internacionais, como será visto

mais à frente nesta dissertação. Ao contrário deste pensamento, o novo unilateralismo expande a definição do interesse nacional dos EUA, ultrapassando a questão da autodefesa. O seu carácter amplo abriga outros interesses primordiais, que são a propagação da paz através da manutenção e divulgação da democracia pelo mundo, tendo os EUA como o ponto de equilíbrio dos preceitos democráticos globais (Krauthammer, 2002/2003).

Logo, nota-se que este unilateralismo possui interesses globais, com o objetivo de apoiar ativamente a democracia e assim preservar a ordem internacional estabelecida. A preservação da ordem na sociedade era preceito fundamental para Leo Strauss, que era sustentada pelos valores morais, o que da mesma forma os neoconservadores buscavam fazer a nível internacional. Desta forma, somente através da unicidade de valores, primeiramente dentro da América, exibindo a americanidade do povo (Resende, 2009, p. 70), é possível levá-la ao exterior e manter o status hegemónico dos EUA. Quando os neoconservadores se referem ao unilateralismo, dizem respeito sobretudo às alianças formais e institucionais que os EUA formaram no período da Guerra Fria (Teixeira, 2007a, p. 68). Diferentemente de uma postura isolacionista, para Irving Kristol, o unilateralismo não deve significar a retirada dos EUA de toda e qualquer aliança, mas não permitir que o país entre em alianças que pudessem limitar suas ações, denominadas como *entangling alliances*. Desta maneira, a ação unilateral para os neoconservadores não quer dizer uma ação solitária, mas uma ação que não permita tornarem-se dependentes de outros Estados. Então, um adepto do unilateralismo neoconservador jamais necessitaria do apoio do Conselho de Segurança para que os EUA pudessem atacar o Iraque, por exemplo. Entretanto, o que o diferencia do multilateralismo é o que poderia ser feito no caso de uma resposta negativa, ou seja, se os americanos deveriam ceder a esta organização internacional, ou não (Krauthammer, 2002/2003).

Sendo assim, a escola neoconservadora não acredita que os americanos tem a obrigação de agir por conta própria, porém, que esta não seja uma possibilidade a ser descartada de imediato. Os neoconservadores são a favor de serem feitas alianças de vontade, ou seja, de acordo com o objetivo traçado, priorizando o interesse do Estado americano. Logo, a missão faz a coalizão, não o inverso, como disse Donald Rumsfeld, então Secretário de Defesa da administração George W. Bush. Isto quer dizer que os que se mostrarem dispostos em fazer parte da coalizão devem integrá-la somente no intuito

de realizar determinada missão, que é definida exclusivamente pelos EUA (Krauthammer, 2002).

Assim, o unilateralismo adotado pelos neoconservadores tem base, primeiramente, na ilegitimidade das instituições internacionais, o que entra em acordo com o internacionalismo nacionalista, como visto no subtópico anterior. Em segundo lugar, admite-se que a característica unilateralista é fundamental para expandir as ações norte-americanas como uma superpotência no âmbito internacional (Teixeira, 2007a, p. 69). Logo, como Irving Kristol havia dito, alianças podem ser um obstáculo para que os EUA decidam agir quando lhe for propício, caracterizando assim as *entangling alliances* (Kristol, 1986). Ao mesmo tempo, o multilateralismo traz consigo demasiados protocolos, legalismos e convenções para inibir o poder norte-americano, logo, pela análise neoconservadora, os adeptos do multilateralismo visam tornar os EUA uma nação subserviente e vulnerável aos interesses de outras nações, restringindo sua liberdade de ação (Krauthammer, 2004).

Era necessário para a continuidade hegemónica, ampliar a sua influência e fazer com que outros povos pudessem ter a identidade social americana como sua também, aderindo aos seus valores, e suprimindo justamente o que eles tem em falta, na visão dos EUA (Resende, 2009, p. 120). A hegemonia é o conceito no qual uma identidade, em um contexto histórico, passa a representar diversas outras identidades. É um componente que se constitui quando uma temática, em determinado cenário, adota o papel de assumir uma plenitude que é ausente (Laclau, 2002, p. 122). Desta forma, os EUA, em sua concepção, deveriam ter a liberdade de ir ao exterior para divulgar suas convicções e demonstrar sua identidade, assim, preenchendo o vazio de outros povos e mantendo sua posição de superioridade.

Então, o unilateralismo é tido como a forma de demonstrar a força norte-americana, em contraste com o multilateralismo que é um artifício utilizado por potências menores e como este comportamento não é conforme com o histórico dos EUA, os neoconservadores justificam sua oposição a essas alianças, principalmente formadas pelos Estados europeus. Assim, o neoconservadorismo prega que em determinadas circunstâncias, os EUA devem atuar no cenário internacional sem o suporte das nações europeias aliadas, não simplesmente porque são apaixonados pelo unilateralismo, mas como a Europa se enfraqueceu e se distanciou do poder, então os norte-americanos não

teriam outra alternativa a não ser adotar a ação unilateral (Kagan, 2003, p. 100). Para Robert Kagan, a aversão dos países da Europa ao unilateralismo se daria com o intuito de defender os seus interesses e o Conselho de Segurança da ONU daria esta chancela que eles precisam (Kagan, 2003, p. 43), inclusive na questão do uso da força, em que os europeus não tendo a capacidade de usá-la, passaram a recriminá-la (Perle, 2003, p. 69). Na mesma linha deste pensamento, os neoconservadores também alegam que o multilateralismo é uma maneira de pequenas potências se fortalecerem, se aliando às grandes potências. Contudo, o multilateralismo que querem impor aos EUA, na sua posição de potência unipolar tem a finalidade de restringí-lo, por isso, por exemplo, que a França historicamente adere ao multilateralismo ardentemente (Krauthammer, 2004, p. 8).

A referência à potência unipolar ocorre porque com o fim da Guerra Fria e a queda da União Soviética, os neoconservadores tornaram-se ainda mais incisivos e o entendimento geral de que o sistema internacional a partir de então passara a ser unipolar, aumentou a autoridade do argumento unilateralista, que tinha a unipolaridade com uma aliada (Teixeira, 2007a, p. 70). Consequentemente, os críticos ao multilateralismo expandiram sua crítica também à multipolaridade e, de acordo com a escola neoconservadora, o sistema tornou-se unipolar não somente pela implosão da União Soviética, mas, além disso, a passividade dos Estados europeus em aceitar esta situação. Logo, chega-se à conclusão que nenhum outro Estado demonstrava o empenho de fazer os sacrifícios que os EUA realizaram no pequeno espaço temporal para a manutenção do sistema internacional. Exceto a China, nenhum outro país tinha disposição para realizar os gastos em poder militar para competir com as forças norte-americanas e, ao contrário dos EUA, os vizinhos não enxergavam o aumento do poderio militar chinês como um movimento harmonioso para a região (Kagan, 1998, p. 31-32).

Ratificando, os países que pleiteavam um sistema internacional multipolar, como a França, não estariam dispostos arcar com a responsabilidade e o preço que a multipolaridade requer (Kagan, 1998, p. 32). Irving Kristol também já tinha ideia similar nos anos 1980, quando alegava durante a Guerra Fria que a Europa já não tinha mais tanta importância no cenário internacional, uma vez que optou pela passividade na política externa, com um comportamento isolacionista, focando somente seu próprio bem-estar doméstico (Kristol, 1983, p. 240). Segundo o acadêmico, faltava aos Estados europeus vontade de tornarem-se grandes potências e, por consequência, elevarem seus gastos com

poder militar. Desta maneira, Europa e EUA entravam em conflito de ideias. Então, Kristol era favorável à criação de um poder unilateral pelos americanos que viabilizaria sua prática em qualquer que fosse o lugar do mundo, sendo desnecessário o apoio de outro aliado. Aqui ficam mais explícitos os frutos da filosofia puritana rendidos ao neoconservadorismo no que cerne ao excepcionalismo. A ideia de nação autossuficiente em todos os setores, com a missão de levar seus valores a todas as partes do mundo, seja essa missão por uma atribuição, ou por simplesmente ter incorporado esses valores verdadeiros e “autoevidentes” de forma contundente (Resende, 2009, p. 169). Portanto, com a interpretação dos europeus em crescente isolacionismo das questões internacionais, poderiam tornar-se em aliados inconvenientes (Kristol, 1983, p. 246). Ao final da Guerra Fria, Kristol ainda mantinha seu argumento, alegando o afastamento europeu dos assuntos mundiais e sua queda como agente importante no sistema internacional (Kristol, 1996).

À medida que crescia a divergência entre Europa e EUA, aumentava em igual proporção a dependência europeia em relação aos americanos, com seu ponto máximo no final da Guerra Fria. Segundo os neoconservadores, os anos 1990 demonstraram a falta de capacidade militar e política dos países da Europa, tendo como contraste o notório poder americano, especialmente através de sua força militar, de influenciar sem precedentes todas as regiões do mundo (Kagan, 2003, p. 25-29). O escritor Robert Kagan explica como evoluiu a divergência entre Europa e Estados Unidos através de três pontos (Kagan, 2002, p. 138-139):

Primeiramente, trata-se da diferença de estratégia de política externa. Enquanto a dos EUA tem uma orientação notoriamente global, a da Europa não vai por este caminho. Em segundo lugar, diz respeito a um conceito trabalhado nesta pesquisa anteriormente, que é a hegemonia. Enquanto os EUA procuravam manter sua condição hegemônica no sistema internacional, o objetivo da Europa era conter esta hegemonia, o que ia contra o interesse nacional norte-americano. Por último, outro tema já abordado neste capítulo: Como comumente os EUA adotavam o internacionalismo nacionalista, visando em primeiro lugar seus interesses e acreditando serem a nação indispensável, os europeus acreditavam em um internacionalismo supranacional, com base em legislações e instituições internacionais. Logo, a escola neoconservadora encontrava muitas oposições na Europa para pôr em prática seu projeto de política externa, tratando os europeus como sem relevância e até como empecilho.

Portanto, os neoconservadores tem a unipolaridade como um dos seus principais valores e, conseqüentemente, um sistema multipolar, em que outras potências possam ameaçar a posição hegemónica americana seria um cenário adverso para os EUA (Teixeira, 2007a, p. 72). Logo, um sistema internacional multipolar seria uma tentativa de balancear o poder hegemónico norte-americano (Rodman, 2001, p. 82). De forma a evitar este cenário, o neoconservadorismo acredita que a forma com que o cenário internacional ficou desenhado com o final da Guerra Fria é o ideal, pois melhor do que um mundo multipolar, com grandes potências como Rússia e China, que possuem apreço duvidoso à democracia e às liberdades individuais (Kagan, 2000, p. 24), é a clara unipolaridade, sob a liderança dos EUA, que tem como norte esses princípios devido a sua construção moral, que proporcionam a pacificidade ao sistema internacional.

4.4 Democracia

Não há dúvidas que há uma conexão entre democracia e política externa nos EUA. Esta é uma tradição que está inserida na nação desde a luta por sua independência. Os valores democráticos sempre foram um dos temas centrais nas gestões da política internacional americana durante anos, entretanto, o que diferencia o neoconservadorismo de outras linhas de política externa nesse quesito é a maneira de defender este princípio. Duas opções são consideradas: a primeira é ser um farol, um exemplo de democracia a ser seguido pelo resto do mundo, esta é aderida pelos conservadores tradicionais em geral. A outra opção é ir além disso e escolher por promover a democracia ativamente pelo mundo, esta é aceita pelos liberais. Os neoconservadores, neste caso, optam pela segunda opção, aproximando-se dos liberais neste ponto e distanciando-se dos conservadores.

Contudo, esta difusão ativa da democracia também entra em discordância com o liberalismo. Os neoconservadores são críticos à maneira de defesa ativa da democracia como uma forma de humanitarismo global. A escola neoconservadora não concorda que a democracia seja defendida em nome dela própria e dos direitos humanos (Wolfson, 2004), o que abriria espaço para a atuação de instituições internacionais. Então, os neoconservadores são enfáticos no argumento de uma forte conexão entre a promoção da democracia e o interesse do Estado, pois somente assim seriam garantidas a segurança e a soberania dos EUA no sistema internacional. Logo, conectam-se dois fatores

primordiais para o neoconservadorismo: democracia e segurança. Desta forma, a democracia é para esta escola de pensamento de política externa, primeiramente, um aspeto moral, o que distancia a visão neoconservadora do realismo. Além disso, a democracia é elemento chave da grande estratégia norte-americana para os neoconservadores porque é a melhor maneira de haver um sistema internacional ser próspero e pacífico (Stelzer, 2004b, p. 10).

Como já foi citado nesta dissertação, o advento da moral é de grande relevância para o neoconservadorismo e, sobre democracia, deve-se mencionar que o conceito faz-se presente na sociedade americana desde a colonização do país, pois a liberdade individual é um direito absolutamente moral, logo, um modelo político que valoriza este preceito, é além de moral, superior aos outros (Selden, 2004, p. 30). Assim, como a escola neoconservadora acredita que os princípios morais são universais, as relações internacionais não só podem, como devem dar lugar aos valores morais, havendo, portanto, a possibilidade de avaliação moral no campo da política externa (Podhoretz, 2004, p. 27). Desta forma, uma nova moralização das relações internacionais nos EUA é defendida pelos neoconservadores, que acreditam que os valores contidos na Declaração de Independência dos EUA vão além de princípios peculiares da sociedade norte-americana, sendo verdades universais, evidentes e longevas, ao contrário do que o conservadorismo clássico é a favor, que é a preservação dos valores americanos, que construíram a sociedade ocidental no plano doméstico, tratando de maneira indiferente sua defesa no âmbito internacional. Esta postura foi tratada pelos neoconservadores como um desgaste do núcleo do conservadorismo americano (Kagan; Kristol, 1996, p. 31). Portanto, o comportamento correto dos EUA, inclusive para sua autodefesa, seria a de civilizar o mundo, assim como foi feito pelos puritanos na chegada à Nova Inglaterra. A democracia era um veículo fundamental, ao lado do cristianismo e do nacionalismo, para levar a “religião civil americana” (Bellah, 1992) a locais que ainda fossem “selvagens” por não usufruírem deste modelo. Inclusive, Tocqueville, disse que no período de colonização, que o povo que chegou à América trouxe às novas terras um modelo de cristianismo que se transformou em uma religião democrática e republicana (Tocqueville, 2007). Esse conjunto de valores religiosos e políticos unidos formam a americanidade que os neoconservadores querem levar como missionários ao exterior.

Voltando à questão da segurança, sua relação com a democracia é central para a escola neoconservadora, inclusive no conceito de “paz democrática”, que significa um

consenso de que há uma ausência de conflitos entre Estados democráticos (Brown, 2000), pois desde o século XVIII foi criada uma zona de paz entre as sociedades liberais (Doyle, 1986). Então, este conceito propõe o argumento de que as democracias não entram em conflito entre si e, quando isto acontece, é raro que façam uso da força, porque há uma espécie de código de ética no qual consideram este artifício ilegítimo (Layne, 2000). Existem algumas teorias para explicar este fenómeno. Primeiramente, o temor a algumas situações constrangedoras institucionalmente justifica não ocorrer guerras entre as democracias, o que se caracteriza como uma teoria estrutural. Outra teoria é de que um Estado democrático usualmente julga ser uma imprudência ou injustiça iniciar um conflito com outro Estado democrático, sendo esta teoria normativa (Owen, 2000) e a que é mais aceita pelos neoconservadores. Desta forma, os neoconservadores comprovam a indispensabilidade da democracia como meio para alcançar a segurança do país, já que os Estados democráticos são mais amistosos e propensos à paz (Krauthammer, 2004, p. 15).

Ainda sobre o tema da paz democrática, como o interesse nacional dos Estados democráticos se acomoda com os dos seus semelhantes, também existe o oposto, que em determinadas ocasiões as democracias liberais entram em guerra contra Estados que não são democrático-liberais, chamada de imprudência liberal. Se é facto que existe paz entre os Estados liberais, a relação com os não liberais permanece em estado de insegurança devido ao sistema internacional anárquico. Então, embora as guerras causem um prejuízo económico, as democracias liberais tem o dever de defender-se visando os seus valores, que são a democracia, liberdades individuais, propriedade privada, entre outros contra os Estados não-democráticos (Doyle, 1986), pois o sucesso destes significa uma ameaça à promoção da democracia.

Portanto, como entende-se que os Estados liberais democráticos não entram em conflito entre si e as não democracias liberais são concebidas como ameaças em potencial. Esta equação chega ao resultado de que o nível de segurança mundial é proporcional ao número de democracias existentes no sistema internacional (Teixeira, 2007a, p. 76). Este raciocínio afeta diretamente a política externa neoconservadora para os EUA, pois vincular a segurança norte-americana ao regime político das nações através da teoria da paz democrática faz com que os americanos façam uso de medidas intervencionistas, porque na medida que Estados não-democráticos são perigosos e os democráticos são de paz, conclui-se que as democracias e, conseqüentemente, o resto do mundo, só estarão

seguros quando todos os Estados forem democráticos (Layne, 2000, p. 217). Quando há o sentimento de outricidade presente na cultura de um povo, como é o caso americano, uma diferença acentuada como a de democracia/ não-democracia, é elevada como ameaça tanto como à segurança, como à sobrevivência daquela identidade e integridade da coletividade (Resende, 2009, p. 68). O estranho acaba por causar desconforto, em especial na política externa americana.

Ademais, como os Estados não democráticos não tinham como garantia o direito às liberdades individuais, eles não estariam inseridos no acordo abstrato celebrado hipoteticamente entre as democracias que garantiria o direito de não intervenção em suas nações (Doyle, 1986). Nesta interpretação da paz democrática, pela visão do neoconservadorismo, após os ataques de 11 de setembro de 2001, inicia a “Guerra ao Terror”, na tentativa de democratizar os países do Médio Oriente visando os interesses do Estado, como o bem-estar nacional e a própria sobrevivência americana (Kaplan, 2004), como será visto posteriormente no capítulo específico sobre a política externa da administração Bush. Neste ponto, os ensinamentos de Leo Strauss se manifestam claramente na conduta neoconservadora, sobretudo no que diz respeito à finalidade da política externa, que deve ser em primeiro lugar o bem-estar do seu povo (Strauss, 1978). Além disso, Strauss era grande crítico de regimes tirânicos (Boot, 2004) e estes não deveriam ser tolerados apenas como diferentes. Sendo assim, sua existência não deveria ser aceita paralelamente à democracia, mas sua mudança deveria ser um alvo dos EUA (Kristol; Kagan, 2000, p. 20)

Neste sentido, surge um dos conceitos de maior importância dentro do neoconservadorismo: o *regime change* ou mudança de regime. Este conceito consiste em que os EUA tem de fazer uso de todos os artifícios possíveis visando pressionar Estados totalitários a tornarem-se democráticos. Para comprovar a eficácia deste conceito, é costume usar os exemplos do Japão e da Alemanha que transformaram-se em democracias no pós-Segunda Guerra Mundial com o auxílio dos americanos. Em uma década, tempo muito abaixo do esperado, o império japonês e a Alemanha nazista passaram a ser democracias liberais e capitalistas, sendo, portanto, possível fazer o mesmo em outras partes do mundo, caminhando contra os que pensavam que democracia e capitalismo somente se desenvolveriam em uma terra cultivada por séculos (Podhoretz, 2004, p. 47). A maioria dos conservadores era céptica em análises anteriores à democratização de Alemanha e Japão, que constatavam que estas nações não eram

propícias a serem democráticas e que assim seria igual no Médio Oriente (Kaplan, 2004). Segundo Charles Krauthammer, os realistas diziam que a escola neoconservadora era presunçosa ao imaginar que poderia mudar a cultura de um Estado estrangeiro em nome do desejo natural e universal de liberdade e que até poderiam provar-se corretos, mas o argumento de que a cultura confuciana parecia impermeável à democracia demonstrou estar incorreto, então ficava o questionamento se o mesmo não poderia ocorrer aos árabes (Krauthammer, 2004, p. 15).

Contudo, é importante pontuar que a promoção da democracia, independente das características do país, embora aderida pela maioria dos neoconservadores, não era unanimidade. Paul Wolfowitz tinha como argumento que alguns regimes estariam mais propícios a mudanças que outros e, por isso, os casos de Japão e Alemanha após a Segunda Guerra Mundial não necessariamente serviriam como exemplo de ação em outros Estados, devido às peculiaridades de cada um, como as condições sociais e econômicas, que criam um cenário melhor para a democratização (Wolfowitz, 2000, p. 320-321).

Os dois lados do debate sobre a promoção da democracia são analisados por Robert Kagan e William Kristol, buscando a manutenção da supremacia norte-americana utilizando o conceito de mudança de regime. Para isto, a política externa deve possuir um objetivo moral consistente, em que entende-se que o propósito moral e o interesse do Estado caminhem juntos. Neste contexto, é possível perceber que os EUA não alcançaram o patamar que estavam por meio da passividade em sua política externa, permitindo o surgimento de ameaças, mas sim propagando os princípios da democracia, liberdades individuais, livre mercado, entre outros tipicamente americanos. Assim como o puritanismo ganhou a América através de uma postura ativa dos adeptos desta corrente religiosa, que optaram por irem a uma terra distante e lá disseminarem seus valores, criando uma sociedade conforme sua crença, neoconservadores desejavam defender seu conceito de moralidade no exterior, pois assim estariam protegendo os interesses da nação também. Para o neoconservadorismo, assim como para os puritanos, a responsabilidade social era uma missão (Resende, 2000, p. 185). Para os neoconservadores, alcançar aquele nível de supremacia no sistema internacional, não implicava apenas dar suporte aos aliados dos EUA, mas ser implacável com Estados como China, Irã e Cuba, para que despertem o desejo de mudança de regime. Sendo assim, os americanos não deveriam se

relacionar com outros Estados, independentemente do regime que possuam (Kagan; Kristol, 1996, p. 27).

Desta maneira, a tentativa de acomodar Estados não democráticos em acordos e instituições internacionais de modo a restringir a proliferação nuclear, por exemplo, não teria validade, já que não haveria maneira de fazer com que tais Estados respeitassem as regras internacionais existentes, muito menos as norte-americanas. Assim, o melhor modo de se relacionar com esses Estados não seria a coexistência com eles da maneira que são, mas a transformação dos seus regimes políticos (Kagan; Kristol, 2000, p. 18-20). Para que este argumento seja posto em prática, necessitaria de intervenções, inclusive pela via militar para realizar o *regime change* nestes Estados, justificando as pautas neoconservadoras.

Levando estes fatores em conta, nota-se que há um conflito de ideias dentro da escola neoconservadora que deve ser refletido. Esta diferença trata sobre intervenção em outros Estados, pois a primeira corrente acredita em intervenções mais abrangentes, com maior grau de amplitude, interferindo em diversas questões em regiões alheias, acreditando que um perigo a um aliado americano é uma ameaça aos próprios EUA (Kagan; Kristol, 2000). A segunda corrente é mais comedida nos seus esforços e busca especificar seus conceitos e interferir somente onde realmente vale (Krauthammer, 2004, p. 19).

Assim sendo, os neoconservadores que identificam-se com a primeira corrente acreditam que os EUA só serão capazes de manterem-se como superpotência e fazendo prevalecer seus interesses nacionais e valores no sistema internacional através de uma política externa ativa de intervenções em todas as regiões do mundo (Teixeira, 2007a, p. 78). Para os adeptos deste pensamento, caso os EUA não agissem desta maneira, demonstrariam passividade, permitindo o crescimento de potências regionais, que poderiam vir a tornar-se potenciais resistências à liderança norte-americana e ameaças aos EUA de forma direta.

Para os neoconservadores que aderem a este carácter expansionista, o domínio dos EUA não podia ser monitorado à distância, em um estilo doutrina Nixon, afastando-se das questões internacionais e apenas estando em estado de alerta, mas tem o dever de ser potência em todas as regiões do mundo, seja no continente americano, Europa, Ásia ou

Méio Oriente. Para manutenção de sua posição, os EUA devem agir como se um perigo aos interesses dos Estados aliados fosse como um perigo a eles mesmos, o que, na verdade, é um facto. Em caso de instabilidade em uma região relevante e de rompimento de normas de conduta, os americanos devem reagir a esta situação se fosse no próprio país, pois agir de outra maneira demonstraria insegurança aos seus aliados, o que poderia denegrir sua liderança do sistema internacional (Kagan; Kristol, p. 16).

Desta forma, este movimento expansivo causou dissensões dentro da escola neoconservadora de política externa, em que seus opositores julgavam ser demasiadamente universalista (Krauthammer, 2004, p. 18). Era uma forma de levar ao mundo a identidade nacional americana e realizar uma espécie de conversão à americanidade, ao modo que mais nações adotando seu modo de vida, mais estável estaria sua hegemonia. Este espectro do neoconservadorismo no sentido de atuar em todas regiões do mundo exercendo o papel de propagação da democracia foi chamado de globalismo democrático, o que, como mencionado anteriormente, era visto com ressalvas por parte dos neoconservadores, como Charles Krauthammer, que dizia que o apetite de fincar a bandeira da democracia em toda parte (Krauthammer, 2004, p. 15) deveria ser visto com cautela, necessitando sensatez para determinar onde e quando intervir em outro Estado. Em oposição a este pensamento, o académico desenvolveu o denominado realismo democrático, conceito no qual os EUA apoiaram a propagação da democracia em todas as partes do mundo, mas só contribuíram com dinheiro e força militar em ocasiões estratégicas, em locais fundamentais para uma guerra contra um inimigo concreto, que representasse uma ameaça existencial à liberdade e democracia (Krauthammer, 2004, p. 16).

Portanto, vê-se que, embora a democracia seja um tema muito discutido na política externa norte-americana em diversas escolas, o neoconservadorismo dá atenção especial a este conteúdo, como um dos seus pilares, de forma nacionalista e militarista (Dorrien, 2003) como estratégia da expansão de sua influência no plano internacional. Destaque à última forma, que será analisada a seguir.

4.5 Poder Militar

Dentro do pensamento neoconservador, o poder militar talvez seja o principal instrumento para fazer com que seus valores sejam postos em prática. A análise deste pilar do neoconservadorismo passa pela frase de Theodore Roosevelt, que ficou famosa no início do século XX: “Fale manso e carregue um grande porrete, você irá longe”. Esta frase foi o guia da diplomacia do grande porrete, implementada na administração Roosevelt (Teixeira, 2007a, p. 80). Contudo, a escola neoconservadora vai por outro caminho. Para ela, ao contrário de Roosevelt, além de carregar o porrete, os EUA também deveriam falar grosso, como será visto ao longo deste tópico.

Logo, a importância do poder militar para o neoconservadorismo é compreendida a partir do uso da força como ferramenta nas Relações Internacionais. Desta forma, na medida que os liberais defendem como garantia de ordem as leis e instituições e o uso da força apenas em último caso, os neoconservadores tem este artifício como uma de suas prioridades, pois não confiam nas leis e instituições internacionais e, assim, dão mais crédito ao poder do que ao papel (Krauthammer, 2002/2003) para sua gestão de política externa. Levando este argumento em conta, pode-se dizer que o neoconservadorismo sempre tem o uso da força como uma alternativa na intenção de preservar a primazia norte-americana no sistema internacional. Como tinham a percepção de serem excepcionais por defenderem os princípios moralmente corretos, fatalmente se levantariam perigos exteriores e não deveria haver pudores para a utilização do poder militar.

Contudo, o poder militar não é valorizado somente pela escola neoconservadora, mas também por outras correntes dentro do conservadorismo. Aliás, é um fator comum entre os conservadores norte-americanos que as forças militares tem mais importância que as diplomáticas e económicas. Todavia, as divergências dentro do conservadorismo, em geral, dão-se a respeito do seu custo de manutenção. O valor para manter as forças militares são grandes e com a visão liberal na economia de Estado mínimo e corte de impostos, cria-se o impasse. Pelos conservadores tradicionais, duas medidas podem ser adotadas: o isolacionismo, usando o poder militar somente em ataques diretos ou o realismo, com somente ações focais (Teixeira, 2007a, p. 81).

Oposto a isto, o neoconservadorismo é favorável a uma política externa com um internacionalismo forte, que define o interesse nacional norte-americano diferenciado e defende o intervencionismo ao redor do mundo. Assim, os neoconservadores são de

acordo com o aumento dos gastos no poder militar e esta postura necessita de um Estado forte, o que é não é visto com bons olhos pelos outros conservadores. Já após da Guerra Fria e mesmo antes dos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, neoconservadores como Robert Kagan e William Kristol direcionaram sua atenção aos cortes no orçamento militar, sendo favoráveis a aumentar de 60 a 80 bilhões de dólares o investimento nas forças militares anualmente (Kagan; Kristol, 1996), além de argumentar que para a manutenção da supremacia norte-americana valia aumentar de 3 para 3,5% do PIB para os gastos com a defesa da nação (Kagan; Kristol, 2000, p. 15).

Além disso, os neoconservadores defendiam que fosse construído um sistema antimísseis, que seria essencial para preservar a hegemonia dos EUA no sistema internacional, pois criam que como aumentava a produção de armas de destruição em massa pelo mundo, caso estas estivessem em posse de outras potências inferiores, isto se tornaria um risco para a grande estratégia americana, já que segundo eles, somente uma nação protegida de ameaças nucleares, químicas e biológicas poderia liderar um sistema internacional conforme seus valores e seu interesse nacional (Kagan; Kristol, 2000, p. 17). Este movimento neoconservador é criticado pelos realistas, que defendem a balança de poder, alegando que geraria um desequilíbrio a favor de só um Estado. Deve-se pontuar que os isolacionistas também argumentaram a favor da construção deste sistema antimísseis, mas no sentido de os EUA focarem na sua defesa e afastarem-se de outros Estados. No entanto, o neoconservadorismo prega que o fortalecimento da defesa americana contribui para sua soberania no sistema internacional.

Assim, a escola neoconservadora de política externa intensificou seu argumento de aumento do poder militar, principalmente com o fim da Guerra Fria. Em um cenário de abismo entre as forças militares americanas em relação a qualquer outro Estado, diziam que os EUA deveriam ampliar esta diferença e intensificar a vantagem norte-americana, sendo isto essencial para a realização da sua grande estratégia. A partir daquele momento, os EUA deveriam estar prontos para qualquer tipo de ameaça que pudesse aparecer no futuro. Logo, a tese de que o uso da força deve ser a última instância tem significado diferente para os neoconservadores, pois há questões que só podem ser solucionadas com o uso desta, em que não adianta se desgastar nos setores político e econômico e quando a via militar fosse usada já seria tarde, tendo que haver mais sacrifício humano e financeiro (Perle, 2003, p. 69).

Fica claro que o pensamento neoconservador defende um alto investimento no poder militar, já que este setor teria importância maior que outros, assim como o seu uso deveria ser distinto da parte da fala de Theodore Roosevelt no sentido do tom da fala (Teixeira, 2007a, p. 83). Como já foi falado anteriormente, para os neoconservadores, os EUA também deveriam falar grosso para que todo o sistema internacional soubesse que é impossível competir com o poder americano e, assim, rebater os críticos que contestavam o facto de o governo americano gastar mais na sua defesa que parte dos outros Estados abaixo dele juntos neste quesito. O objetivo era demonstrar que a diferença de poderio militar dos EUA em relação a qualquer inimigo que pudesse aparecer era benéfica não só para o povo americano, mas para todo o mundo, devido ao seu papel de missionário em prol da liberdade ao redor do planeta. A herança puritana ainda se fazia presente séculos depois na vida dos EUA. A imaginação de serem um povo predestinado, com uma missão atribuída ainda era uma estratégia de convencimento da população. Este argumento aludia à responsabilidade moral dos EUA não só consigo, mas com todo o mundo (Resende, 2009, p. 171) e, por isso, deveriam suprimir qualquer ameaça que se levantasse contra eles, pois, conseqüentemente, causaria prejuízo a todo o planeta também. Deste modo, potenciais ameaças, vendo a capacidade tecnológica e o tamanho das forças americanas, ambicionavam cada vez menos causar distúrbios ao sistema internacional (Kagan; Kristol, 1996, p. 26).

Desta maneira, forças militares poderosas em todas as regiões do mundo passavam o recado de “nem pense nisso” (Kagan; Kristol, 2000) para potenciais ameaças. Este comportamento, como dito antes, contrastava com a teoria realista das relações internacionais, que prega a balança de poder, equilibrando o sistema internacional (Waltz, 2002, p. 176). Por outro lado, a escola neoconservadora é avessa a este equilíbrio de poder, defendendo o chamado *bandwagon* (Sarfati, 2005, p. 150), que é o alinhamento com a potência mais forte. Portanto, fica clara a diferença de visão com relação ao poder militar entre realistas e neoconservadores, enquanto os primeiros adotam uma postura defensiva contrária aos Estados que sejam ameaças, conjeturando alianças para manter o equilíbrio do sistema, os últimos buscam aumentar o poder dos EUA até não haver adversários à sua altura. Estas diferenças do neoconservadorismo com o realismo serão vistas de forma mais aprofundada mais à frente.

Ainda assim, com o ressurgimento do neoconservadorismo, que também será tratado de maneira particular nesta dissertação em um momento posterior, que se deu após

os ataques às Torres Gémeas e Pentágono, a visão neoconservadora sobre poder militar ficou ainda mais ousada. Este acontecimento fez os americanos repensarem conceitos do período da Guerra Fria, como contenção e dissuasão (Teixeira, 2007a, p. 84). Para o neoconservadorismo a estratégia de disputa com estados-pária e organizações terroristas deveria ser diferente. A presença do terrorismo juntamente com armas de destruição em massa necessita de um advento que caracteriza as medidas bélicas do neoconservadorismo: preempção. Para os neoconservadores, a dissuasão não funcionaria contra inimigos difíceis de serem encontrados e que atuavam clandestinamente, dispostos a sacrificarem suas próprias vidas, logo, a preempção tornava-se a única estratégia possível (Krauthammer, 2004, p. 11).

Portanto, ao chegar à conclusão que alguns Estados permaneceriam fora das condutas sociais aceitas no sistema mesmo sob ameaça do uso da força, nota-se que necessita-se de medidas mais drásticas, que tem a finalidade de combater o inimigo antes mesmo dele se solidificar como um, como por exemplo, no caso dos ataques de 11 de setembro de 2001, em que os EUA teriam ficado inertes por muito tempo e não combateram as ameaças a tempo. Logicamente, essas condutas sociais aceitas eram definidas socialmente pelos EUA, de acordo com seus valores, que ressonavam em grande parte do mundo, sobretudo no Ocidente. Em relação a essa aceitação ou não no sistema de acordo com a moral norte-americana demonstra mais uma vez a visão dicotômica dos EUA em relação ao diferente, colocando-o na posição não de diverso, mas do “outro”, dando a ele um tom negativo (Resende, 2009, p. 171). No entanto, para análise da preempção, é necessário defini-la e diferenciá-la de outro termo, que é a guerra preventiva. A guerra preemptiva acontece quando é iniciada através de evidências concretas de que há uma ameaça iminente, então, o componente ataca afim de não ser atacado primeiro. Diferente da guerra preventiva, que se dá a partir do entendimento que tal guerra é inevitável, mesmo que não seja iminente e adia-la ocasionaria riscos cada vez maiores. Assim, é possível notar as distinções da guerra preventiva em relação à preempção, sendo a mais óbvia de carácter temporal, em que a primeira ocorre na prevenção de impedir que o perigo apareça em um futuro distante, ainda que não haja no momento provas concretas de um possível ataque do inimigo. Também entra em questão os motivos que levaram ao ataque, visto que dá uma margem ampla para o conflito já que os indícios podem ser um tanto quanto subjetivos (Teixeira, 2007a, p. 85).

Deste modo, a preempção é um artifício mais aceito nas relações internacionais do que a prevenção, tanto que a primeira está presente na legislação internacional, coisa que a segunda não está. Um exemplo que dá legitimidade à preempção é o ataque de Israel ao Egito e Síria iniciando a Guerra dos Seis Dias, pois com a evidência das forças militares rivais ao posicionarem-se nas fronteiras israelenses, concretizavam a iminência do ataque. O exemplo neoconservador recente mais próximo disto, mas que gera certa polémica foi a invasão ao Iraque em 2003, pois os americanos argumentavam haver armas de destruição em massa em posse dos iraquianos, mas os que opunham-se a este conflito, diziam não haver indícios de iminência de um ataque iraquiano.

Portanto, a geração *neoccon*, após os ataques de 11 de setembro de 2001 estabeleceu o radicalismo árabe-islâmico configurado na ameaça terrorista como o motivo para o fortalecimento do poder militar norte-americano. A partir daquele momento, os EUA tinham o dever e o direito de colocar em prática sua grande estratégia para o plano internacional e as justificativas não eram poucas: a supremacia americana em todas as áreas, seja política, diplomática, económica ou militar; a imprevisibilidade do terrorismo árabe-islâmico; a busca pela paz no Médio Oriente através da propagação da democracia e a manutenção do sistema internacional pacífico, sob liderança norte-americana (Donnelly, 2003). Este momento do neoconservadorismo será analisado com mais detalhes, no capítulo a seguir desta dissertação.

5. Capítulo III: Era Bush: O Ressurgimento do Neoconservadorismo

Este capítulo será destinado a realizar um estudo de caso do segundo momento em que o neoconservadorismo foi adotado como modelo de política externa nos EUA: o governo de George W. Bush. Esta parte da dissertação servirá também como complemento ao primeiro capítulo, que trata do contexto histórico do neoconservadorismo norte-americano, visto que se encerrou quando tratava do período em que supunha-se que a escola neoconservadora de política externa tinha sua morte decretada, já que com o fim da Guerra Fria, as Relações Internacionais, no geral, viviam um novo momento e, em especial, os EUA. A queda da União Soviética e a clara superioridade norte-americana em todas áreas, seja econômica, política, militar ou diplomática, fez com que os neoconservadores tivessem perdido o que mais necessitavam para pôr em prática seu pensamento sobre política externa: um inimigo claro, que antes caracterizava-se no comunismo. Sendo assim, com a vitória na Guerra Fria, o neoconservadorismo não havia morrido pelo seu fracasso, mas pelo seu sucesso (Podhoretz, 1996, p. 25).

Contudo, tido como morto na década de 1990, o neoconservadorismo teve novamente sua ascensão com a chegada dos anos 2000 e o início de um novo governo nos EUA, a partir de um acontecimento que mudaria o rumo das relações internacionais. Os ataques de 11 de setembro de 2001 proporcionaram aos neoconservadores uma brecha para alcançar o objetivo que buscavam há anos, que era a construção do poder imperial norte-americano (Robin, 2004, p. B01). Desta maneira, os adeptos do neoconservadorismo reiteram a ideia de unipolaridade, vista no capítulo anterior e da formação “Império Benevolente”, já que o inimigo necessário foi novamente encontrado, agora na figura do radicalismo árabe-islâmico. Assim, na sucessão de inimigos dos americanos, que antes fora o fascismo na Segunda Guerra Mundial, o comunismo na Guerra Fria, aparecia o terrorismo como novo adversário ideológico dos EUA (Krauthammer, 2003b).

Com isso, com o intuito de constatar a utilização dos princípios que caracterizam o neoconservadorismo vistos no capítulo anterior, sendo eles o internacionalismo nacionalista, unilateralismo, a promoção da democracia e o uso ativo do poder militar, a

fim de por em prática a grande estratégia hegemônica americana, o capítulo presente tem como objetivo analisar os movimentos da política externa da administração de George W. Bush em seus dois mandatos, destacando também a guerra do Iraque, que possui acentuadas características neoconservadoras que podem traduzir o que é o pensamento.

5.1 Governo Bush- Primeiro Mandato

Desapontando as expectativas iniciais dos neoconservadores, a era Bush começa com uma política externa tímida e até tendendo para o isolacionismo. Já em seu discurso inaugural, o presidente recém-eleito diria que os inimigos dos EUA não deveriam duvidar de que eles continuariam envolvidos com as questões internacionais por sua escolha e por sua história, dando forma a uma balança de poder que privilegiasse a liberdade, demonstrando assim, resiliência, porém, sem arrogância (Bush, 2001a). Para frustração inicial de nomes como William Kristol e Robert Kagan, os planos norte-americanos para defesa da democracia no plano internacional não passavam pela ideia de se transformarem em uma potência hegemônica militar a qualquer preço, muito menos serem conhecidos por impor sua vontade aos outros Estados através de uma via unilateral. A primeira impressão era de que o *status* do neoconservadorismo continuaria o mesmo, ainda longe de influenciar os rumos da política externa dos EUA.

Esta ideia que pairava no início da gestão da política externa de Bush, muito se explica pela sua conselheira, Condoleezza Rice, que desde a campanha eleitoral já era defensora desta posição para assuntos internacionais. Sua visão era intimamente ligada à teoria realista das Relações Internacionais, como foi visto no discurso inaugural de Bush, ao citar principalmente o termo balança de poder, conceito notadamente ligado ao realismo, além de pautar sua política externa em prudência na hora de atuar e ser humilde em sua ambição (Rato, 2008, p.36). Assim, percebe-se que Bush aderiu a princípios realistas e não neoconservadores, diferença que será explicitada mais à frente nesta pesquisa, e àquela altura, parecia distante de adotar como seu modelo de política externa o neoconservadorismo.

Contudo, o cenário de pequeno espaço para o neoconservadorismo na política externa dos EUA muda a partir de 11 de setembro de 2001. Os ataques terroristas aos edifícios do World Trade Center e ao Pentágono catapultaram a escola neoconservadora

de política externa para o topo da esfera política norte-americana. Quando da ciência dos ataques, o presidente George W. Bush pensou em declarar guerra no mesmo momento e somente não o fez porque o povo ainda estava atônito com o acontecido e logo no dia seguinte declarou que qualquer Estado que fosse condescendente com o terrorismo teria que assumir pelos seus atos (Bush, 2010, p. 128). Assim, a tímida postura internacional passava à uma política ofensiva aos terroristas de todo o mundo de maneira a prevenir os americanos de um novo ataque. Inclusive Bush disse que aquele facto foi similar ao de Pearl Harbor, que culminou na entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial e expressando toda sua indignação moral ao acontecimento (Bush, 2010, p. 137).

Logo, ainda que o neoconservadorismo fosse formado por um grupo de intelectuais longe de constituir uma maioria em Washington, seus adeptos tiveram mais influência e mais poder nas decisões da Casa Branca, durante o governo Bush até do que em seu momento de ascensão anterior, na administração de Ronald Reagan (Vaisse, 2010a, p. 227). A gestão da política externa dos EUA seria inclusive diferente daquela do período da Guerra Fria, pois teria como norte uma ideologia já existente antes mesmo dos ataques às Torres Gémeas, que voltaria a estar em alta no cenário norte-americano de maneira revitalizada, com a finalidade de dar uma resposta à altura aos terroristas que feriram a América (Halper; Clarke, 2004, p. 4).

Sendo assim, poucos dias após os ataques, a fala de Bush já havia mudado totalmente em relação ao seu discurso de posse referido anteriormente. Seu discurso demonstrava que, de facto, sua política externa comedida estava no passado e que daquele momento em diante, os norte-americanos partiriam para uma luta implacável contra o terrorismo e os que contribuíssem para sua existência (Cabrita, 2016, p. 263). O presidente chegou a dizer que ou estavam com os americanos, ou então com os terroristas (Bush, 2001b). Este posicionamento evidencia que era impossível haver qualquer indecisão naquele período e, logo, a guerra contra a Al-Qaida e, conseqüentemente o Afeganistão era questão de tempo (Renshon, 2007, p. 21). Os argumentos de George W. Bush remetem aos conceitos citados no capítulo anterior e mostram o nível de influência dos neoconservadores na forma de conduzir a política externa do 43º presidente dos EUA. A posição da Casa Branca logo após o ocorrido era de significá-lo verdadeiramente como uma ferida à coletividade americana, o que não era incorreto. Os ataques a um centro financeiro, a um dos mais importantes núcleos militares do país, fora o ataque frustrado à Casa Branca, local de maior representatividade política dos EUA (Resende, 2009, p.

126), demonstravam que a intenção era ferir os não só fisicamente, mas moralmente, atingindo alguns dos principais valores da América. Este facto provava que a americanidade estava sob perigo, portanto, para a sobrevivência dela, o que a atacava deveria ser derrotado.

Era possível ver que os neoconservadores teriam relevância consideravelmente maior na administração Bush do que tinham até aquele momento em Washington, levando em conta que muitos membros que assinaram a criação do *think thank* neoconservador Project for the New American Century (PNAC) participariam do governo do republicano em posições de destaque. Contudo, em relação à orientação sobre política externa dos ocupantes dos cargos, a administração estava dividida, assim como na época de Ronald Reagan. O Departamento de Estado era preenchido maioritariamente por realistas, já o Pentágono, além do vice-presidente Dick Cheney, eram falcões e neoconservadores (Vaisse, 2010a, p. 242). O neoconservadorismo começava a ganhar espaço, porém ainda em posições de influência menor na composição do governo Bush. Aconteceu que o vice-presidente Dick Cheney e o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, que não eram de facto neoconservadores começaram a colocar os conceitos do neoconservadorismo ao centro do debate no governo americano (Cabrita, 2016, p. 264). O vice-presidente tinha como objetivo acabar com qualquer hipótese de ameaça aos americanos, para isto, visava reestruturar o poder militar dos EUA e estabelecer a democracia no Iraque, transformando-o em um aliado. Já o secretário de Defesa priorizava transformar toda a região do Médio Oriente em democracia e, para alcançá-lo, necessitava anular as forças terroristas desta zona (Vaisse, 2010a, p. 242). Levando em conta os princípios adotados, fica possível perceber que o neoconservadorismo passou a ter algum grau de influência para a administração e cabe analisar o nível de relevância deste pensamento no primeiro mandato de George W. Bush.

Sem dúvidas, os ataques de 11 de setembro de 2001 trouxeram ao governo então no poder ideias relacionadas à escola neoconservadora, sobretudo na questão de valorização da moral na política externa, trazendo de volta este conceito que orientou a administração Reagan. Logo, o inimigo dos americanos havia tornado-se outro. O que antes era o comunismo da União Soviética agora era o totalitarismo árabe-islâmico, religioso e secular (Krauthammer, 2004, p. 15-16). Assim, a guerra entre o bem e o mal estava de volta ao cenário internacional, sendo o mal representado pelo terrorismo internacional, acentuando o advento da moral nesta batalha. Na “Guerra ao Terror”, os

EUA, passaram a explorar as diferenças em relação ao “outro” que o havia atacado. Em nome da defesa e manutenção do corpo social interno, os EUA fazem a construção do inimigo e recriam a noção de identidade nacional coletiva. Essa reconfiguração permitia o uso de normas, valores, políticas especiais para aqueles tempos. O que em outros momentos era impensável, tornara-se a opção viável (Resende, 2009, p. 133)

No mês seguinte aos ataques terroristas, se inicia a Guerra no Afeganistão, combate legítimo de acordo com as organizações internacionais e apoiado pela maioria dos aliados dos americanos. Apesar de este combate ter conotações neoconservadoras, como uso enfático do poder militar, intervencionismo com intuito de promoção da democracia, há a ideia de que esta invasão ocorreria de qualquer modo, pois mesmo com a presença de um bom número de neoconservadores no governo Bush, acima de posicionamentos ideológicos ou políticos, buscou-se prioritariamente defender o interesse nacional (Cabrita, 2016, p. 265), diferentemente da intervenção no Iraque, em que houve um parecer geral de que havia sido de facto uma medida nos moldes da escola neoconservadora.

Deve-se salientar que Bush, em discurso ao Congresso no início do ano de 2002, com o objetivo de comunicar sobre a luta contra o terrorismo, exaltou o poder militar norte-americano, ao dizer que a guerra contra o terror estava somente no começo e alertou para países que seriam ameaças em potencial à segurança do povo americano, sendo eles Irão, Iraque e Coreia do Norte, nomeando-os como o eixo do mal (Bush, 2002a), com o intuito de mobilizar a população norte-americana a apoiar o combate aos inimigos de sua nação, valores e ideais. Desta forma, o presidente Bush mostrava ao mundo os principais objetivos da política externa de seu governo: a segurança da nação e a recuperação da identidade nacional americana. Assim formava-se o conceito fundamental do pensamento neoconservador, que é o uso do poder militar com a finalidade de promover a democracia e garantir a liberdade de povos sob regimes totalitários. Para cumprir esta meta, era preciso que o orçamento militar fosse elevado, já que era um investimento no país, pois levando a democracia aos Estados totalitários, conseqüentemente levaria a paz e anularia as ameaças que os EUA estavam enfrentando.

Desta maneira, os americanos tornavam válido o argumento de iniciar uma guerra preemptiva contra estes Estados párias. Corroborando com este argumento, a fala de Bush de que os EUA fariam o que fosse preciso para garantir a segurança da nação e que para

isto, não esperariam que acontecessem outros eventos e não ficariam somente observando as ameaças e o perigo aproximando-se da América. Segundo seu presidente, os EUA não permitiriam que regimes que representavam as maiores ameaças do mundo os intimidassem com as armas mais destrutivas que existiam (Bush, 2002a). Então, através de uma visão voltada à política, os pilares do neoconservadorismo citados no capítulo anterior, que são internacionalismo nacionalista, unilateralismo, poder militar e democracia, além da estratégia de manutenção da hegemonia americana no sistema internacional, uso da preempção nos conflitos e o liberalismo económico estariam presentes na Estratégia de Segurança Nacional do ano de 2002. Como nomeado por alguns como um wilsonianismo duro, o governo Bush, por meio da escola neoconservadora, trazia à tona novamente os conceitos de Woodrow Wilson, juntamente com o uso do poder militar dos EUA (Mann, 2004, p. 329). Além das ideias deste wilsonianismo duro, havia um teor straussiano na política do governo Bush. Os avisos de Leo Strauss sobre o perigo de não usar força máxima contra forças tirânicas eram considerados pelos neoconservadores, sobretudo os da geração que influenciou a presidência de George W. Bush. Inspirados também na obra de Strauss, defendiam que a política de contenção, com base no realismo tradicional ou em liberalismo suave não era a ideal contra inimigos totalitários. Pelo contrário, os EUA deveriam ir com toda sua potência para cima destas ameaças (George, 2005, p. 185).

Portanto, a reunião destas ideias citadas acima seria conhecida com a Doutrina Bush, que, conseqüentemente, equivale à política externa neoconservadora (Krauthammer, 2005). É importante esclarecer que esta Doutrina não passou a existir como resultado dos ataques de 11 de setembro de 2001. Não é intenção negar o alcance e a aceitação que a Doutrina Bush passou a ter após os atentados, mas analisando as pretensões neoconservadoras para o sistema internacional, pode-se validar esta opinião. A elaboração da Doutrina Bush se iniciou antes mesmo dos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, entre um grupo de intelectuais, sendo eles Francis Fukuyama, William Kristol, Paul Wolfowitz, Dick Cheney e Donald Rumsfeld, que não viam com bons olhos a política externa do governo anterior, de Bill Clinton, e desejavam medidas mais enérgicas para com o Iraque e Saddam Hussein (Mann, 2004).

Fortalecendo a ideia da origem da Doutrina Bush ser anterior aos ataques de 11 de setembro de 2001, alguns eventos aconteceram que justificam este argumento, como o apelo de Robert Kagan e William Kristol para que os EUA interviesse no Iraque no ano

de 1997, além da carta destinada ao então presidente Bill Clinton feita pelos membros do Project for the New American Century no ano seguinte (Cabrita, 2016, p. 267). A pretensão destes pedidos era de que os EUA fossem mais ativos nas suas posições, promovendo a democracia no âmbito internacional e criando uma política de endurecimento de medidas contra regimes totalitários para que o sistema internacional se tornasse um ambiente mais pacífico e favorável aos interesses norte-americanos. Logo, os apelos do PNAC seriam um preâmbulo da Doutrina Bush.

Desta maneira, além dos ensinamentos de Leo Strauss sobre o uso de força máxima em prol da democracia contra inimigos tirânicos, a Guerra ao Terror era a forma da escola neoconservadora elevar ao máximo a retomada pela busca da americanidade através de uma política externa proativa que visava proteger os símbolos e valores estabelecidos ainda pelos puritanos, que se desenvolveram nos EUA. O neoconservadorismo, por meio da Doutrina Bush, reproduzia o discurso criado pelo puritanismo naturalmente: de uma nação excepcional que tinha uma responsabilidade moral de ser agente da história, promovendo civilidade, progresso, modernidade, estabilidade e liberdade não somente para si, mas para o mundo (Resende, 2009, p. 238).

Assim sendo, a escola neoconservadora de política externa, representada na Doutrina Bush, como grande estratégia americana, visava vencer seus desafios para alcançar a segurança nacional dos EUA e, para isso, seria necessário traçar um plano para combater o terrorismo internacional de forma eficaz. Com o intuito de alcançar este objetivo, tornava-se necessário reconhecer a questão, formular meios viáveis para responder aos problemas que existiam e, então, aplicar estes meios para combater as ameaças de forma correta. Voltando ao estudo sobre os tipos de grande estratégia, a que mais se adequa ao neoconservadorismo, que é a de Hegemonia Global, mostra que os norte-americanos sempre queriam utilizar de um meio que proporcionasse, a segurança nacional (Mearsheimer, 2010) de maneira conjunta com o domínio do modo americano de viver em todo o mundo. Um facto que deve ser levado em consideração é que um só documento não comprova o que foi a Doutrina Bush, mas sim uma quantidade razoável de documentos, medidas tomadas, falas, enfim, somente estes tipos de ações podem determinar o modelo estratégico estabelecido (Cabrita, 2016, p. 268). Uma maneira formal de anunciar o plano pode ser pela Estratégia de Segurança Nacional (ESN), documento em que estão presentes os instrumentos que vão levar ao alcance dos interesses nacionais. Durante a administração Bush, dois destes documentos foram

elaborados, sendo o primeiro no ano de 2002. Deve-se salientar que a Estratégia de Segurança Nacional serve de complemento à ideologia adotada, no caso da Doutrina Bush, o neoconservadorismo, e sua aplicação prática no futuro, podendo não alcançar todos os objetivos no plano concreto.

Em 2002, o presidente Bush, logo na parte introdutória da Estratégia de Segurança Nacional, diz que as grandes batalhas que marcaram o século XX em que confrontavam-se entre liberdade e totalitarismo foram vencidas decisivamente por quem defendia as ideias libertárias, de democracia e da livre iniciativa (Bush, 2002b). A Estratégia de Segurança Nacional formulada por Bush, neste sentido, mantinha a fidelidade nos princípios norte-americanos de democracia, de pacificidade e livre mercado, porém ao dizer que a América agiria contra as ameaças inimigas antes mesmo de elas estarem formadas em sua totalidade (Bush, 2002b), o presidente dos EUA inseria um novo conceito à política externa americana: a guerra preemptiva. Esta ESN, continha já na introdução princípios gerais do neoconservadorismo, que, como já mencionado, tinha base no puritanismo ideológico: o espírito missionário dos EUA, assim como os dos primeiros colonizadores ao levar seus valores e transformar aquela terra “selvagem” de acordo com seu modelo de sociedade, de moldar o sistema internacional favoravelmente a si. Logo, o governo buscaria defender as liberdades individuais, os princípios cristãos, o capitalismo e o estilo de vida americano, espalhando-os para todas as partes do mundo.

Assim, os EUA aumentariam o seu papel de líder mundial e manteriam o controle das partes mais importantes do planeta. Para isto, os norte-americanos planeavam usar seu poder militar para garantir a propagação da liberdade democrática às regiões ainda totalitárias e protegê-las (Cabrita, 2016, p. 269) de tentativas de restabelecimento do autoritarismo. A ESN de 2002 possuía uma forte carga preemptiva que corroborava com a grande estratégia de Hegemonia Global vista no capítulo anterior. Por consequência, a Guerra ao Terror teria grande valor para a realização da grande estratégia hegemônica dos EUA, pois deixaria de fora do debate político internacional a possibilidade de conflito com grandes potências como Rússia e China, construindo uma vontade de aproximar-se da comunidade internacional, o que dava maior legitimidade para o uso da capacidade norte-americana no combate ao terrorismo (Linday, 2011, p. 768).

Desta forma, a ESN de 2002 era muito condizente com o que os neoconservadores defendiam, por ser contrária à visão realista e seguir a linha de Ronald Reagan durante o

período da Guerra Fria, inclusive sendo semelhante ao discurso que este proferiu no Parlamento Britânico, no ano de 1982. De facto, o acontecimento do 11 de setembro de 2001 criou o cenário para a implantação incisiva da defesa e propagação dos valores democráticos e caracterizava a missão dos EUA para o século que se iniciava, mantendo o conceito de excepcionalismo americano, em busca de criar um sistema internacional com mais prosperidade, segurança e, acima de tudo, com mais democracia (Rice, 2000, p. 46-47), motivo pelo qual o presidente Bush disse que a América era a luz da liberdade e da oportunidade no mundo (Bush, 2001c). Consonante a isto, esta ESN tinha um valor que simbolizava um vínculo entre o neoconservadorismo daquele presente e do passado: a moral. O princípio da moral presente neste documento transcendia este conceito somente na relação com a política externa americana do momento, mas fazia um elo com a ideologia política da escola neoconservadora, remetendo ao tempo de Ronald Reagan e ao que ele defendia como o papel dos EUA no mundo. A moral virtuosa dos americanos, herdada dos puritanos, concedia, perante o imaginário deles próprios, legitimidade para os EUA liderarem a luta contra as “forças do mal” na visão dos neoconservadores. Era uma luta entre luz e trevas, conforme o discurso puritano, que tendia à polarização (Resende, 2009, p. 235). Esse discurso do puritanismo é a própria americanidade que o neoconservadorismo buscava exaltar e a Doutrina Bush visava recuperar esse conceito.

Ainda sobre a missão norte-americana para com o mundo, o discurso de George W. Bush em West Point, em junho de 2002, deu uma prévia do que estaria presente na ESN do mesmo ano, definindo o rumo da política externa americana após os ataques de 11 de setembro de 2001. Este discurso tratava especificamente sobre o comportamento que os EUA deveriam ter perante o sistema internacional, defendendo a liberdade humana de modo geral e condenando o terrorismo e a opressão e, portanto, os norte-americanos tinham um dever de carácter universal com os povos de todo o mundo (Bush, 2002c, p. 126). Com este tom do discurso, Bush recuperava o pensamento que estava presente desde os tempos da colonização, apelando ao excepcionalismo americano, argumentando que os EUA deveriam fazer tudo que fosse possível para assegurar a paz mundial e as liberdades do ser humano (Bush, 2002b).

O discurso de West Point expunha o desejo do presidente Bush de construir um sistema internacional baseado nos princípios norte-americanos e somente conseguiria espalhar estes princípios utilizando seu poder militar, pois, independente dos governos vigentes nos Estados, todos os indivíduos deveriam ter direito à paz, liberdade, livre

mercado e dignidade da pessoa humana (Bush, 2002c). Desta forma, como consequência dos ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono, o governo Bush seria mais incisivo na propagação da democracia ao redor do mundo (Gaddis, 2002, p. 50-51), determinando que, inclusive, fosse utilizado aparato militar para proporcionar condições favoráveis à imposição de um sistema internacional que fomentasse a paz e a prosperidade econômica. Logo, a ESN de 2002 buscava construir uma resistência às ameaças totalitárias promovendo princípios como liberdade, livre mercado e democracia. Assim, criava um liame dos valores democráticos com advento da preempção de forma jacksoniana, preservando a segurança do povo americano (Leffler, 2003, p. 1047) e ao mesmo tempo wilsoniana, por olhar o liberalismo americano como um componente moral e ter como objetivo levá-lo aos Estados totalitários. Contudo, indo mais além, a Doutrina Bush, por meio desta ESN, pregava no melhor modelo puritano que a missão da proteção da justiça e da liberdade por todo o mundo deveria ser a base de qualquer política de segurança nacional norte-americana (Bush, 2002b).

Desta maneira, o presidente Bush tinha a teoria da paz democrática como o norte de sua política externa, procurando expandir as regiões de liberal democracia, usando até as forças militares caso fosse preciso (Rhodes, 2003/2004, p. 32). Logo, a preempção, conceito mais trabalhado na ESN de 2002, passou a ser utilizada nas guerras do Afeganistão e, principalmente na intervenção no Iraque, que foi caracterizada como a de maior influência do neoconservadorismo. Então, Bush era assertivo ao colocar o papel de manutenção da segurança e, sobretudo moral que os EUA deveriam ter era reunir todas as forças e promover suas ideias liberais nas nações em que havia sua ausência (Cabrita, 2016, p. 272). Esta obrigação moral que os americanos tinham com o mundo deveria sobrepor até mesmo a soberania dos Estados, caso seus líderes se opusessem a estas medidas (Rhodes, 2003/2004, p. 32), pois da mesma maneira que no passado essa era uma obrigação de origem divina, os neoconservadores ainda encaravam-na como superior a qualquer ordenamento ou convenção internacional estabelecidos. Portanto, conforme os valores liberais iam se penetrando nos homens, eles se transformariam em valores essenciais, penetrando em todas as nações e, para alcançar este objetivo, os americanos viam-se no direito de utilizar o poder militar contra os que tentassem pará-los (Bush, 2002b).

Neste cenário, o combate ao terrorismo naquele momento era um dos artifícios primordiais para a relevância da escola neoconservadora na política americana. Atrelado

ao combate aos radicais vinha o conceito de mudança de regime (*regime change*), que consiste em que, como medida de sua política externa, os EUA devem proporcionar oportunidades de Estados que não possuem a democracia como seu regime político de tornarem-se em Estados democráticos. Esta ideia, como necessitava de forte intervenção americana em outros países, causou debate entre os neoconservadores sobre a forma de pôr em prática. Como já mencionado, primeiramente, um grupo usou casos bem-sucedidos como os de Japão e Alemanha para justificar que a inserção da democracia pode ser feita em diversos cenários, inclusive em culturas e regiões geográficas peculiares, como os países do Médio Oriente. Já outra parte de neoconservadores são cépticos quanto a estes exemplos, pois não consideram que somente por terem êxito em determinados Estados, terão automaticamente em outros, mesmo que a situação seja similar (Podhoretz, 2007, p. 47).

Sendo assim, a propagação dos princípios democráticos e a situação hegemónica dos EUA são fundamentais para a segurança do povo norte-americano e existência dos seus valores, por isso, devem ser preservados, segundo os neoconservadores. Como dito anteriormente, se for o caso, para alcançar estas metas, o poder militar pode ser utilizado, porém, não há um consenso dentro da escola neoconservadora sobre o nível das intervenções. A primeira corrente afirma que os EUA devem ter como meta manter seu *status* de líder no sistema internacional, para isto, devem sempre moldar o sistema no intuito de que este sempre favoreça seus valores e interesses, assim como de seus aliados (Cabrita, 2016, p. 273). Esta argumentação ainda defende que devido à globalização, os interesses norte-americanos teriam uma escala cada vez mais internacional e isto seria benéfico aos aliados, pois os EUA os defenderiam de qualquer ameaça (Kagan; Kristol, 2000, p. 16). Por outro lado, o autor neoconservador Charles Krauthammer defendia um comportamento mais próximo do realismo, pois pregava que a promoção dos princípios democráticos no âmbito internacional deveria ser uma medida prioritária para os americanos, mas de uma maneira mais seletiva, definindo objetivos específicos. Desta forma, Krauthammer considerava que a propagação de democracia deveria ser de forma pontual, identificando quais as regiões que forneciam perigo aos EUA e onde estavam os inimigos concretos, para então agir nestes locais de maneira seletiva (Krauthammer, 2004, p. 16). Este argumento, segundo o grupo que o defende, constitui as bases do pensamento neoconservador e demonstra a evolução da escola na sua visão sobre política externa, levando-a, inclusive, a ter a democratização como uma forma de combater os

inimigos (Layne, 1993, p. 217) do Médio Oriente após os ataques de 11 de setembro de 2001 e frear o crescimento do terrorismo.

Além disso, a ação do poder militar através da preempção é uma visão muito peculiar do neoconservadorismo norte-americano e isso se reflete na relação com as instituições internacionais. Diferentemente do período da Guerra Fria, em que o poder militar foi usado em grande parte como instrumento de uma política de contenção, os ataques em Washington e Nova Iorque trouxeram uma nova postura dos EUA no sistema internacional, em que políticas adotadas nos últimos cinquenta anos pelos americanos não cabiam no cenário vigente no país. O que favoreceu a escola neoconservadora foi que o temor pelo terrorismo deixou de lado as críticas sobre os gastos militares e provocou uma aceitação maior das guerras preemptivas. O sistema internacional permanecia com a mesma estrutura de unipolaridade, porém, devido à presença de organizações terroristas e Estados párias havia necessidade de um aumento no orçamento militar (Cabrita, 2016, p. 274). Contudo, de acordo com seu internacionalismo nacionalista, o neoconservadorismo aflorou o sentimento de soberania nacional naquele período e fez com que os EUA tomassem a postura de não se submeterem às ordens de organizações internacionais. Não só o neoconservadorismo, mas o conservadorismo como um todo tem restrições quanto às organizações internacionais, logo, a política externa do momento estava evidente: liberdade e legitimidade americana para intervenções militares em caso de constatação de ameaças potenciais, pois esta era a maneira ideal de responder aos anseios do povo americano (Krauthammer, 2004, p. 11), que tinha vivido recentemente uma tragédia não só física, mas também no seu imaginário, que teve como consequência um forte abalo na concepção de identidade nacional, estando esta ainda fragilizada (Resende, 2009, p. 17). Desta forma, para que estas medidas fossem postas em prática não haveria possibilidade de estar debaixo de regulamentações criadas por instituições internacionais.

Inclusive, o autor Charles Krauthammer era veemente em seu discurso anti-instituições internacionais. O mesmo chegou a declarar que os EUA deveriam ser livres da “camisa de força” que as regulamentações internacionais os impõem, pois na configuração do sistema internacional do momento em que imperava a unipolaridade, não havia espaço para direcionamentos realistas ou liberais e, ainda afirmou que o multilateralismo seria somente um pretexto para a inação, logo, era propício agir de forma unilateral (Krauthammer, 2003a). Então, considerados os princípios morais, a

Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, é vista como hostil aos interesses norte-americanos, aumentando ainda mais o conflito depois dos ataques de 11 de setembro de 2001, que surgiu após o aparecimento do terrorismo internacional como perigo à segurança da potência que gozava de hegemonia no sistema. Por isso, era nítido que para a escola neoconservadora, a Guerra ao Terror não deveria ser rebaixada a regras internacionais que só tinham o desejo de bloquear o poder e o propósito dos EUA. O que comprova esse pensamento eram os freios estipulados pelo Conselho de Segurança da ONU, que impediam as medidas preemptivas ao proteger interesses alheios aos americanos, colocando a segurança do povo em risco (Frum; Perle, 2004, p. B13).

A política externa de George W. Bush baseava-se nas raízes do neoconservadorismo, expressadas na defesa da moral, das liberdades individuais e do intervencionismo democrático, que formaram ideologicamente o pensamento. É possível ver nas medidas e nos discursos do 43º presidente dos EUA, o esforço de levar o conceito da paz democrática, através dos preceitos neoconservadores, ao maior número de povos alcançáveis. Esta administração era enfática na defesa de uma sociedade livre e, assim como as antecessoras fizeram, especialmente Ronald Reagan, desejava expandir os princípios morais, de acordo com o histórico civil/religioso americano; da segurança; da democracia e da paz (Cabrita, 2016, p. 276) que construíram o Ocidente, que passou a ser chamado de mundo livre.

Portanto, o primeiro mandato de George W. Bush, expresso na ESN de 2002, que seguia os valores que compõem o neoconservadorismo (Boot, 2004, p. 46), promoveu através de sua política externa, a busca pela democratização global, com a finalidade de manter o *status* hegemónico americano. A questão era delicada, pois exigia habilidade na maneira de como agir de maneira incisiva em outras regiões, o que causava atritos e, ao mesmo tempo, não tinha intenção de gerar mudanças expressivas no sistema internacional. Para isso, era necessário que as intervenções tivessem compromisso com a liberdade, promovendo abertura comercial e acesso à democracia, pois somente assim a hegemonia dos EUA seria aceita por todos com consenso e legitimidade.

5.2 Guerra do Iraque – Tradução do Pensamento Neoconservador

Durante a administração Bush, a invasão ao Iraque, iniciada no ano de 2003, ficou caracterizada como a medida mais vinculada ao neoconservadorismo deste governo pelas razões que serão explicadas no decorrer deste tópico. A ação, de facto começa em 19 de março do ano citado, pela convicção de que os iraquianos possuíam armas de destruição em massa. Atribui-se, por parte de alguns, a motivação para invadir terras iraquianas vinda de nomes que compunham o governo, como Donald Rumsfeld e Dick Cheney, além de académicos como William Kristol, Norman Podhoretz e Paul Wolfowitz. Inclusive, há a vertente de que a possibilidade foi ventilada, quando iniciou-se a intervenção no Afeganistão e a ideia era promovida por Wolfowitz e Rumsfeld (Woodward, 2002, p. 49). Os críticos mais fervorosos declaram ser resultado do desenvolvimento da ideologia da escola neoconservadora. Enquanto isso, os de visão mais positiva, analisavam como uma forma hábil de política que buscava defender os direitos humanos e a democracia de acordo com os princípios neoconservadores, ou seja, usando o poder militar (Slaughter, 2009, p. 90-91).

É facto que a pressão do grupo intelectual neoconservador teve grande contribuição na invasão, alguns comparando até as intervenções principalmente no Iraque e também no Afeganistão às medidas da época da Guerra Fria na península coreana e em Berlim (Kaplan; Kristol, 2003, p. vii). Também se deve lembrar que a ESN de 2002 reunia conceitos que fizeram parte da construção histórica da política externa norte-americana. Claro que as circunstâncias em que foi escrita a ESN facilitaram a decisão pela intervenção, porém, observando com cuidado, percebe-se que a invasão ao Iraque ultrapassa o pensamento neoconservador e insere-se no retrospecto político dos EUA de proteção à democracia. Ao analisar a ESN, é possível notar que grande parte das menções lá contidas já estiveram presentes na formação da peculiar política externa dos EUA. Constata-se que o que estava sendo pleiteado correspondia ao que defendiam as outras quatro escolas de política externa norte-americanas citadas no início desta dissertação, sendo em maior quantidade a Wilsoniana e a Jacksoniana e em menor parte a Jeffersoniana e a Hamiltoniana (Mead, 2003, p. xviii). Já o conteúdo ideológico do documento referia-se à luta pela preservação da liberdade, da moral e do estilo de vida americano, devendo ser usado, caso necessário, o poder militar, recordando a ideia do “Império do Mal” de Ronald Reagan (Lopes, 1999, p. 711-713). Pois, assim como durante a Guerra Fria, no período da Guerra do Iraque, o sentimento coletivo dos americanos era similar, principalmente no que diz respeito à americanidade, que estava em posição de

instabilidade. Nesta questão, as ideias puritanas mencionadas ao longo deste texto tornam-se evidentes, porque para a reascensão da identidade nacional americana, foi gerado um sentimento geral de perigo constante em relação às atividades “outro” que era o inimigo (Campbell, 1998, p. 33). Sendo assim, essa política de outricidade gerava uma tendência à militarização.

Logo, fica comprovado que tanto no espectro político, quanto no ideológico, a escola neoconservadora se inspira em doutrinas já praticadas ao longo da história americana. Alguns alegam que a política externa de Bush não é algo inovador, muito menos dotado de radicalismo, mas tem origem nos primórdios dos EUA ainda como colônia, se inspirando no povo puritano e, posteriormente, como Estado independente, assemelhando-se a John Quincy Adams e Theodore Roosevelt (Stelzer, 2004a, p. 4). Assim, as ideias ultrapassam os indivíduos que estão no poder. Desta forma, vê-se que a invasão ao Iraque não foi fruto apenas da prática de ideias neoconservadoras, mas de toda uma trajetória de política externa de séculos.

Além disso, outra questão relevante que não vincula a invasão do Iraque somente ao neoconservadorismo é que o cenário da época exalava sentimentos de prudência e patriotismo após os ataques de 11 de setembro de 2001, frutos da ferida à honra da coletividade americana que este facto causou. Tal acontecimento passou a ressignificar o que eram as ameaças exteriores e fazer com que os EUA não aceitassem mais qualquer tipo de suporte ao terrorismo e posse de armas de destruição em massa. Então, para que os americanos conseguissem vencer o “mal”, era necessário combater Saddam Hussein e, até em uma visão realista, era necessária esta medida para garantir a segurança do povo e defender o interesse nacional (Cabrita, 2016, p. 279). Todas estas premissas fizeram com que a ideia da invasão amadurecesse entre os neoconservadores e proporcionaram a criação da estratégia de intervenção promovida pelo governo Bush (Vaisse, 2010a, p. 240).

Ainda há a noção de que a invasão acontece devido a uma relação muito próxima do neoconservadorismo com a preempção. Na verdade, a decisão por guerras preemptivas aconteceu como uma forma de responder aos ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono, tornando-se legítima a utilização desta política de segurança. Deve-se lembrar que as guerras preemptivas são diferentes de guerras preventivas e, portanto, possuem um grau de legitimidade maior já que se baseiam na autodefesa. É uma medida tomada quando

fica claro que um ataque inimigo é iminente e, então, deve haver uma ação anterior para que este não aconteça. Distintamente das guerras preventivas, que ocorrem com o objetivo de impedir que um rival produza poder militar ao ponto de tornar-se uma ameaça em um futuro não tão próximo (Haas, 1994, p. 51-52). Desta forma, os realistas, maiores críticos do neoconservadorismo, iniciaram uma perseguição a esta escola, associando-a sempre às guerras preemptivas em um tom reprovador.

É facto que a preempção tem grande valor para os neoconservadores e isto está descrito na ESN de 2002. Até mesmo antes da divulgação da ESN, o então Secretário de Defesa do governo americano, Donald Rumsfeld, já havia escrito que devido à impossibilidade de os EUA defenderem-se de todos os perigos existentes ao mesmo tempo, em determinados casos, uma estratégia ofensiva seria a melhor defesa (Rumsfeld, 2002, p. 31). Além disso, alguns académicos consideram que o poder militar americano deve ser usado através da preempção e unilateralmente para defender o mundo, já que o sistema é unipolar (Krauthammer, 2004, p. 11). Contudo, limitar o neoconservadorismo e, assim, a Doutrina Bush, somente à preempção é simplificar demasiadamente o pensamento, que possui uma bagagem intelectual muito maior do que simplesmente um modelo de uso do poder militar. A escola neoconservadora era fruto de alguns dos princípios que mais enraizados na sociedade americana, como o nacionalismo, a moral cristã e o apreço pela democracia. Além disso porque, as guerras preemptivas não são uma exclusividade da escola neoconservadora e nem foram inventadas por ela. O Reino Unido, por exemplo, já utilizava deste artifício militar desde o século XIX (Gove, 2004, p. 269-272). Logo, a invasão ao Iraque verdadeiramente recebeu influência do neoconservadorismo, porém, não foi um acontecimento revolucionário na história das relações internacionais.

Ainda em relação ao uso da preempção, os próprios EUA já tinham-na como estratégia de política externa no século XIX. O governo de George W. Bush é, inclusive, comparado por alguns com o de John Quincy Adams no que cerne à atuação no âmbito internacional, pois, como resposta à ofensiva dos britânicos, em 1814, que incendiaram diversos prédios públicos, entre eles a Casa Branca, episódio que ficou conhecido como a Batalha de Washington, o sexto presidente da história dos EUA promoveu uma política externa com base no unilateralismo e em ações preemptivas para atingir a posição de hegemonia no sistema, o que comprova que há uma preferência histórica dos norte-americanos em agir antes de ameaça chegar de facto (Wolfson, 2004, p. 229). Durante a

Guerra Fria, a atitude tomada por parte de Israel na Guerra dos Seis Dias de atacar locais de produção nuclear do Iraque é também um bom exemplo de preempção. Neste mesmo período, os EUA nunca descartaram usar do ataque preemptivo para proteger os interesses do Estado. Em 1999, os americanos, sob a administração do democrata Bill Clinton, junto com outros participantes da NATO, intervieram no Kosovo e derrubaram as forças militares que comandavam a região mesmo sem aval do Conselho de Segurança da ONU (Cabrita, 2016, p. 281). Nota-se que o presidente Clinton mesmo pertencendo ao Partido Democrata, que não dava espaço ao neoconservadorismo e sendo adepto do internacionalismo liberal, acatando submissão às legislações e instituições internacionais, fez uso da guerra preemptiva, ainda que utilizasse do argumento que era uma ação de carácter humanitário.

Ainda deve ser lembrado que os Estados participantes da NATO consideraram os ataques de 11 de setembro de 2001 aos EUA como um ataque a todos que pertenciam ao grupo, além de o Conselho de Segurança da ONU considerar que a ofensiva dos terroristas aos americanos havia sido demasiadamente hostil e, de acordo com sua legislação, os agredidos teriam legitimidade para se defender (Cabrita, 2016, p. 282). Logo, a intenção de denegrir o governo Bush devido ao uso das guerras preemptivas, principalmente por vias anti-neoconservadorismo mostrava-se equivocada. Assim, mesmo que a invasão ao Iraque diretamente não tenha tido autorização internacional, foi linear com políticas externas estabelecidas desde o século passado no Reino Unido (Wolfson, 2004, p. 274) e que já estavam enraizadas na vida política dos EUA. Portanto, não deve ser usada para desqualificar a escola neoconservadora.

Em resumo, a administração Bush não foi uma inovação para as relações internacionais, mas apenas segue a linha do excepcionalismo americano, que faz os EUA terem uma política externa distinta, seguindo as tradições desta nação (Monten, 2005, p. 112-156). Os neoconservadores apenas queriam que os interesses das outras nações fossem os mesmos dos EUA e não o oposto, já que, em sua visão grandiosa, acreditavam que os valores norte-americanos eram válidos de modo universal (McDougall, 1997, p. 173-174). Este pensamento está contido na ideia da hegemonia benevolente, vista anteriormente. Então, tendo em conta que o neoconservadorismo se baseia na visão excepcional que os EUA possuem, esta escola produziu uma política externa que valorizava a benevolência de hegemonia americana. Desta forma, os princípios da democracia, moral, unipolaridade, poder militar, preempção, internacionalismo

nacionalista ajudam a formar a Doutrina Bush, mas esta concepção não teria sido formulada com a mesma magnitude sem a existência do excepcionalismo americano. Este conceito colaborou muito com a construção do pensamento neoconservador, já que se sustentava na ética e na moral do estilo de vida americano, considerando de grande valia os princípios tradicionais, principalmente a relevância da religião na formação do indivíduo e da sociedade, combinando estes conceitos com a propagação dos valores democráticos (Cabrita, 2016, p. 283). Inclusive, com base no excepcionalismo foi que a religião e a moral passaram a ser envolvidas em questões de política externa. Em suma, os neoconservadores acreditavam que os outros Estados deveriam aceitar o excepcionalismo dos EUA para que o sistema internacional fosse próspero e pacífico.

Desta forma, fica claro como o governo Bush baseou a sua política externa em muitos pontos do discurso puritano, visto que o conceito de excepcionalismo americano é proveniente do puritanismo. A aceção dos EUA como nação defensora do bem, da moral, da liberdade, da ordem, da justiça, do progresso, da civilização, da democracia, entre outros valores (Resende, 2009, p. 169) que determinavam os puritanos no passado como povo eleito, também fazia parte do discurso americano durante a Guerra ao Terror. A incorporação desses valores era a ponto da crença de que deveriam ser universais, por isso, a missão de levá-los a locais totalitários legitimava, segundo eles mesmos, posturas intervencionistas, como foi o caso do Iraque.

Por consequência dos ataques de 11 de setembro de 2001, as intervenções militares norte-americanas, principalmente a invasão ao Iraque, esclareceram as pretensões globais dos EUA à época, utilizando da promoção da democracia. Desta forma, os conceitos neoconservadores foram postos em prática de tal maneira que até Irving Kristol reviu sua teoria de que o neoconservadorismo seria absorvido por um conservadorismo mais robusto, mas que esta escola estava começando a traçar seu próprio caminho, agora em seu ressurgimento, como uma corrente própria dentro do pensamento conservador, devido a sua excentricidade intelectual nos temas que tratava (Kristol 2004, p. 33), principalmente externos. Então, o final do primeiro mandato do governo de George W. Bush foi um momento delicado para os neoconservadores, sobretudo por causa da Guerra do Iraque. A estratégia para retirar Saddam Hussein foi bem-sucedida, porém, a fase de pacificação e entrega do poder ao povo iraquiano teve complicações, como o tempo de permanência das tropas americanas, as prioridades na reforma do país e o

regime político a ser adotado. O papel do poder militar teve êxito, porém, na reformulação da sociedade iraquiana foram encontradas dificuldades (Rato, 2008, p. 41).

Aproveitando o período de instabilidade, os críticos da escola neoconservadora voltaram a ter força, tratando-a como uma ideologia passageira, que poderia ser coibida rapidamente, pois o unilateralismo neoconservador fazia-se notório (Halper; Clarke, 2004, p. 10). Os críticos argumentavam que o próprio funcionamento da democracia, que tinha como fundamento a autonomia e interdependência dos poderes, faria com que o povo americano, entre eles os conservadores, observasse o neoconservadorismo como uma anomalia e o pensamento perderia forças de maneira gradativa (Halper; Clarke, 2004, p. 10). O pensamento neoconservador ficou taxado pelos que passaram a tecer depreciações como radical e que este radicalismo ficou expresso na invasão ao Iraque, pois mesmo com a argumentação da defesa da democracia, tornou-se prejudicial aos interesses nacionais dos EUA (Ikenberry, 2004, p. 7-22).

5.3 Governo Bush – Segundo Mandato

O começo do segundo mandato do presidente George W. Bush foi bem diferente em relação ao mesmo período do primeiro mandato no que cerne à política externa. Se no início de 2001 o mandatário estava cercado por simpatizantes da escola realista, em 2005, após sua reeleição, as relações exteriores norte-americanas eram dominadas pelos neoconservadores, de forma que a escola neoconservadora parecia omnipresente na administração do republicano (Wolfson, 2004, p. 216). Bush, em seu discurso de posse do segundo mandato extinguiu as dúvidas sobre a influência neoconservadora, ao dizer que a proteção da liberdade em terras norte-americanas dependia de ações bem-sucedidas que levassem a liberdade para outras terras. Ainda neste discurso, o 43º presidente norte-americano expôs que para que os EUA atingissem seus interesses vitais, deveriam apoiar e promover instituições e movimentos em prol da democracia em todas as nações, pois somente assim, a tirania no mundo chegaria ao fim e, para chegar a este objetivo, o uso de armas não seria uma prioridade, mas, se fosse preciso, poderiam utilizar deste recurso (Bush, 2005a).

O discurso de George W. Bush passava a mensagem de que a política externa do seu segundo mandato teria forte participação das ideias neoconservadoras e isto era

percebido devido às referências aos princípios que formulavam o pensamento. A proteção da liberdade no mundo remete às ideias do excepcionalismo americano e do puritanismo ideológico. O uso da força através da preempção sempre como uma alternativa havia se tornado a estratégia militar mais utilizada nesta administração. Já a democracia teria ainda mais destaque. Além, da manutenção da crença na teoria da paz democrática, que argumenta que regiões democráticas são mais seguras e pacíficas, a promoção da democracia passou a ser defendida de maneira ainda mais vigorosa, estando sempre presente nas falas do presidente e de outros componentes do governo (Cabrita, 2016, p. 285).

A promoção dos valores democráticos fez com que acadêmicos criassem teses sobre o tema. Entre elas, de que há dois modelos diversos de sociedades: as que são movidas pela liberdade ou pelo medo. Então, quando uma pessoa pode exteriorizar sua opinião no meio de sua sociedade, sem medo de ser oprimido por outras forças, este vivia em liberdade. Mas, quando o indivíduo tinha receio de se expressar por temer alguma opressão, vivia em uma sociedade movida pelo medo (Sharansky; Dermer, 2004, p. 40-41). Esta simples teoria mostra outra característica neoconservadora: o advento da moral na política externa. Pois quando se reconhece onde está o “mal”, deve-se anulá-lo e, assim, criar uma sociedade em que prevaleça a liberdade, como fez o presidente Ronald Reagan no período da Guerra Fria. À época, Reagan definiu a União Soviética como o Império do Mal, definindo quem era o lado errado no conflito, fazendo-a sofrer pressão tanto em seu território, por parte dos que eram contrários ao regime soviético, como pressão externa dos rivais que apreciavam os princípios democráticos e viam o modelo político soviético como uma ameaça (Sharansky; Dermer, 2004, p. 40-41). A administração de George W. Bush utilizou dos argumentos desta tese para estabelecer sua política externa, sobretudo no Médio Oriente. Naquele período, os EUA acreditavam que não seria possível atingir a paz na região citada sem a propagação da democracia e, por isso, as nações ocidentais deveriam batalhar para chegar a este objetivo. Logo, a Guerra ao Terror era necessária para levar a democracia aos Estados do Médio Oriente e livrá-los do radicalismo. Era a disputa entre civilização e barbárie, assim como quando aqueles britânicos desembarcaram na Nova Inglaterra, não só transformando e domando esta terra, como também purificando e abrindo os caminhos para a chegada da civilização e do progresso (Resende, 2009, p. 244). Da mesma forma, pretendiam fazer nas terras “selvagens” do Médio Oriente.

Desta maneira, a promoção da democracia tornou-se sinónimo de segurança do povo americano e para obter ambos era primordial combater o terrorismo árabe-islâmico. Reforçando esta ideia, o próprio presidente Bush, no discurso anual do Estado da União de 2005, disse que os EUA permaneceriam sólidos na Guerra ao Terror, buscando levar a democracia ao Médio Oriente e, conseqüentemente a paz, fazendo com que os Estados desta zona fossem livres e independentes (Bush, 2005b). Assim, a democratização dos países do Médio Oriente era, na visão do governo americano, a melhor maneira de derrotar o terrorismo, já que a democracia era a grande rival do totalitarismo (Dalacoura, 2005). A administração de George W. Bush, de acordo com os princípios neoconservadores, apontava a democracia como um direito universal e que tinha o poder de pacificar qualquer território onde havia algum regime político extremista, levando mais segurança aos povos da região em questão (Bush, 2005c).

Neste contexto, o Iraque tornou-se local de experimento destas ideias. O processo de promoção da democracia neste país ia além de estabelecer instituições democráticas, mas também colocar como modelo a democracia nos moldes americanos. Sendo assim, o Iraque protagonizou a batalha física e de ideias entre o liberalismo democrático norte-americano e o totalitarismo que estava presente na região. O presidente Bush ainda usava a retórica de Ronald Reagan, de que os EUA tinham que combater as forças malignas representadas pelos radicais terroristas, demonstrando que a escola neoconservadora permanecia firme no segundo mandato da administração. (Bush, 2006a). Entretanto, a campanha de mudança de regime, convertendo em democracia, era tida como uma estratégia global dos EUA para alcançar seus objetivos, entre eles a segurança. Este pensamento traduzia um dos pilares neoconservadores, pois como os americanos querem manter-se na posição de hegemonia benevolente, é fundamental que os imbróglis de política externa levem o conteúdo moral, pois assim, o interesse nacional seria protegido (Cabrita, 2016, p. 287). O interesse nacional e a moralidade estavam conectados, já que o conteúdo moral dava aos EUA autoridade para adotarem as medidas que julgavam necessárias em benefício da nação e essas automaticamente seriam benéficas também para o restante do sistema internacional. George W. Bush achava que a combinação promoção da democracia no Médio Oriente e busca de interesse do Estado era capaz de funcionar. Então, o processo de transição democrática no Iraque passou a ser parte do plano de manter e expandir a hegemonia americana.

A Estratégia de Segurança Nacional de 2006 era a prova de que os elementos citados acima faziam parte do planejamento do governo. Bush permanecia irredutível na adoção da política externa neoconservadora para os EUA, mesmo com as críticas em relação à postura da sua administração com o Iraque. A ESN ratificava a posição norte-americana expressa no mesmo documento do ano de 2002, por exemplo, na propagação da democracia como componente moral no combate ideológico contra o totalitarismo árabe-islâmico. Neste documento, o presidente dizia que os EUA estavam em uma guerra necessária, pois a luta que travavam era desafiadora, tendo como inimigo o terrorismo, que se baseava na cultura do ódio e da morte, que foi revelada para o povo americano nos ataques de 11 de setembro de 2001. Levando isto em conta, a obrigação do governo americano era proteger seus cidadãos (Bush, 2006b). Ainda sobre o papel político dos EUA, Bush expôs na ESN de 2006 que o país tinha de permanecer na posição de líder do sistema internacional e não cometer equívocos anteriores como permitir que o sistema ficasse ausente da influência norte-americana, pois esta postura favorece o nascimento de inimigos dos EUA. Por isso, naquele momento, a nação norte-americana havia escolhido liderar, ao invés de se isolar. Logo, era necessário batalhar contra os inimigos ainda em território estrangeiro para que estes não chegassem em terras americanas. Era preferível moldar o mundo do que por ele ser moldado, como é tradição da política externa norte-americana, a exemplo de Reagan, idealista nos interesses nacionais, porém realista na hora de buscá-los (Bush, 2006b).

Contudo, a ESN de 2006 tinha um teor diferente do mesmo documento de 2002, a começar pela maneira tão afirmativa de fazer projeções sobre a política externa dos EUA. Na questão da propagação democrática, a asserção era ainda mais evidente. Após o êxito das ações da organização terrorista Hamas na Palestina, o governo Bush determinou que os governos que usassem do terrorismo e de atos violentos, mesmo que em um processo eleitoral legítimo, não tinha como ser chamados de democracia, o que ficou conhecido como democracia efetiva (Bush, 2006b). A ESN de 2006 também é distinta em relação à forma de estabilizar o território após o fim do conflito militar. Os americanos tinham aprendido a lição com o caso do Iraque, em que as divisões sociais, religiosas, étnicas, o antiamericanismo e a corrupção no sistema político atrapalharam os planos americanos de democratização iraquiana. (Cabrita, 2016, p. 289). Desta maneira, esta ESN era clara quanto a batalha ideológica, visando minimizar os danos relacionados ao Iraque e, além deste, o documento reservava atenção a outros Estados párias, como a

Coreia do Norte e o Irão. A utilização das guerras preemptivas permanecia como artifício da política externa desta administração. Grandes potências como China, Rússia e Índia não eram vistas como adversários, a primeira era tida como importante componente do sistema internacional, a Rússia era parceira dos americanos, contudo necessitava ter desenvolvimentos democráticos e os indianos eram considerados parceiros estratégicos, sobretudo pela posição territorial (Bush, 2006b). O argumento moral de Reagan, citado na ESN de 2002, que fala do combate entre bem e mal, ganhou uma nova roupagem, tratando o lado do mal como tirania (Bush, 2006b). Como pode ser visto, a ESN não trazia novidade para a política externa norte-americana, apenas retornava com os princípios dos primórdios dos EUA, sobretudo na divisão entre eu/outro, bem/mal, etc., necessária para os EUA não só na questão moral, mas também na intenção de marcar sua identidade nacional, definida como americanidade.

Era fundamental o impasse no Iraque ser resolvido para que o projeto democrático americano fosse desenvolvido no Médio Oriente. Nomes próximos ao presidente Bush, ligados à gestão da política externa, como sua conselheira Condoleezza Rice, consideravam que somente proporcionando ao povo iraquiano um regime democrático seria possível alcançar os interesses dos EUA (Rice, 2008, p. 2-26), pois a democracia era maneira mais efetiva de superar o radicalismo presente na região. A implantação da democracia de facto na região, determinaria a vitória dos EUA e da americanidade na batalha dicotómica entre civilização x selvageria (Resende, 2009, p. 201), em que, na visão dos americanos, eles seriam o lado da civilização.

Corroborando com esta ideia, o presidente Bush defendeu na Assembleia Geral da ONU um mundo além do terror, onde os indivíduos pudessem viver em paz uns com os outros em prol de uma sociedade livre. Ainda sobre o tema, o 43º presidente dos EUA ainda rebateu as críticas sobre a desestabilização do Médio Oriente devido à tentativa de democratização neste mesmo discurso, alegando que a região nunca foi estável, pois teria sido lá o cenário do surgimento do extremismo, onde muitas pessoas tiveram sua esperança de futuro frustradas pelo radicalismo (Bush, 2006c). A intenção do governo americano era criar uma comunidade de democracias, onde fossem promovidas a liberdade, dignidade da pessoa humana e a justiça, sob a liderança dos EUA. George W. Bush, afirmava que os americanos tinham de continuar a serem os líderes, para isto, expunha subliminarmente o desejo de tornar Afeganistão e Iraque em Estados

democráticos estáveis (Bush, 2006c), mesmo que declarasse que o Ocidente não estava em guerra contra os islâmicos.

Contudo, ainda que ainda que defendessem sua retórica, havia um desgaste do governo Bush. O segundo mandato desta administração lidou com problemas internos que levaram os republicanos a perderem a maioria no Congresso, incluindo a crise económica do final da primeira década dos anos 2000 (Cabrita, 2016, p. 290). Especificamente na política externa, os que criticavam a Doutrina Bush e, consequentemente o neoconservadorismo, argumentavam que o governo americano havia fracassado no seu objectivo maior, que era promover a democracia pelo mundo (Smith, 2007, p. xxxviii), sobretudo no Médio Oriente, usando como exemplo a invasão do Iraque. Ainda houve outros factos, como boatos de tortura de prisioneiros, crescente probabilidade de não existência de armas de destruição em massa, a intervenção no Afeganistão, que minavam o neoconservadorismo na vida política dos EUA. Aliás, o processo de mudança de regime político no Iraque para democracia foi um tanto complexo devido às disputas pelo poder entre as correntes islâmicas sunitas e xiitas, além da influência da Al-Qaida no país (Cabrita, 2016, p. 291). A soma da tentativa de retirar Saddam Hussein do poder com a falha na implantação da democracia no Iraque denegria muito os planos dos EUA para o Médio Oriente. Completava, o desgaste americano na região o conflito entre Israel e Palestina, principalmente pela rejeição do desarmamento por parte do Hamas, grupo islâmico e contrário à existência do Estado de Israel.

De facto, a guerra do Iraque, iniciada no ano de 2003, marcou o governo Bush. Este acontecimento destacou o elo desta administração com o pensamento neoconservador, que permaneceu até o final do mandato, em janeiro de 2009. Em uma análise superficial, pode-se pensar que a adesão de George W. Bush ao neoconservadorismo como modelo de política externa para seus mandatos foi um insucesso devido ao seu fim. Contudo, com o cenário que se apresentou, principalmente após os ataques de 11 de setembro de 2001, a escola neoconservadora foi a alternativa mais viável a ser implementada em um período tão excêntrico para gerir a política externa norte-americana. Os críticos focavam na invasão ao Iraque, mas não levavam em consideração que era uma consequência da política externa em meio às circunstâncias do momento.

Sendo assim, o pensamento neoconservador era a corrente política que, de acordo com os interesses americanos, melhor poderia responder ao que se passava. O convencimento de uma batalha contra um inimigo maligno que tinha como objetivo aniquilar indivíduos inocentes, introduzindo o valor moral ao conflito; o entendimento da globalidade da causa, que não se resumia a um problema somente dos norte-americanos; o uso da força quando necessário, mesmo que não seja frequente, por isto a necessidade de um poder militar potente e levar a regiões totalitárias a democracia e, conseqüentemente a paz (Muravchik, 2007), demonstravam que o neoconservadorismo era a visão mais condizente com o momento dos EUA.

6. Capítulo IV: A Escola Neoconservadora e as Teorias das Relações Internacionais

Após o estudo do pensamento neoconservador e o seu papel na política externa norte-americana, torna-se plausível o questionamento de qual lugar a escola neoconservadora está em relação às teorias das relações internacionais. Desde este estágio inicial do capítulo, importa dizer que, como esclarecido já no Estado da Arte, nesta dissertação o neoconservadorismo não é considerado como uma teoria das relações internacionais, mas como uma escola de pensamento sobre política externa que possui uma visão excêntrica sobre os EUA, crendo no conceito de excepcionalismo norte-americano e que, portanto, como maior defensor da democracia no mundo, este país deve promovê-la, fazendo uso, caso necessário, do poder militar (Ikenberry, 2004, p. 8). Ainda que haja acadêmicos que acreditam que seja possível tratar do pensamento em estudo como uma teoria das relações internacionais, devido a suas particularidades, principalmente na restrição territorial, por ser limitada apenas aos EUA, opta-se por adotar o neoconservadorismo como uma escola de pensamento sobre política externa.

Portanto, com o objetivo de esclarecer como se dá a relação da escola neoconservadora com as teorias das Relações Internacionais, serão usadas para efeito de comparação as teorias que compõem o debate clássico da área, que são o realismo e o liberalismo. É importante lembrar que outras comparações referentes a outras teorias que são analisadas no estudo das relações internacionais seriam possíveis, porém, devido à limitação de espaço e por já ser um debate contemplado no meio acadêmico, sobretudo nos próprios EUA (Teixeira, 2007a, p. 87), opta-se por analisar o neoconservadorismo, tema central da pesquisa, em relação às teorias clássicas.

6.1 Neoconservadorismo x Realismo

Inicialmente, para falar de realismo, é necessário citar Thomas Hobbes. Hobbes concentra seu estudo na natureza humana. Como entre os indivíduos não há uma hierarquia, nem um poder central superior, acontece que a ganância e a inveja muitas vezes afloram entre os homens e, conseqüentemente, os conflitos aparecem. Logo, a relação dos humanos acaba por ser movida pelo medo e o desejo pela glória. A mesma

ideia é transferida para a relação entre Estados, que são frequentemente conflituosas por natureza pelos mesmos motivos dos conflitos entre homens (Hobbes, 1968).

Contudo, o principal nome da teoria realista clássica é Hans Morgenthau. Seu pensamento tem como base o conceito de interesse definido em termos de poder (Morgenthau, 1978). Desta forma, a tomada de decisões deve ser feita de forma racional e objetiva, afastando o julgamento moral e ético. Seguindo a mesma ideia de Hobbes, Morgenthau argumenta que não há hierarquia entre os Estados, nem uma instituição superior a estes, sendo o sistema internacional anárquico e, portanto, o primordial é defender os interesses do Estado (Cabrita, 2016, p. 306). O realismo ganhou destaque no mundo das teorias das Relações Internacionais no período pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente após a publicação *Politics Among Nations: the Struggle for Power and Peace*, do próprio Morgenthau, no ano de 1948. Neste período, como resultado do trabalho de Morgenthau, o realismo ganha consistência como teoria, o que coincide com o momento do surgimento dos EUA como potência hegemônica, por isto, também se enquadra a comparação. A princípio, o realismo parece ter pontos próximos ao neoconservadorismo, sobretudo no que diz respeito à rejeição pelas instituições internacionais, no entanto, na obra acima citada de Hans Morgenthau, analisando os conhecidos seis princípios do realismo (Morgenthau, 1978, p. 4-14), já se pode ver o afastamento das duas escolas de pensamento, destacando-se o quarto princípio, que trata sobre a presença da moral na política internacional, em que as posições são antagônicas.

A teoria realista tem alguns pontos que servem como base para a formação do pensamento. Logo de início, ressalta-se que para o realismo, os Estados são os principais atores do sistema internacional (Morgenthau, 1978, p. 30) e ainda que haja outros atores, como as instituições internacionais e movimentos terroristas, estes possuem menor importância para o funcionamento do sistema. Os Estados dominam o cenário internacional porque conseguem introduzir seu poder tanto interna, como externamente (Vasquez, 1983, p. 64). Os Estados também são entidades unitárias. Neste ponto, o realismo visa proteger a sua soberania, pois, devido a ser um ator unitário, as questões políticas que ocorrem neste, devem ser resolvidas pelo mesmo, sem interferência externa (Keohane, 1986, p. 164-165). A teoria realista também defende que os Estados são personagens racionais (Morgenthau, 1978, p. 5), sendo assim, cabe a eles estabelecerem objetivos possíveis, que sejam específicos e tenham um alcance provável, levando em conta todos os meios para atingí-lo. O realismo, em sua ótica internacional, tem como

principal meta a segurança nacional, portanto, o Estado deve sempre ter em vista seus adversários atuais e também os potenciais, pois o eventual uso da força para resolução de conflitos pode ser útil para a manutenção da balança do poder no sistema internacional. Finalmente, a teoria realista crê que os Estados são soberanos, mas que obviamente existem Estados mais fracos e mais fortes, logo, levando em conta que o sistema é anárquico, os conflitos surgem na disputa pelo poder. Sendo assim, há a busca pelo interesse nacional usando o poder que possui de modo racional (Morgenthau, 1978, p. 31), seguindo a política de *realpolitik*.

Após a exposição das características da teoria realista das relações internacionais, é necessário partir para um estudo comparativo com a escola neoconservadora de política externa, tomando como base os momentos da prática do pensamento neoconservador, sobretudo a Guerra do Iraque. Por não considerar o Iraque como uma real ameaça para o interesse nacional dos EUA, os realistas se opuseram à invasão a este país, principalmente pela adoção da preempção como medida de política externa (Fukuyama, 2006, p. 88). Os neoconservadores tinham uma visão oposta, para eles, a invasão ao território iraquiano foi o impulso para o processo de democratização da região e para a luta contra o terrorismo (Cabrita, 2016, p. 312).

As divergências entre os pensamentos estendem-se para a formação do sistema internacional. O realismo advoga que os Estados são os personagens principais e as mudanças que acontecem no sistema são devido aos níveis de poder que eles possuem (Ikenberry, 2002, p. 8), logo, o que norteia o sistema internacional é o equilíbrio de poder. Desta forma, os Estados, buscando sua sobrevivência, formam alianças de vontade quando conveniente, mantendo o equilíbrio e, conseqüentemente, o funcionamento do sistema. Neste sentido, o realismo concorda com o neoconservadorismo ao aceitar a unipolaridade como uma das formas que o sistema internacional pode adotar, mesmo que seja circunstancial, resultando em uma estrutura hegemônica ou de equilíbrio de poder. Quando há o equilíbrio de poder, os Estados mais fortes acabam por balancear seus poderes, de forma que não surja uma ameaça desproporcional devido ao acúmulo de poder. Assim, a balança de poder permanece equilibrada e o sistema internacional ainda sob a regulação da anarquia (Ikenberry, 2002, p. 9). Por outro lado, prevalece a hegemonia na visão dos realistas quando um Estado domina todos os âmbitos de poder, sobrepondo suas capacidades aos demais. Assim esta potência torna-se dominante e influencia os outros Estados a concordarem com o cenário relatado (Caesar, 2000, p. 40).

Por outro lado, não há motivo para debate sobre a unipolaridade para os neoconservadores, pois para estes, o ponto central das análises sobre relações internacionais são os EUA e a hegemonia norte-americana é o pilar da estabilidade do sistema internacional (Krauthammer, 2004). A escola neoconservadora vê a condição hegemónica americana como algo positivo para o resto do mundo, porém, o que realmente distingue a visão neoconservadora sobre hegemonia da visão realista é, de facto, a peculiaridade dos EUA, construída ao longo da sua caminhada, que traduz-se, principalmente na ideia do excepcionalismo americano oriunda no puritanismo, que defende que os EUA tem um dever com o mundo de liderá-lo e promover seus princípios entre os outros Estados (Caesar, 2000, p. 41-42), já que estes seriam, em termos de justiça e ética, superiores. É a chamada hegemonia benevolente, que, para os americanos, legitima sua posição de liderança no sistema internacional perante às demais nações (Krauthammer, 1990/1991, p. 23-33).

Portanto, no que trata sobre unipolaridade, as duas correntes até concordam que pode haver tal estrutura no sistema internacional, contudo, o realismo acredita ser apenas algo momentâneo, pois como defensor da balança do poder, crê que os Estados fracos em determinado momento formarão uma aliança e equilibrarão forças com o Estado dominante (Ikenberry, 2002, p. 8). Logo, a teoria realista, ao contrário do que o neoconservadorismo, que notoriamente buscou preservar seu *status* de hegemonia na Guerra do Iraque através do governo de George W. Bush (Schmidt; Williams, 2008, p. 195), vê um sistema internacional estável somente como multipolar ou bipolar (Waltz, 2002).

O tema que talvez seja o de maior antagonismo entre a teoria realista e a escola neoconservadora é sobre a moral. A presença do advento da moral nas relações internacionais promove visões totalmente opostas entre as duas correntes, já que o realismo não dá espaço para este conceito no âmbito internacional, sendo este, inclusive, o quarto princípio desenvolvido por Hans Morgenthau (Morgenthau, 1978, p. 12). Esta conceção é devido à anarquia do sistema, que anula qualquer valor moral da relação entre Estados, assim, eles buscam alcançar apenas os seus interesses nacionais e, para isto, visam apenas tomar atitudes racionais. Movido apenas pela razão, o sistema internacional reflete a forma em que o poder é distribuído entre as unidades estatais, sendo que os Estados fortes controlam este processo e a forma com que os demais relacionam-se (Gilpin, 1981, p. 85). Já no neoconservadorismo, os valores morais são de carácter

primordial, o que é uma tradição na política externa dos EUA desde o período de colonização, considerados por muitos neoconservadores o grande ponto de diferenciação do pensamento neoconservador do realismo (Muravchik; Clarke, 2008, p. 20). A questão da moral é a maior herança do puritanismo para a escola neoconservadora. O moralismo era o maior fruto do excepcionalismo, visto que só um povo eleito divinamente seria capaz de produzir essa gama de princípios e, assim, seria responsabilidade deste povo divulgá-los. Como já visto, da mesma forma pensam os neoconservadores, por isso o internacionalismo ativo e o unilateralismo evidente.

Críticos da escola neoconservadora alegam que esta tem o costume de observar a política internacional de forma absoluta, considerando que existem somente dois lados, devido ao incremento da moral na análise do tema, já que os seguidores do pensamento neoconservador denominam-se como defensores da moralidade (Halper; Clarke, 2004, p. 11). A dicotomia na forma de gerir a relação da América com outros povos, assim como o que ocorreu com os puritanos, que dividiram indivíduos entre eleitos x não-eleitos, seria a sustentação do discurso americano durante a Guerra Fria e da Guerra ao Terror, por exemplo (Resende, 2009, p. 249). Desta forma, os críticos argumentavam que a afirmação da americanidade acabava por fazer que outras culturas e nações fossem rejeitadas. No entanto, através dos factos, pode-se considerar que a maior parte das ações que foram consideradas bem-sucedidas na política externa americana com relação ao neoconservadorismo, foram tomadas com base no quesito moral e, conseqüentemente, elevação da identidade nacional americana no âmbito global, com destaque para a vitória americana na Guerra Fria e a conseqüente unificação da Alemanha. Sobre este tema, alguns realistas não negam a importância dos valores morais na política externa, valorizando os benefícios da democracia e dos direitos humanos, mas pensam que os EUA não devem proteger estes conceitos sem dosar as conseqüências, principalmente ao fazer uso do poder militar e abrindo mão dos interesses do Estado (Walt, 2009), o que teria acontecido na Guerra do Iraque.

Como visto no estudo a respeito do excepcionalismo americano, o apreço pela religião (cristianismo) e a posição geográfica distante das principais “zonas de conflito” fazem com que os EUA valorizem a presença da moral nas relações internacionais (Smith, 2002, p. 262). O viés religioso do cristianismo puritano que originou o excepcionalismo era muito específico, pois este prescrevia o comportamento social por completo dos que o seguiam. Assim, o puritanismo que se enraizou naquele novo mundo era não

simplesmente religião, mas a nova significação da vida (Resende, 2009, p. 270). De igual modo, os neoconservadores levavam suas crenças e práticas sociais para a discussão sobre política externa. Desta forma, a argumentação moralista é de importância ímpar ao neoconservadorismo, com defesa árdua dos ideais cristãos, democráticos, de justiça e de liberdade e de que estes devem ser levados a todo o mundo.

Portanto, fica claro que a maneira com que a política externa é conduzida é reflexo da sociedade de determinado Estado. Este pensamento é ainda mais vigoroso nos EUA, por exercer o maior patriotismo do Ocidente, segundo os neoconservadores (Kristol, 2004, p. 74) e é justamente este sentimento patriótico baseado na ideologia e na moralidade singulares que possuem, que consideram como o caminho para o êxito do sistema internacional. Assim evidencia-se o contraste entre as duas correntes, enquanto a teoria realista dá valor à conquista e manutenção de poder, a escola neoconservadora acredita que existe lugar para princípios ideológicos nas relações internacionais, mesmo que estes originem conflitos, como foi o combate do governo de George W. Bush aos Estados párias visando mudanças de regimes (Cabrita, 2016, p. 316). Na mesma medida em que o realismo detém-se aos interesses nacionais, o neoconservadorismo adiciona elementos psicológicos nas decisões políticas (Muravchik, 2007). O advento da americanidade é uma questão psicológica. A adesão de uma identidade nacional por um grupo e a determinação de ver outro grupo como antagónico passa mais pelo imaginário e, logo, pelo psicológico de cada indivíduo do que por uma estratégia política fria.

Outro tema que ocasiona diferenças é sobre a defesa e promoção da democracia. Esta é uma das bandeiras mais caracterizadoras do neoconservadorismo, que a vê como motivo para estabilização do sistema internacional. Não por acaso, o autor Francis Fukuyama disse em uma de suas obras que o regime democrático liberal, após seu sucesso nas nações ocidentais, iria avançar por todo o mundo, suprimindo os outros tipos de regimes (Fukuyama, 1992). Como já mencionado no capítulo anterior, passou a haver um suporte dos EUA em áreas como o Médio Oriente para que os Estados destas regiões aderissem à democracia como regime político, aplicando o conceito de mudança de regime. Assim, os americanos utilizavam da teoria da paz democrática, em que um sistema internacional composto por unidades estatais democráticas teria o número de conflitos reduzido drasticamente. Os neoconservadores acreditam que, além de combater os regimes totalitários, devem ir além e implementar uma ação que seja duradoura e, para conseguir isto, só através da democracia (Cabrita, 2016, p. 316), fazendo valer do uso da

força quando necessário, pois seguindo a linha dos puritanos no passado, esta questão fazia parte da missão dos EUA perante ao mundo. Aliás, o uso do poder militar como veículo para promover a democracia é uma das características marcantes da escola neoconservadora, como foi analisado anteriormente. Foi possível ver esta medida pelas intervenções militares no Médio Oriente após os ataques ao 11 de setembro de 2001. (Vaisse, 2010b, p. 5).

Os neoconservadores defendem que a transição democrática deve ser espalhada globalmente, uma vez que esta passou a ser almejada por diversos Estados em regiões que imperava o radicalismo. A adoção de uma política realista de acomodação para o Médio Oriente somente propiciou o aumento do extremismo nesta zona. Desta forma, somente líderes comprometidos com as reformas democráticas poderiam pacificar a região. Então, por mais que a Guerra do Iraque tenha sido considerada como malsucedida pelas opiniões externas, no núcleo neoconservador foi tida como exitosa por propagar o plano democrático no Médio Oriente (Wolfowitz, 2009), além de viabilizar a construção da nação iraquiana devido à implementação de instituições democráticas neste país (Boot, 2004, p. 52).

Por outro lado, a teoria realista observa a promoção da democracia de uma maneira totalmente distinta. Segundo os realistas, a propagação dos princípios democráticos da forma que foi feita pelos neoconservadores, principalmente no que ocorreu na Guerra do Iraque é equivocada, pois desperdiça vidas e dinheiro, além de denegrir a imagem do país no exterior e elevar as tensões nas regiões totalitárias, pois ataca as organizações que são ameaças aos planos americanos. Além disso, a visão global do neoconservadorismo pode sacrificar interesses pontuais importantes para os EUA. Pode-se dizer que não é uma regra geral que a promoção da democracia será efetiva, é necessário conhecer as peculiaridades culturais do local a implementá-la. Por último, é possível que tenha um efeito contrário e ameace a posição de hegemonia dos EUA (Walt, 2009). Para os realistas, a ideologia política a ser disseminada não é a democracia, mas o nacionalismo (Mearsheimer, 2005). Desta forma, a administração Bush teria cometido um equívoco ao tentar implantar a democracia sob quaisquer circunstâncias. O realismo tem como argumento para defender o nacionalismo, que é através deste que um povo pode decidir o melhor caminho para sua nação sem sofrer interferências externas. Logo, os realistas consideram que o modelo de política externa imposto pelos americanos no Médio Oriente foi agressivo e por isso houve resistência de alguns povos da região

(Cabrita, 2016, p. 317). De modo geral, em contradição ao que pensam os neoconservadores, os realistas são contrários a interferir na política de outros Estados pois creem que outras sociedades tem suas peculiaridades e este tipo de ação pode causar danos que não se esperam (Walt, 2009).

No que diz respeito ao uso do poder militar, próximo alvo de comparação entre as duas correntes, pode-se dizer que ambas iniciam em proximidade com um parecer favorável à utilização das forças militares, porém, a proporção de uso é o ponto de divergência entre os pensamentos. Por exemplo, os realistas não foram recetivos à forma como o governo Bush aderiu à preempção na Guerra do Iraque e acreditavam que os EUA poderiam impedir Saddam Hussein sem o uso de seu poder bélico. Em primeiro lugar, pois não consideravam o Iraque como um Estado que fosse uma ameaça para os interesses nacionais dos EUA. Além disso, não criam no plano político de expansionismo do Iraque, mesmo com o envolvimento deste país nas guerras com o Irão e Kuwait nas duas décadas anteriores. Os realistas também rejeitavam a ideia de que havia armas de destruição em massa no Iraque, muito menos de componente nuclear. Pode-se ver que nenhum dos argumentos da administração Bush para a Guerra do Iraque, além da utilização da preempção como medida política, eram aceitos pelos realistas. Esses acreditavam em uma política de contenção para a situação, como foi feito na União Soviética durante a Guerra Fria (Mearsheimer; Walt, 2003, p. 52-54).

No entanto, o poder militar dos EUA representa ao neoconservadorismo um meio primordial para alcançar suas metas no plano internacional. Os neoconservadores veem como equivocada a postura que os governos norte-americanos da década de 1990 aderiram de diminuição de seu poder militar em virtude de visar somente os interesses do Estado (Kagan; Kristol, 2000, p. 59). Ao contrário dos realistas, os neoconservadores não condicionam uma ação militar somente a planejamentos exatos com o pretexto de disputa de poder. A escola neoconservadora leva em consideração princípios e convicções que não podem ser medidos matematicamente (Kagan; Kristol, 2000, p. 64), mas que fazem parte da identificação da nação americana. O êxito dos EUA e da americanidade estava acima de qualquer estudo racional para a escola neoconservadora. Conforme a visão dos neoconservadores, de que estavam do “lado certo” da história, a vitória era certa, não importa o que custasse. A confiança na vitória dominava de maneira retórica a dúvida sobre a duração ou outra questão sobre a guerra (Resende, 2009, p. 244).

O realismo também é favorável ao uso da força, considerando-a necessária em muitas ocasiões, mas diverge com o neoconservadorismo na visão de equilíbrio para utilizar esta ferramenta. A escola realista defende um comportamento militar racional, enquanto o neoconservadorismo não aceita barreiras para usufruir da capacidade militar dos EUA, em especial, se for para propagar a democracia pelo mundo e realizar a transição democrática em um Estado. O que ocorreu na intervenção no Iraque durante o governo de George W. Bush exemplifica os pontos de vista citados, em que a gestão à época, seguindo à escola neoconservadora enxergou um caminho para a implementação da democracia no Médio Oriente, mas os realistas eram reticentes quanto a estas medidas, pois achavam que poderia desestabilizar ainda mais a região e minar as alianças norte-americanas (Cabrita, 2016, p. 319).

É facto que assim como a política externa neoconservadora é única em uma perspectiva geral, a sua visão sobre o poder militar não seria diferente. Primeiramente, por trazer sua característica unilateral no que diz respeito a defender os EUA no sistema internacional. Ao rejeitar o multilateralismo, os americanos tem maior autonomia e maleabilidade em suas decisões. Além disso, os neoconservadores creem na eficácia do poder militar em fazer com que a maioria dos outros Estados, sejam adversários ou aliados, temam a força dos EUA e não procurem desafiá-lo, criando o chamado *bandwagoning* (Mearsheimer, 2005). O realismo, por sua vez, é contrário à teoria de *bandwagoning* e baseia-se no conceito da balança de poder, em que em vez de os outros Estados se aliarem aos EUA, tentarão criar alianças entre eles para equilibrarem as forças no sistema internacional, não aceitando que a postura neoconservadora pudesse trazer benefícios aos norte-americanos (Walt, 2005, p. 184).

Portanto, o pensamento entre os neoconservadores da administração Bush, traduzido por Charles Krauthammer era de que o globalismo democrático que o neoconservadorismo exercia era uma evolução sobre o realismo. Segundo o autor, este conceito, além de defender os valores norte-americanos, que seriam os melhores e mais justos para os outros Estados seguirem, também dá um ensinamento de que promover a democracia não é apenas um fim, mas de igual modo é um meio para que os interesses nacionais dos EUA sejam protegidos (Krauthammer, 2004). Sobre o último ponto, na visão de Krauthammer, para que estes interesses continuem a ser preservados, os agentes políticos deveriam escolher criteriosamente onde implementar a transição democrática, para que a tentação de propagação democrática com o uso do poder militar universal não

prevaleça. Daí, a necessidade de aderir ao “realismo democrático”, título do artigo do acadêmico, que possui a premissa de apoiar a democracia em todas as partes do mundo, porém, somente fazer uso da força quando for estrategicamente necessário, ou seja, a escola neoconservadora deve disseminar seus valores americanos pelo mundo, mas agir onde, de facto, vale a pena (Krauthammer, 2004). Desta forma, seria possível defender os valores americanos e preservar os interesses nacionais estratégicos dos EUA.

Aliás, o interesse nacional também é objeto de diferenças entre o neoconservadorismo e o realismo e a Guerra do Iraque foi exemplo disto. Para o neoconservadorismo, o interesse nacional de uma potência como os EUA não pode ser reduzido somente a questões de geografia, ou seja, eles têm coisas maiores a defender, que se transportam ao campo das ideias e dos princípios. Logo, os americanos terão sempre o dever de proteger um Estado democrático de um ataque de forças totalitárias. Fazia parte da missão americana defender além de um aliado, um valor que forma sua identidade nacional. Partindo deste argumento, como ocorreu no Iraque, os neoconservadores pensam que não é necessário um aprofundamento no campo geográfico se o que está em jogo é defender o interesse nacional norte-americano e farão isto de maneira implacável (Kristol, 2004). Ademais, pela visão neoconservadora, o interesse nacional não pode ser compreendido de forma isolada, mas há de ter um sentido relacionado aos valores americanos e ao modo de vida da sociedade americana (Schmidt; Williams, 2008, p. 211). Como forma de gestão de política externa, este fator é crucial para a diferenciação da retórica realista, na medida que a escola neoconservadora considera sim, o interesse do Estado como objeto importante para o bem-estar do povo americano, porém, não tem como correta a política de reduzi-lo a questões individuais (Cabrita, 2016, p. 321). A identidade nacional americana, de origem puritana, inicialmente pareceria algo subjetivo, mas é um interesse do Estado, pois traz benefícios ao povo, visto que os valores incutidos nela são essenciais para a construção de uma sociedade virtuosa e próspera que os diferenciava dos demais, segundo os neoconservadores.

Para os neoconservadores, somente através do interesse nacional coletivo é que a sociedade norte-americana será bem-sucedida, pois fugindo desta ideia, não é possível manter a ordem internamente, nem defender a nação dos inimigos externos (Schmidt; Williams, 2008, p. 211). Desta maneira, o neoconservadorismo argumenta que o interesse nacional deve estar vinculado aos valores que construíram a nação, ou seja, como o

neoconservadorismo trata exclusivamente dos EUA, quando se fala de política externa, não se pode ter um olhar separado aos termos de poder ou ordenamentos internacionais, mas também devem ser observados os princípios e valores norte-americanos, pois são neles que os interesses do Estado são estabelecidos (Schmidt; Williams, 2008, p. 212). Como o realismo desconsidera a presença de valores nas relações internacionais, os neoconservadores veem a teoria como limitada e creem que o racionalismo intelectual e político que a formam é prejudicial, especialmente para a vida política de uma nação como os EUA. Os valores que formam a americanidade são considerados como a essência intangível da nação e é isto que os torna únicos (Resende, 2009, p. 217). Sob este argumento, a escola neoconservadora acredita que a teoria realista, com a justificativa de proteger a ordem política norte-americana, pode acabar por destruí-la, colocando em perigo o interesse do Estado (Schmidt; Williams, 2008, p. 214).

Esta visão espalha-se pelo neoconservadorismo ao longo dos acontecimentos, por exemplo, o autor Charles Krauthammer diz que a teoria realista se equivoca ao estabelecer o princípio de que o interesse do Estado é definido em termos de poder da ocasião. De acordo com esta visão, após os ataques de 11 de setembro de 2001, o realismo tornou-se um tanto antiquado para o cenário internacional que surgia a partir daquele momento, ainda mais ao tratar-se dos EUA, em que seu excepcionalismo e sua importância transcendem a visão realista de racionalidade e o interesse nacional é expresso através dos seus valores (Krauthammer, 2004). Logo, o interesse nacional para o neoconservadorismo baseia-se nesta ideia permanente de defesa da moralidade e propagação da democracia (Wolfowitz, 2009). Este conceito tem participação ímpar nas relações exteriores norte-americanas, pois traduz as particularidades da escola neoconservadora, que analisa a sociedade americana em primeiro lugar, internamente, para, então, vinculá-la ao âmbito internacional. Desta maneira, as questões culturais e políticas do povo americano guiam o rumo da política externa do país (Schmidt; Williams, 2008, p. 211). Inclusive, este comportamento à época da Guerra do Iraque possibilitou que a questão recebesse atenção, provando o êxito do neoconservadorismo em mobilizar o povo (Schmidt; Williams, 2008, p. 216).

Portanto, no contexto geral, por mais que inicialmente seja possível pensar em uma proximidade entre o neoconservadorismo e o realismo, a única relação entre as duas escolas é que ambas são adeptas ao uso do poder militar no âmbito internacional. Conforme visto durante este tópico, a escola neoconservadora torna-se diferenciada em

sua proatividade, a buscar a promoção da democracia, a manutenção da condição hegemónica dos EUA, justificando o comportamento unilateral, o incremento da moral e dos valores inspirados no puritanismo na política externa e também o uso do poder militar americano (Cabrita, 2016, p. 323). Argumentos que foram usados durante o governo Bush para legitimar a Guerra do Iraque, Estado que, segundo esta administração e, consequentemente os neoconservadores, era sinónimo violação aos princípios morais, democráticos e à liberdade.

6.2 Neoconservadorismo x Liberalismo

Antes de iniciar de facto a comparação entre as duas correntes, cabe fazer uma breve exposição sobre o liberalismo. Pode-se dizer que o liberalismo clássico foi desenvolvido através das ideias de John Locke, que se baseava na liberdade individual e em que cada indivíduo possui direitos inalienáveis, como à vida e à propriedade privada, além de acreditar que um Estado deve possuir uma forma de governo (Locke, 2001). Contudo, o nome que guia a teoria liberal nas Relações Internacionais é o de Immanuel Kant, através de sua obra “A Paz Perpétua”, que foi guia para a política externa de Woodrow Wilson e a elaboração da teoria da paz democrática (Kant, 2004), usada também pelo neoconservadorismo.

A teoria liberal tem suas características próprias, a começar por entender que os Estados não são os únicos atores fundamentais do sistema internacional e, assim, abre espaço aos agentes não-estatais, como as organizações internacionais. Essas organizações, para os liberais, possuem uma função especial na política internacional, superando a posição de apenas serem instituições que servem de trampolim para os Estados conquistarem mais poder (Keohane; Nye, 1989, p. 25), pois com a globalização, os Estados possuem um nível grande de interdependência, principalmente na economia, logo, as organizações internacionais passariam a abranger a autoridade dos atores estatais (Beitz, 1979). Além disso, os liberais, diferente dos realistas, não veem os atores estatais como unitários (Keohane; Nye, 1989, p. 25). O conceito de unidade estatal não representa a realidade para a teoria liberal, pois encobre as nuances políticas que o próprio Estado possui e, portanto, pensar que os Estados devem ser simplesmente racionais em suas decisões estaria fora da realidade, já que dentro do próprio há diferentes interesses, visões, indivíduos e formações burocráticas que influenciam na gestão de sua política externa.

Ainda sobre as tendências do liberalismo, pode-se dizer que a teoria é abrangente, pois entende a importância da segurança. Como visualiza que os Estados são conectados, diferentemente do realismo, temas como meio ambiente, economia e direitos humanos tornam-se pauta nas Relações Internacionais também (Cabrita, 2016, p. 325). Como a sobrevivência do agente estatal relacionado às questões de segurança nem sempre são prioridade, já que a economia, muitas das vezes é o elemento principal, as vontades dos Estados acabam por ficar em segundo plano. De maneira concreta, os liberais buscam resolver questões primordiais dentro do sistema internacional, de forma a englobar todos os Estados e analisar como eles podem colaborar para uma comunidade internacional harmônica através de comportamentos que são desenvolvidos e aceitos pelos membros desta comunidade. Levando estas ideias em consideração, a percepção do sistema internacional como selvagem e hostil não é aceita pelo liberalismo, sendo um estado de paz possível de existir na relação entre os Estados (Doyle, 1997, p. 19).

A teoria liberal argumenta que analisar as Relações Internacionais é tratar com diferentes tipos de posturas adotadas por atores distintos. Logo, há a rejeição da afirmativa de que os Estados são unidades intransponíveis ao que acontece fora do mesmo, mas pelo contrário, dá ênfase ao papel supranacional dos Estados e dos outros agentes que compõem o sistema (Viotti; Kauppi, 2011, p. 7-8). Os liberais também rejeitam a noção realista de racionalidade de um Estado e creem que tomadas de decisões feitas pelos seus representantes são resultado de negociações e acordos feitos por diferentes agentes internacionais (Doyle, 1997, p. 19-20).

A escola neoconservadora vê o liberalismo, em um primeiro momento, como uma possível causa de enfraquecimento dos EUA por minar a integridade dos princípios que construíram a nação, devido ao foco no individualismo e na matéria. Ou seja, como foi visto nesta dissertação, desde o combate ao movimento de contracultura durante os anos de 1970, ficava claro que a grande meta do neoconservadorismo era trazer de volta a América virtuosa, pelos valores que a formaram desde sua colonização puritana. Para os neoconservadores, o liberalismo fazia parte da concepção niilista e de queda de virtudes que assolavam os EUA (Mead, 2003, p. 139) e na medida em que se afastava de suas virtudes, a América perdia o seu diferencial perante as outras nações. Isto se refletia também na política externa do país, já que a escola neoconservadora não separa o que acontece no âmbito internacional das questões internas, pois o interesse nacional é o que ambas devem ter como objetivo. Acontece que o interesse nacional para os

neoconservadores não é somente uma equação matemática fria, mas também engloba o que é ser americano, ou seja, os valores que os fizeram ser únicos ao longo da história. Logo, o posicionamento do liberalismo em deixar à margem o advento da moral na vida social e cultural dos americanos, somente pôs em xeque os valores dos EUA, sobretudo os mais defendidos pelo neoconservadorismo (Cabrita, 2016, p. 326) e daí origina-se a crítica à teoria por parte dos neoconservadores.

Contudo, o liberalismo normalmente é relacionado à escola Wilsoniana de política externa, a qual já foi brevemente exposta nesta dissertação. Durante sua gestão, Woodrow Wilson formulou os conhecidos Catorze Pontos, que foram base para a criação da Liga das Nações. Para Wilson, o sistema internacional deveria ser pautado nos valores democráticos e na defesa dos direitos humanos (Kissinger, 1996, p. 21) e para que esse objetivo fosse alcançado, os EUA tinham o dever missionário de espalhar estes princípios pelo mundo. Sobre esta questão, é importante notar como não só o neoconservadorismo foi influenciado pelo puritanismo, mas o legado era para a civilização americana como um todo, sendo possível ver no liberalismo wilsoniano, o conceito sobre a missão que os EUA tinham com o mundo. Logo, para os liberais, esses valores tinham de ser difundidos, pois a existência da paz sustentava-se na propagação da democracia. Além disso, os Estados tinham de ter o julgamento ético semelhante aos dos indivíduos e, para isto, era necessário a criação do direito universal (Bush, 2006b). Estes conceitos fazem referência direta à teoria da paz democrática, que foi um dos pontos centrais de desenvolvimento da Doutrina Bush e ideologia utilizada como argumentação à Guerra do Iraque, que para muitos dos neoconservadores, se tivesse seguido um curso normal, seria o início de mudanças de regime para a democracia no Médio Oriente. Esta ideia, de certa forma, une a teoria liberal e a escola neoconservadora, ao pensar que seria possível haver uma pacificação geral na região (Vaisse, 2010a, p. 2).

Ainda sobre a relação da moral nas relações internacionais e a promoção da democracia, há uma predisposição a fazer um vínculo entre o neoconservadorismo e a escola Wilsoniana, que segue uma linha liberal. Isto ocorre, pois, a escola neoconservadora é favorável a um projeto de mudança de regime universal rumo à democracia, o que não é a linha seguida pelos realistas, que tendem a acomodar os regimes totalitários, ao invés de tentar convertê-los (Vaisse, 2010a, p. 278). Desta forma, ao comparar as duas teorias que formam o debate clássico das relações internacionais, o neoconservadorismo é mais tendencioso ao liberalismo do que ao realismo, que é a teoria

seguida pelos conservadores. Assim como o neoconservadorismo, o liberalismo wilsoniano também defendia que os EUA deveriam ser protagonistas no sistema internacional devido a sua identidade nacional detentora de valores que a faziam única no mundo, porém usando de outros métodos, como a legislação internacional. Esta proximidade à teoria liberal, mesmo com as divergências a respeito das organizações internacionais, que se reflete em uma espécie de wilsonianismo neoconservador, é devido à noção de moralidade e à propensão de mudar a situação que se encontra, além de um poder militar robusto, o que automaticamente distancia a escola neoconservadora do âmbito conservador na política internacional (Selden, 2004, p. 124).

Apesar de o neoconservadorismo não tratar a política externa como um campo a parte, os embates na área para esta escola não estão na dimensão partidária americana, ou seja, entre republicanos e democratas, mas vão ao campo teórico, entre realistas e liberais (Cabrita, 2016, p. 327), em que os neoconservadores são pendentos ao lado do liberalismo. Como mencionado antes, o afastamento do conservadorismo neste ponto acontece, pois, a teoria realista tem essência conservadora, principalmente ao ser extremamente cautelosa em se expor ao promover a democracia. Já o neoconservadorismo, um tanto ligado à escola Wilsoniana, é ousado na questão da democracia, inclusive possuindo a intenção de criar um sistema internacional com base na divulgação dos princípios democráticos e no Estado de Direito. Sendo assim, o grande diferencial da escola neoconservadora ao liberalismo é a aversão às organizações internacionais, mas a meta a ser alcançada tem semelhanças, que é a liderança dos EUA para tornar o sistema internacional e seus componentes totalmente democráticos (Selden, 2004, p. 124). Houve a tentativa de implementação deste plano no caso do Iraque, por exemplo, em que era o ponto de partida para solucionar as questões do Médio Oriente no que diz respeito à democracia, regimes autoritários e organizações terroristas. Neste caso, a administração Bush usou do argumento da primazia norte-americana, que face a um novo tipo de inimigo deveria buscar um novo tipo de guerra, atacando antes de ser atacado, devido à ineficácia das organizações internacionais na promoção da segurança internacional (Resende, 2009, p. 125).

Por essa adoção de uma parte da postura liberal, os neoconservadores são também chamados de wilsonianos duros, devido ao foco na política externa que se inicia de um pilar de poder (Halper; Clarke, 2004, p.74). Pelo mesmo motivo recebem a denominação de wilsonianos idealistas, pois não tem a inocência da escola Wilsoniana e,

consequentemente, dos liberais, mas são conscientes de que somente é prejudicial para os EUA tentar promover seus ideais por meio de organizações internacionais, a exemplo da ONU (Boot, 2004, p. 49). Por sua vez, os neoconservadores são unilateralistas neste tipo de ação, pois o que está em jogo é o poder e, mais precisamente, o poder americano. Assim sendo, o neoconservadorismo define-se objetivamente pela sua participação na política externa americana através de um wilsonianismo duro, que defende os valores americanos, mas é avesso à subserviência às legislações e organizações internacionais. Na visão dos neoconservadores, as organizações internacionais acabavam por minar a realização da missão americana no planeta, pois através destas, os EUA seriam submetidos a legislações que viriam a bloquear a sua atuação no sistema internacional. Além disso, colocava o país em condição de igualdade aos outros, inclusive àqueles que faziam parte do lado do “mal”, conforme o método puritano de dicotomia. Ainda sobre a ligação entre as duas correntes, os adjetivos ao modelo wilsoniano que o neoconservadorismo recebe mudam, mas geralmente tem o intuito de referirem-se ao poder militar, como o de um wilsonianismo militarista, que cresceu dentro do Partido Republicano após a vitória nas primárias do candidato George McGovern (Dorrien, 2004, p. 242), assim como o wilsonianismo com dentes (Mearsheimer, 2005).

Nesta relação de proximidade e afastamento ao mesmo tempo entre as duas escolas, o neoconservadorismo acaba por ser confundido entre algumas correntes liberais, a exemplo da liberal intervencionista, à exceção, claro, da relação com as instituições internacionais, que segundo os liberais, dão legitimidade à primazia americana. Contudo, o neoconservadorismo e esta corrente liberal defendem diversos pontos em comum como um grande poder militar, a democracia e o dever/direito dos EUA de estarem presentes em todas as questões internacionais que vierem a ocorrer, o que faz com que alguns analistas digam que neoconservadores são liberais intervencionistas com esteroides ou o contrário, que os liberais intervencionistas são neoconservadores mais dóceis (Walt, 2011). Além das características em comum já mencionadas, as correntes convergem na ideia de que ataques às liberdades em determinado Estado incentivam o mesmo acontecimento em outros Estados, assim como boas decisões políticas em um Estado também se refletem em outros. Por isso, os EUA devem estar atentos e serem participativos em todas as ocorrências internacionais, sobretudo, pensando em seus próprios interesses (Muravchik, 2007). Percebe-se que o elemento da moral permeia nesta ideia, corroborando com a visão de que o neoconservadorismo transita no campo do

liberalismo internacional e universal, o que historicamente faz parte da política externa dos EUA (Schmidt; Williams, 2008, p. 214).

Ainda sobre a vertente wilsoniana da teoria liberal, a defesa de uma comunidade política internacional com a motivação de cessar a anarquia do sistema internacional é totalmente contrária ao neoconservadorismo, que aceita de forma razoável o sistema anárquico, onde o que prepondera é o poder (Cabrita, 2016, p. 329). O neoconservadorismo entende que há uma ausência de busca pelo interesse nacional de forma genuína por parte do liberalismo (Krauthammer, 2004, p. 5), pois a política externa utópica de Woodrow Wilson era desfavorável ao uso do poder militar para que os EUA conseguissem atingir seus objetivos, porém, somente legitimava sua utilização para ações de cunho humanitário. Essa conduta restringe o poder americano e o país não deve ser constrangido a este tipo de comportamento, pois é a potência dominante do sistema internacional. Os liberais vão contra este pensamento pois são adeptos do multilateralismo, contudo, um sistema internacional multilateral coloca em condições de igualdade Estados párias, por meio de organizações internacionais como a ONU, e Estados defensores das liberdades, como é o caso dos EUA, e isto os neoconservadores não concordam. Da mesma forma os tratados e acordos internacionais, que na maioria das vezes só produzem o efeito de diminuir o poder dos EUA, fazendo com que estes curvem-se à vontade de outros Estados (Krauthammer, 2004, p. 6). Como a escola neoconservadora consente que o sistema internacional é anárquico, os EUA, no papel de um Estado soberano, teriam mais legitimidade como autoridade do que algum acordo ou instituição internacional., mas o liberalismo do ex-presidente Wilson, ao limitar a atuação americana a estas legislações, restringe seu poder (Krauthammer, 2004, p. 10). Desta forma, a promoção democrática neoconservadora não se confunde com o wilsonianismo liberal, ao contrário, neste ponto até é mais próximo da teoria realista por valorizar a busca por poder (Krauthammer, 2004, p. 14).

A respeito do posicionamento norte-americano sobre o liberalismo wilsoniano, o próprio Irving Kristol, fazia oposição à subserviência dos EUA ao multilateralismo de viés liberal, considerando esta postura como surreal, pois colocava os interesses nacionais americanos em perigo, tudo em prol da existência de uma comunidade internacional. O acadêmico considerava todo este pensamento como fora da realidade, até porque esta tal comunidade formada por nações nem mesmo existia (Kristol, 2011b, p. 214-217). Para os neoconservadores, mesmo em ocasiões em que a intervenção de uma instituição

internacional foi requerida, como no caso da ONU na Guerra do Golfo, foi necessário o suporte militar dos EUA, logo, de multilateral nada teve, mas foi elaborada e executada pela principal potência (Ceasar, 2000, p. 36), ou seja, até em meio à sua atuação, sua importância não deve ser superdimensionada.

Desta maneira, a legitimidade dos atos dos EUA é posta em questão muitas vezes pela maneira com que as duas correntes veem a componente moral na política externa. Enquanto o liberalismo diz ser movido pelos valores morais de uma forma um tanto ingênua, a escola neoconservadora vê o poder como um dos aliados da moral, com o intuito de defender concomitantemente os princípios e os interesses americanos (Cabrita, 2016, p. 331). Como exemplo, a Guerra ao Terror foi um período em que o uso da moralidade, mais precisamente do sentido de americanidade foi utilizado para aumentar o poder dos EUA. As medidas tomadas na época, foram percebidas como as únicas cabíveis (Resende, 2009, p. 225) não só para proteger a nação, mas para salvar o resto do mundo de forças maléficas. Dessa maneira, o neoconservadorismo, opostamente à teoria liberal, não condiciona a moralidade ao institucionalismo político, tanto que a maior oposição entre as correntes é a valorização das organizações internacionais, em que o liberalismo tem a intenção de dar a elas um papel central no sistema internacional.

Portanto, nesta comparação entre o liberalismo e o neoconservadorismo, fica claro que a grande divergência é sobre as instituições internacionais, devido às restrições aos EUA de alcançarem seus interesses pelos seus próprios passos. Uma nação que está em posição de hegemonia não deve se acomodar com os obstáculos que são postos para que esta não aja e uma nação predestinada a ser o farol de todas as outras não pode se curvar a organizações ou legislações que visam minimizar seus valores e diminuir seu poder, esta é a visão do neoconservadorismo. Vale ressaltar que o pensamento neoconservador não é contra a formação do sistema internacional e seus requisitos para nele ser inserido, mas argumenta que a condição hegemônica dos EUA foi alcançada naturalmente, logo, eles é quem devem exercer o domínio do sistema e não uma instituição formada por outros Estados. Este é o ponto crucial para o afastamento do neoconservadorismo do liberalismo que é aplicado pela escola Wilsoniana, que valoriza as organizações internacionais. Sendo assim, a análise comparativa entre as duas escolas, somando à anterior comparação com a teoria realista, só demonstram o quão peculiar é a escola neoconservadora de política externa e faz-se questionar onde realmente é possível encaixá-la no âmbito das relações internacionais.

6.3 A Escola de Pensamento Neoconservadora de Política Externa

Como foi visto, é impossível inserir o neoconservadorismo em uma das teorias que compõem o debate clássico das relações internacionais. Isso porque ele expressa um pensamento que tem o poder militar como principal instrumento para manter sua posição de hegemonia, o que faz referência ao realismo, mas aproxima-se do liberalismo ao promover a democracia e relacioná-la à pacificação, aderindo à teoria da paz democrática. Logo, percebe-se que é exigida uma análise aprofundada sobre o tema.

A academia, de forma geral, tem dificuldade em posicionar o neoconservadorismo no estudo das relações internacionais. Primeiramente, devido à transformação que o próprio pensamento sofreu com o tempo, já que surgiu no espectro político da esquerda, como marxista antiestalinista e centralizando esforços nas questões internas dos EUA e, posteriormente passou a ter um viés de direita, adentrando no campo conservador e preocupando-se com a política externa do país. Além disso, a dicotomia do debate clássico das teorias de relações internacionais entre realistas e liberais dificulta esta proposição, pois o neoconservadorismo vai mais adiante (Cabrita, 2016, p. 332).

O pensamento neoconservador é considerado por alguns especialistas como uma ideologia, muitas das vezes pois a unipolaridade dos EUA é tida como um componente oriundo, em grande parte, da escola neoconservadora (Dorrien, 2004, p. 6). Os que aderem a esta tese afirmam que o viés ideológico fez com que os neoconservadores estabelecessem o combate entre o bem e o mal durante a Guerra Fria, em que os soviéticos tornaram-se o lado do mal. Esse mesmo teor ideológico serviu para a luta contra o radicalismo islâmico no Médio Oriente após os ataques de 11 de setembro de 2001 (Rapport, 2008, p. 277). Inclusive, há autores que consideram que a Guerra Fria foi a Terceira Guerra Mundial e, conseqüentemente, a batalha contra o terrorismo totalitário islâmico pode ser vista como a Quarta Guerra Mundial, isto, fruto do componente ideológico que o neoconservadorismo viria a carregar (Podhoretz, 2007).

Esta carga ideológica é exatamente onde o puritanismo torna-se evidente no discurso neoconservador. Nesse contexto, é fomentada a noção de predestinação desse grupo religioso, pois, a crença de serem um povo eleito produzia obstinação na execução de tarefas (Resende, 2009, p. 189) e alimentava o imaginário do povo para continuar

seguindo e apoiando os objetivos traçados pelos superiores, já que estavam do lado do “bem”, que sairia vitorioso no final. De forma similar ocorreu na Guerra Fria e, principalmente, durante a política externa do governo Bush após o 11 de setembro de 2001. Durante esses períodos, também foi disseminado o sentimento de que o excepcionalismo americano, chamado também de americanidade, estava em perigo, logo, era natural e inevitável o confronto do bem contra o mal. Assim, o povo deveria apoiar a guerra em prol da sobrevivência do seu estilo de vida, sendo essa uma guerra por motivos justos.

Por outro lado, parte da academia procura relacionar a escola neoconservadora com as teorias das relações internacionais. Para exemplificar, a teoria realista é colocada no mesmo nível de comparação do neoconservadorismo, como o que ocorreu após os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, na decisão de iniciar ou não a Guerra do Iraque. Para muitos, foi uma disputa entre as correntes do realismo e do neoconservadorismo que faziam parte do governo de George W. Bush (Mearsheimer, 2005). Da mesma maneira, os neoconservadores são considerados como os realistas democráticos, sendo que eles sim seriam os realistas de facto, já que foi tendo o neoconservadorismo como ideologia moduladora da política externa americana que a União Soviética foi derrotada no período da Guerra Fria, saindo os EUA como vencedores devido ao sucesso dos seus valores, principalmente os democráticos (Wolfowitz, 2009). Assim como também alguns defendem que o neoconservadorismo está contido no liberalismo (Schmidt; Williams, 2008, p. 202), principalmente pela adoção de ambas à teoria da paz democrática.

Ademais, há dificuldade em definir ou não o neoconservadorismo como uma teoria explicativa. A maioria dos trabalhos acadêmicos sobre o tema descrevem-no como uma estratégia de política externa dos EUA que busca atingir uma hegemonia incontestável no sistema internacional por meio da propagação da democracia e através deste veículo, o mundo seria mais pacífico, ou seja, a aplicação da teoria da paz democrática e também dos valores da sociedade americana. Seria uma espécie de estratégia de preponderância dos EUA no mundo. Acontece que existem os que entendem que estas ideias são um tanto subjetivas e não conseguem colocar o pensamento neoconservador como uma teoria que explica a política internacional, pois mesmo que ele tenha vários pontos coincidentes com algumas das teorias das Relações Internacionais consagradas, acaba por não ser procedente de nenhuma delas (Rapport, 2008, p. 261). Ao

seguir esta linha de pensamento, uma corrente diz que embora a escola neoconservadora possua semelhanças com as teorias realista e liberal, a sua essência seria explicada pela teoria construtivista (Wendt, 1999), pois ela foi formada e desenvolvida através de factos sociais, como a contracultura, a Guerra Fria e os ataques de 11 de setembro de 2001.

Ao levar em conta os diferentes tipos de análise demonstrados a respeito do pensamento neoconservador neste tópico até aqui, chega-se à conclusão que por mais que o neoconservadorismo não seja uma teoria das relações internacionais, é possível pôr ele no debate com as teorias das Relações Internacionais, contudo, como uma escola de pensamento de política externa. A forma como os neoconservadores encaram a participação americana no âmbito internacional faz com que esta visão possa ser considerada como uma linha bastante peculiar, de carácter político e ideológico próprios sobre como a gestão da política externa dos EUA e, exclusivamente deste país, deve ser feita. Logo, o neoconservadorismo tem um carácter peculiar, pois sua aplicação só cabe na realidade da sociedade americana. Essa peculiaridade só foi adquirida devido à participação do puritanismo no que vem a ser reconhecido de modo geral como os EUA, não só internamente, mas para todo o mundo. Era o “eu” americano (americanidade) como representante do renascer universal (Bercovitch, 1975, p. 108). A cultura puritana foi o primeiro sinal mais consistente da conscientização da América como nação (Resende, 2009, p. 230). O sentido religioso que moldou aquela sociedade civil por completo fez com que, conseqüentemente, a política externa fosse gerada de modo peculiar também, logo, o resgate por parte do neoconservadorismo de traços puritanos, leva a excentricidade do puritanismo consigo. Desta maneira, a corrente pode ser tida como o complemento da tese do autor Walter Russel Mead, que estabelece quatro escolas como guias da política externa dos EUA: Hamiltoniana, Wilsoniana, Jeffersoniana, Jacksoniana (Mead, 2003, p. xviii), já explicadas nesta dissertação, sendo a quinta escola de pensamento de política externa americana.

Uma maneira mais explicativa de demonstrar a relação do neoconservadorismo com as teorias das Relações Internacionais é associando o debate à análise neorrealista, conhecida também como realismo estrutural. Esta teoria apresenta três níveis de análise, sendo o primeiro nível o homem; o segundo nível os Estados e o terceiro nível a estrutura do sistema internacional (Waltz, 2001). Considerando essa teoria, pode-se dizer que em uma relação a respeito do tema deste capítulo, a escola neoconservadora está no segundo

nível e as teorias das Relações Internacionais situam-se no terceiro nível de análise. Este quadro se justifica pois o neoconservadorismo foca na postura de somente um único Estado no sistema, os EUA, já as teorias das Relações Internacionais têm como objeto de análise o sistema internacional como um todo e sua estrutura. A relação do pensamento neoconservador restritamente com os EUA ocorre, pois, a História do próprio país é perpendicular a ele. Portanto, pode até acontecer de um outro Estado ter a intenção de usar dos princípios neoconservadores para guiar sua política externa, contudo, a escola neoconservadora enquadra-se consideravelmente melhor à realidade norte-americana, devido ao contexto histórico e à capacidade dos EUA de colocá-la em prática. Assim, nem todos os demais Estados tem a capacidade para aplicar uma hegemonia no sistema internacional como os EUA conseguiram através das práticas neoconservadoras, como a valorização da moral religiosa, promoção da democracia e uso da preempção pelo poder militar (Cabrita, 2016, p. 336). Neste ponto, os EUA eram hegemônicos, tanto na parte concreta, como económica e militarmente, quanto na parte subjetiva, que se reflete na capacidade de influenciar o sentimento coletivo do seu povo e das outras nações através de seus valores.

Já as teorias das Relações Internacionais têm uma visão macro e suas análises englobam o funcionamento do sistema internacional como um todo. Logo, todos os tipos de relações entre os atores que fazem parte do sistema internacional, sejam eles Estados, instituições internacionais, empresas transnacionais, organizações não-governamentais, entre outros e sejam as relações entre esses atores de natureza social, económica ou política são compreendidas no estudo das teorias das Relações Internacionais. Nota-se, então, que as teorias não se restringem à barreira territorial, como a escola que é tema central desta dissertação faz, pois qualquer Estado pode direcionar sua política externa de acordo com uma teoria das Relações Internacionais, seja o realismo ou liberalismo, que foram analisadas neste capítulo, mas o neoconservadorismo pode ser o modelo de política externa somente dos EUA.

Conclui-se que o neoconservadorismo pode ser caracterizado como uma escola de política externa que conseguiu reunir, além dos valores morais puritanos, conteúdos liberais da escola Wilsoniana e ao mesmo tempo tem uma vertente realista da escola Jacksoniana, principalmente pelo uso do poder militar com objetivo de garantir a segurança da nação (Cabrita, 2016, p. 337). Portanto, é uma reação realista-liberal às necessidades da política externa americana.

7. Conclusão

Descrever um pensamento político específico é uma tarefa difícil, que deve ser feita de maneira prudente para que a rota não seja desviada do tema central e não ocorram explicações imprecisas e fugas demasiadas do foco da pesquisa. É necessário levar isso em consideração, principalmente quando a tarefa é debruçar-se sobre um tema que teve sua aparição, de facto, na década de 1970, o que é relativamente recente, apesar de uma fase embrionária entre as décadas de 1930 e 1940. Acontece que o núcleo desta dissertação, o neoconservadorismo, conseguiu permanecer no cenário político americano (ao contrário do que muitos dizem), pois seus conceitos baseiam-se nos próprios valores dos EUA como sociedade.

Como as regras e o comportamento social que os Estados adotam são, em grande parte, os do lado vitorioso de um conflito pela hegemonia internacional, após a Segunda Guerra Mundial, os EUA tornaram-se a maior potência do sistema internacional, colocando em prática uma política externa que tinha como meta concretizar o seu *status* hegemónico no sistema e estabelecer, a partir de então, as suas diretrizes internacionais, que eram baseadas nos princípios da moralidade e da democracia liberal, que, por si, eram parte do próprio contexto histórico dos EUA (Mandelbaum, 2003, p. 21). O mesmo cenário ocorre após o fim da Guerra Fria, pois com a queda dos soviéticos, o sistema retornava à condição de unipolaridade e os americanos retornando à posição de potência hegemónica novamente.

Pelo facto de ter a posse da primazia no sistema internacional, a política externa americana buscou dividir os seus princípios com os demais Estados, que eram baseados na moral religiosa, nas liberdades do indivíduo, na economia, na política e no sistema de separação e dependência de poderes entre si (Black, 2013). Conforme visto no decorrer desta dissertação, tudo isso fazia parte da grande estratégia hegemónica dos EUA. Então, para atingir os interesses nacionais, era necessário saber como usariam o seu poder militar (Layne, 2006, p.39-51). No entanto, para pôr a grande estratégia hegemónica em prática, era necessário um veículo ideológico não somente para expor aos outros povos, mas para convencer o seu próprio povo da ideia. Para isso, foi usado o conceito que mais poderia justificar a ousadia dos EUA: o excepcionalismo americano. Esse conceito teve origem já durante o processo de colonização da América, em que os puritanos, um grupo religioso

que se considerava predestinado como povo de Deus, insatisfeito com os rumos da Reforma Protestante e a degeneração da sociedade na Inglaterra, decidiram criar uma comunidade cristã em novas terras, com a missão de ser um modelo para todo o mundo. Logo, a Nova Inglaterra era uma espécie de Nova Canaã, uma terra prometida, diferenciada de todas as outras, onde viveria o povo eleito. Dessa forma, o puritanismo nos EUA era mais do que religião, mas um modelo de comportamento social (Resende, 2009, p. 270) que deveria ser propagado para todos os outros povos. Sendo assim, o puritanismo serviu de inspiração para o neoconservadorismo, sobretudo na sua grande estratégia hegemônica, no ideal de criar uma identidade nacional coletiva, uma “americanidade” que não deveria existir somente em território americano, mas ser levada a todas as partes do planeta.

Quando se analisam os objetivos desta grande estratégia, pode-se pensar que seriam demasiadamente arrojados, já que trata-se de soberania global, porém, para uma nação que desde sua colonização, era considerada como uma nação excepcional, superior a todas as outras (McCrisken, 2002, p. 63), que tem uma missão a cumprir na humanidade, é possível entender tamanha ousadia. Então, a partir deste conceito de excepcionalismo foi criada esta grande estratégia de hegemonia e, como seu fruto, surgia uma noção diferenciada de política externa, em que foram produzidos ideias e valores que formam a escola neoconservadora.

Contudo, como observado no primeiro capítulo, o neoconservadorismo teve seu período primitivo nas décadas de 1930 e 1940. Este foi um período de construção da base filosófica e sociológica do pensamento, originada da família intelectual de Nova Iorque, um grupo de intelectuais que inicialmente eram marxistas antiestalinistas que lutavam contra a influência e o crescimento do Partido Comunista no cenário político americano. Como visto no início da contextualização histórica, o embrião do neoconservadorismo começou no espectro político da esquerda e direcionado praticamente com exclusividade a assuntos internos da política norte-americana (Cabrita, 2016, p. 349). A transição política destes intelectuais só se iniciou pelos anos 1950, período em que puderam expor suas ideias através das publicações *Partisan Review*, quando Irving Kristol e Daniel Bell levaram a questão da relação entre a moral e a política para o debate e *Commentary*, onde alguns dos futuros neoconservadores foram editores, paralelamente ao início da Guerra Fria e o conseqüente enfraquecimento das ideias comunistas nos EUA.

A grande mudança para a identificação, de facto, do pensamento neoconservador foi a oposição ao movimento de contracultura, de origem esquerdista, que nos anos de 1970, passou a questionar os valores americanos. Por não concordarem com a radicalidade do movimento, que tinha como objetivo destruir a identidade do povo americano, contando também com a influência do trabalho de Leo Strauss, que dizia que a religião era a tutela moral das massas, gerando estabilidade para a sociedade (Drury, 2005), aqueles intelectuais que até então se declaravam liberais passaram a se identificar como conservadores nos costumes. Foi um período de definição para os que seguiam a ideia neoconservadora, visto que conseguiram reconhecer objetivamente qual causa defender (Kristol, 1995, p. 31). Logo, ainda nas questões internas, já reconheceram que sua luta era pela defesa de americanidade.

Depois, definitivamente entrando na política externa, aqueles que viriam a ser os neoconservadores, que até então faziam parte do Partido Democrata, posicionaram-se contrariamente à nomeação de George McGovern como candidato do partido para as eleições presidenciais, devido a sua indiferença à expansão comunista e adoção de uma postura isolacionista durante a Guerra Fria. Aqueles intelectuais defendiam o oposto, uma política externa ativa no combate ao comunismo, que visava proteger o modo de vida americano, o que foi o vínculo ideológico para a aproximação política com Ronald Reagan. Neste período o neoconservadorismo amadureceu como corrente política de política externa e definiu quais caminhos seguir no âmbito internacional. Verdadeiramente identificados como defensores dos valores americanos e do anticomunismo, os neoconservadores, ao migrar para o Partido Republicano, foram ganhando destaque dentro do partido e do governo Reagan, principalmente pelo combate à ideologia comunista, ao trazer um conteúdo moral de essência puritana para a política externa dos EUA e promover a democracia no plano internacional (Kagan; Kristol, 1996, p. 19). Já no início de seu governo, no ano de 1982, o presidente Ronald Reagan fez o famoso discurso ao Parlamento Britânico, defendendo de maneira voraz os princípios democráticos e o combate ao comunismo, o que caracterizou-se como um marco do elo ideológico entre o republicano e o neoconservadorismo (Fischer, 1997, p. 19).

No entanto, com o declínio da União Soviética e a vitória dos EUA acarretando no fim da Guerra Fria, muitos pensaram ser o fim da escola neoconservadora de política externa. A ausência de um inimigo concreto para os americanos trouxe consigo o argumento de que o neoconservadorismo não teria um propósito para prosseguir como

uma corrente relevante (Cabrita, 2016, p. 353). Assim como para o puritanismo, o neoconservadorismo necessitava da existência do “profano” para que este fosse vencido e conquistado pelo povo eleito (Resende, 2009, p. 274). Pelo facto de os neoconservadores não terem previsto o que estava ocorrendo com a União Soviética e não anteciparem a derrocada do adversário, no início dos anos 1990 surgiu o debate em torno da morte do neoconservadorismo. Sobretudo com o fim da administração Reagan, rondava no cenário político norte-americano que também seria o fim para a escola neoconservadora (Vinik, 1988/1989, p. 135).

Acontece que as características neoconservadoras são permanentes e estão enraizadas na própria política externa americana e aproximam o neoconservadorismo da grande estratégia hegemónica de domínio global, pois defende que os EUA possuem interesses em todas as regiões do mundo, como visto no segundo capítulo. Sendo assim, foram esmiuçados os quatro pilares da escola neoconservadora: internacionalismo nacionalista, unilateralismo, democracia e poder militar.

O nome internacionalismo nacionalista, sob uma visão superficial pode parecer contraditório, mas a nomenclatura explica-se devido à participação ativa dos neoconservadores em busca de mudanças no sistema internacional. Como mostrou a História, o neoconservadorismo é adepto de um internacionalismo ativo, antagonizando o conservadorismo clássico que adota uma postura isolacionista. Como a grande estratégia de hegemonia sugere que os EUA deveriam ter participação nas questões externas ao redor de todo o globo, pois todos os problemas que ocorrem pelo mundo podem tornar-se imbróglis no futuro, sobretudo na questão da segurança nacional, para os americanos, além de fazer parte da missão americana para com os outros povos. Por ser presente na política internacional, o neoconservadorismo se aproximava em um primeiro momento do internacionalismo liberal mais até que ao internacionalismo conservador, que era tendencioso ao realismo, no entanto, ao contrário dos liberais, que adotavam uma política externa de carácter universal, os neoconservadores eram nacionalistas, leais à sua cultura, seus valores (Huntington, 1999/2000, p. 37) e acreditavam que os EUA deveriam se assumir como líderes do sistema internacional e espalhar seus princípios pelo mundo. O choque de ideias com os liberais apresentava-se, principalmente na questão das instituições internacionais, pois os neoconservadores argumentavam que existiam somente como obstáculo para os EUA exercerem a posição de principal potência do sistema.

Logo, concluiu-se que o neoconservadorismo é unilateralista. Todavia, não um unilateralismo passivo, próximo ao isolacionismo, que resume-se à autodefesa, mas um novo unilateralismo (Krauthammer, 2001), que buscava usar o poder dos EUA para seus objetivos globais. Este unilateralismo é abrangente, pois ele alberga os princípios da paz democrática, ou seja, a paz somente será alcançada através da propagação da democracia pelo mundo e esta tarefa é um dever que os EUA têm. Desta forma, uma postura unilateral é essencial para que seja possível alcançar essas metas, que, segundo os neoconservadores são metas benéficas para todos os outros Estados e, portanto, o multilateralismo é somente um obstáculo, com sua burocracia e legalismo exagerados, para que a democracia seja promovida. Este é um dos pontos em que a obra de Leo Strauss aparece na concepção da escola neoconservadora, pois o filósofo dizia que é ilusório um sistema internacional dirigido de maneira unitária e cada nação deveria ter autonomia na sua própria política externa (Strauss, 1978).

Democracia, que, sem dúvidas, é o princípio magno e a maior causa defendida pelo neoconservadorismo. Como os EUA são conhecidos como a maior democracia do mundo, existe uma ligação particular entre a política externa americana e os princípios democráticos. Os neoconservadores destacam-se por buscarem espalhar a democracia entre os demais Estados, pois esta ação facilitaria o alcance dos interesses nacionais dos EUA, entre eles a segurança e a hegemonia. Sendo assim, se concretizaria o conceito da paz democrática, cujo Estados democráticos dificilmente entram em conflito e, ainda que ocorra, devido à uma ética presente nas relações entre democracias, faz com que uma escalada de uso da força seja rara (Layne, 2000). Por esta razão, tornou-se necessário levar a democracia a regiões que eram dominadas por regimes autoritários, como o Médio Oriente, levando os Estados destas zonas ao *regime change*, o que para os neoconservadores era missão dos EUA fazer com que as nações consideradas “selvagens” desta região tivessem acesso ao modelo político americano e assim fossem pacificadas e se tornassem prósperas. Esta ação consequentemente transformaria a relação dos americanos com estes Estados (Kagan; Kristol, 2000, p. 18-20), além de evitar que se formassem novas ameaças aos EUA.

Dono de uma política externa ativa, que busca levar os valores americanos a todos os cantos do mundo, o neoconservadorismo tem o poder militar como o principal veículo para alcançar este objetivo. Este conceito é aderido justamente pela desconfiança no legalismo e nas instituições internacionais, que na maioria das vezes reprimem a

capacidade americana. Ao contrário, os neoconservadores acreditam no poder dos EUA além do que está no papel (Krauthammer, 2002/2003) para a missão que tem com o resto do mundo de divulgação dos seus valores. Indubitavelmente o diferencial do uso do poder militar pela escola neoconservadora é a preempção. As guerras preemptivas tornaram-se parte da política externa neoconservadora especialmente após os ataques de 11 de setembro de 2001, visto que o cenário era propício à utilização desta medida, uma vez que após este acontecimento, a segurança nacional dos EUA estava iminentemente ameaçada. Logo, fazia-se jus à preempção como ferramenta de combate ao totalitarismo e de democratização do Médio Oriente, usando mais uma vez dos ensinamentos straussianos sobre não negociar com a tirania, mas utilizar força máxima contra regimes tirânicos (George, 2005, p. 185).

De facto, o 11 de setembro de 2001 foi primordial para o ressurgimento do neoconservadorismo. Conforme visto no terceiro capítulo, após a suporta morte do pensamento neoconservador com o fim da Guerra Fria, ele “ressuscitaria” durante a administração de George W. Bush, que inicialmente tinha uma política externa retraída, mas que mudou completamente o rumo com os neoconservadores dominando as relações exteriores dos EUA após os ataques terroristas ao World Trade Center e Pentágono. Assim, os neoconservadores voltaram utilizando o momento que passava o país para uma tentativa de resgate da identidade nacional americana, de modo que tivessem a legitimidade para atuar conforme as características vistas no exterior. Isso, apelando ao imaginário das pessoas, que estava ferido, percebendo não só a tragédia física que o 11 de setembro de 2001 causou, mas também o dano na conceção do que é ser americano. Deste modo, os neoconservadores tornaram-se mais ativos e influentes durante o governo Bush até do que no período da administração de Ronald Reagan (Vaisse, 2010a, p. 227), pois a estratégia norte-americana viria a ultrapassar a política de contenção aderida durante a Guerra Fria, mas sofreria uma revitalização para combater o novo inimigo, desta vez o terrorismo (Halper; Clarke, 2004, p. 4).

Assim, a administração de Bush reuniria os pontos centrais do neoconservadorismo com participação ativa no exterior, de modo a preservar a identidade nacional americana, os interesses nacionais, a manutenção da unipolaridade e da hegemonia americana no sistema internacional, defesa e promoção da democracia com a possibilidade do uso do poder militar. Como mencionado anteriormente, era usar princípios da escola Wilsoniana com o poderio militar dos EUA (Mann, 2004, p. 329) e

os valores americanos que marcavam o que era a americanidade. A reunião dessas ideias que revolucionariam a política externa daquele período foi denominada de Doutrina Bush, que sintetizava o que era a escola neoconservadora de política externa (Krauthammer, 2005).

As intervenções militares feitas pelos EUA no Oriente Médio, sobretudo a Guerra do Iraque, expuseram a posição americana no que diz respeito ao planejamento de promoção da democracia de forma global, traduzindo o que era o pensamento neoconservador. Ao contrário do começo do primeiro mandato, em que a política externa tinha predominância realista, o segundo mandato já se inicia com uma relação estreita com os neoconservadores, proveniente dos ataques de 11 de setembro de 2001. Logo, a partir de 2005, com o objetivo de preservar os valores e os interesses nacionais, a propagação dos princípios democráticos e o projeto de mudança de regime de Estados totalitários passaram definitivamente a fazer parte da estratégia de política externa. Esta postura exteriorizava um dos maiores ideais do neoconservadorismo, de que a presença da moralidade nas questões internacionais fazia com que os EUA se mantivessem como potência hegemônica benevolente (Cabrita, 2016, p. 355). A manutenção do mito puritano da América excepcional, lugar da defesa da moral cristã, democracia, liberdade e justiça, destinados a ser o modelo de sociedade a ser seguido (Resende, 2009, p. 280) e, por isso, detentores da missão de levarem este estilo de vida para onde havia “selvageria” era fundamental para a continuidade do domínio americano no sistema internacional. Então, em uma primeira análise, devido à derrota republicana nas eleições presidenciais de 2008 e as críticas com relação aos gastos, o fim do governo Bush pudesse ser visto como uma derrota do neoconservadorismo, as medidas neoconservadoras naquele período tão peculiar para a política externa, como por exemplo, a democratização no Iraque, foram essenciais para a manutenção e expansão da hegemonia americana.

A excepcionalidade da identidade nacional americana traduzida no neoconservadorismo não o permite ser considerado como teoria das Relações Internacionais, conforme analisado no quarto capítulo. Os neoconservadores não veem o pensamento que defendem se encaixando por inteiro em nenhuma das teorias que compõem o debate clássico. Primeiro, em relação à teoria realista, pois há um evidente desacordo sobre a moralidade na política externa, que é a maior distinção entre as correntes (Muravchik; Clarke, 2008, p. 20). Enquanto o realismo prega que não existe espaço para a moral nas relações internacionais (Morgenthau, 1978, p. 12), este elemento

é o guia da escola neoconservadora devido ao legado puritano de “América predestinada”, como visto nos combates ao comunismo e ao terrorismo internacional, o que faz com que os EUA busquem implementar seus valores nas relações entre Estados, já que esses valores eram verdadeiros e universais, que transformavam os EUA em uma nação libertadora de oprimidos e estabelecadora de ordem em terras de caos (Resende, 2009, p. 171). A preferência pela racionalidade por parte dos realistas leva-os a defender o equilíbrio de poder no sistema internacional, já que o mesmo vive em estado de anarquia e caso haja um Estado mais forte que os outros, os demais devem juntar-se para balancear as forças com o mais poderoso. Como os neoconservadores pensam que o sistema unipolar, liderado hegemonicamente pelos EUA é a única estabilidade possível ao mundo (Krauthammer, 2004), a discordância torna-se clara. Desta forma, por ser antagônico em pontos cruciais ao realismo, a escola neoconservadora aproxima-se do liberalismo, especialmente pela versão da escola Wilsoniana, defensora da promoção da democracia pelo mundo, pois de acordo com a teoria da paz democrática, Estados que possuem o sistema político democrático tendem a ser mais pacíficos. A grande diferença de opiniões entre liberais e neoconservadores é sobre as instituições internacionais, que servem apenas para bloquear o poder americano e pôr Estados párias em condições de igualdade com os EUA. Logo, curvar os EUA em prol do multilateralismo e de uma hipotética comunidade internacional era algo surreal para os neoconservadores (Kristol, 2011b, p. 214-217), visto que, conforme a orientação puritana dicotômica adotada pelos neoconservadores de bem/mal, cujo polo positivo é atribuído à América e à americanidade, não aceitariam em hipótese alguma estar no mesmo nível de exigências com forças do mal.

Portanto, o neoconservadorismo é uma escola de pensamento de política externa com conceitos bem determinados, como a promoção da democracia, manutenção da hegemonia americana no sistema internacional, valorização da moral e uso ativo do poder militar na defesa dos interesses e dos valores dos EUA que a difere de qualquer teoria das Relações Internacionais. Esta escola que esteve presente na História desta nação em momentos de extrema relevância criou um modelo peculiar de análise da política externa e apenas aguarda um momento para que possa voltar a guiar os EUA em suas questões internacionais.

Concluindo, a forma peculiar de conduzir a política externa dos neoconservadores era uma orientação estratégica oriunda do puritanismo ideológico que via os EUA como

uma nação excepcional desde sua origem, que possuía um papel superior, um dever moral com o mundo de espalhar seus princípios para que as demais nações alcançassem também a ordem e a prosperidade. Como observado, a política externa neoconservadora confunde-se com a existência da política externa americana em seus princípios, pois sua intenção é o resgate da identidade nacional americana, ou seja, a essência da sociedade, conforme os seguidores deste pensamento, que fazem a nação diferente de todas as outras: sua americanidade. Então, mesmo que há algum tempo não haja o domínio da Casa Branca por partidários declarados desta corrente, ela está presente no âmago do modo de os EUA se relacionarem com o resto do mundo. Desta forma, é incorreto o decreto de fim desta escola de pensamento, pois enquanto a política externa dos EUA estiver viva, o neoconservadorismo permanece vivo também.

8. Bibliografia

Fontes Primárias

ADAMS, J. Q. **Speech of the U. S. House of Representatives on Foreign Policy**. 1821. Disponível em: <https://loveman.sdsu.edu/docs/1821secofstateJQAdmas.pdf>. Data de acesso: 26/01/2021.

BUSH, G. W. The First Inaugural Address. in: **Selected Speeches of President George W. Bush 2001-2008**, 2001a, pp. 1-3. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Data de acesso: 11/11/2021.

BUSH, G. W. Address to the Joint Session of the 107th Congress. in: **Selected Speeches of President George W. Bush 2001-2008**, 2001b, pp. 65-73. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Data de acesso: 11/11/2021.

BUSH, G. W. Address the Nation on the September 11 Attacks. in: **Selected Speeches of President George W. Bush 2001-2008**, 2001c, pp. 57-58. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Data de acesso: 11/11/2021.

BUSH, G. W. State of The Union Address to the 107th Congress. in: **Selected Speeches of President George W. Bush 2001-2008**, 2002a, pp. 103-113. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Data de acesso: 11/11/2021.

BUSH, G. W. **The National Security Strategy**, 2002b. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/nssintro.html>. Data de acesso: 22/03/2021.

BUSH, G. W. West Point Commencement. in: **Selected Speeches of President George W. Bush 2001-2008**, 2002c, pp. 125-132. Disponível em: <https://georgewbush->

whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Data de acesso: 11/11/2021.

BUSH, G. W. **Segundo Discurso Inaugural**, 2005a. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/inaugural-address-13>. Data de acesso: 12/04/2021.

BUSH, G. W. State of the Union Address to the 109th Congress. in: **Selected Speeches of President George W. Bush 2001-2008**, 2005b, pp. 279-293. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Data de acesso: 12/11/2021.

BUSH, G. W. **President Discusses War on Terror at the National Endowment for Democracy**. 2005c, Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2005/10/20051006-3.html>. Data de acesso: 12/04/2021.

BUSH, G. W. **President Discusses Democracy in Iraq with Freedom House**. 2006a. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2006/03/20060329-6.html>. Data de acesso: 12/04/2021.

BUSH, G. W. **The White House: The National Security of Strategy of the United States of America**. 2006b. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2006/>. Data de acesso: 14/04/2021.

BUSH, G. W. Address to the United Nations General Assembly. in: **Selected Speeches of President George W. Bush 2001-2008**, 2006c, pp. 431-438. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Data de acesso: 12/11/2021.

REAGAN, R. **20 Years Later: Reagan's Westminster Speech**. 1982. Disponível em: <https://www.heritage.org/europe/report/20-years-later-reagans-westminster-speech>. Data de acesso: 25/01/2021.

WINTHROP, J. **A Model of Christian Charity**. 1630. Disponível em: https://www.winthropsociety.com/doc_charity.php. Data de acesso: 07/01/2021.

Fontes secundárias

ANDERSON, B. **Imagined Communities: Reflections on the Original Spread of Nationalism.** Verso: London, 1991.

ART, R. J. **America's Grand Strategy and World Politics.** Routledge: Nova Iorque, 1991.

BACEVICH, A. J. **American Empire: The Realities and Consequences of US Diplomacy.** Harvard University Press: Londres, 1998.

BEITZ, C. **Political Theory and International Relations.** Princeton Univ.: Nova Jersey, 1979.

BELL, C. **First Love and Early Sorrows.** Partisan Review, 1981. vol. 48, ed. 5.

BELL, C. **The Reagan Paradox: American Foreign Policy in the 1980's:** Rutgers University Press: Nova Jersey, 1989.

BELLAH, R. N. **The Broken Covenant. American Civil Religion in Time of Trial.** The University of Chicago Press: Chicago, 1992.

BENNETT, W. J. Morality, character and American foreign policy. In: **Present Dangers: crisis and opportunity in American foreign and defense policy.** Encounter Books: São Francisco, 2000. pp. 289-305.

BERCOVITCH, S. **The Puritan Origins of American Self.** Yale University Press: New Haven, 1975.

BERCOVITCH, S. **The American Jeremiad.** Madison: University of Wisconsin Press: Madison, 1978.

BLACK, C. **The Grand Strategies That Brought America from Colonial Dependence to World Leadership.** Encounter Books: Nova Iorque, 2013.

BOOT, M. Myths about Neoconservatism. In: **Neoconservatism.** Atlantic Books: Londres, 2004. pp. 45-52.

BRICK, H. **Daniel Bell and the Decline of Intellectual Radicalism: Social theory and Political Reconciliation in the 1940's.** University of Wisconsin Press: Madison, 1986.

BROWN, M. **Theories of war and peace.** The MIT Press: Massachussets, 2000.

- BUSH, G. W. **Decision Points**. Crown Publishers: Nova Iorque, 2010.
- CABRITA, C. **O Neoconservadorismo e a Política Externa Norte-Americana**. Chiado Editora: Lisboa, 2016.
- CAMPBELL, D. **Writing Security. United States Foreign Policy and Politics of Identity**. University of Minnesota Press: Minneapolis, 1998.
- CEASAR, J. The Great Divide: American Internationalism and its opponents. in: **Present Dangers: crisis and opportunity in American foreign and defense policy**. Encounter Books: Nova Iorque, 2000.
- COHEN, E. **Declaração editorial**. Commentary, vol 1, ed.1. 1945.
- DALACOURA, K. US Democracy Promotion in the Middle East Since 11 September 2001: A Critique. in: **International Affairs**, 2005. vol. 81, ed. 5.
- DONNELLY, T. **The Underpinnings of the Bush Doctrine**. 2003. Disponível em: <https://www.aei.org/research-products/report/the-underpinnings-of-the-bush-doctrine/>
Data de acesso: 02/03/2021.
- DORRIEN, G. **Axis of one**. The Christian Century. Chicago, 2003. vol.120, ed.5.
- DORRIEN, G. **Imperial designs: theological ethics and the ideologies of international politics**. Cross Currents. New York, 2004. vol.54, ed.2.
- DOYLE, M. Liberalism and world politics. **American Political Science Review**. Washington D.C., 1986, vol.80, ed.4.
- DOYLE, M. **Ways of War and Peace: Realism, Liberalism, and Socialism**. WW Norton: Nova Iorque, 1997.
- DRURY, S. **The Political Ideas of Leo Strauss**. Palgrave Mcmillan: Lexington, 2005.
- EHRMAN, J. **Neoconservatism: Intellectuals and Foreign Affairs 1945-1994**. Yale University Press: New Haven, 1995.
- ELLIOTT, E. New England Puritan Literature. in: **The Cambridge History of American Literature**. Cambridge University Press: Cambridge, 1994.
- FISCHER, B. **The Reagan Reversal: Foreign Policy and the End of the Cold War**. University of Missouri: Columbia, 1997.

FRANCO, L. Tocqueville: A Democracia e a Guerra. **Relações Internacionais**, 2008, vol. 17. p. 121-143.

Frum, D.; Perle R. UN should change or US should quit. Los Angeles Times, 23/01/2004. Disponível:<https://www.latimes.com/archives/la-xpm-2004-jan-23-oe-frum23story.html>

FUKUYAMA, F. **The End of History and The Last Man**. Perennial: Nova Iorque, 1992.

FUKUYAMA, F. **O dilema americano: democracia, poder e o legado do neoconservadorismo**. Tradução: Nivaldo Montigelli Jr. Rocco: Rio de Janeiro, 2006.

GADDIS, J. L. A Grand Strategy of Transformation. **Foreign Policy**, 2002, vol.133.

GEORGE, J. Leo Strauss, Neoconservatism and US Foreign Policy: Esoteric Nihilism and the Bush Doctrine. **International Politics**, 2005. ed. 42, pp. 174-202.

GILBERT, F. **To the Farewell Address: Ideas of Early American Foreign Policy** Princeton University Press: Princeton, 1961.

GILPIN, R. **War and Change in World Politics**. Cambridge University Press: Cambridge, 1981.

GOVE, M. The Very British Roots of Neoconservatism and its Lessons for British Conservatives. in: **Neoconservatism**. London: Atlantic Books: Londres, 2004.

HAAS, R. N. **Intervention: The Use of American Military in the Post Cold-War World**. Carnegie Endowment: Washington D.C., 1994.

HALPER, S.; CLARKE, J. **America Alone: The Neoconservatives and the Global Order**. Cambridge University Press: Cambridge, 2004.

HARRINGTON, M. **The Welfare State and Its Neo-conservative Critics**. Dissent Publishing Association: Nova Iorque, 1973.

HOBBS, T. **Leviathan**. Penguin Books: Londres, 1968.

HUNTINGTON, S. Robust Nationalism. **The National Interest**. 2000, ed.58, pp. 31-40.

IKENBERRY, J. **America Unrivaled: The Future of the Balance of Power**. Cornell University Press: Londres, 2002.

IKENBERRY, J. The End of the Neo-Conservative Moment. **Survival**, 2004. vol.46, ed.1.

JOHNSON, B. Translator's Introduction, p. vii-xxiii. in: DERRIDA, J. **Writing and Difference**. Routledge: Londres, 1981.

KAGAN, R. The Benevolent Empire. **Foreign Policy**. Carnegie Endowment for International Peace, 1998. ed.111, pp.24-35.

KAGAN, R. One year after: a grand strategy for the west? **Survival**, 2002. vol.44, ed.4, pp.135-139.

KAGAN, R. **Do paraíso e do poder: os Estados Unidos e a Europa na nova ordem mundial**. Rocco: Rio de Janeiro, 2003.

KAGAN, R.; KRISTOL, W. Toward a neo-reganite foreign policy. **Foreign Affairs**. Council on Foreign Relations, 1996. Vol.5, ed.4, pp.18-32.

KAGAN, R.; KRISTOL, W. Introduction: National Interest and Global Responsibility. in: **Present dangers: crisis and opportunity in American foreign and defense policy**. Encounter Books: São Francisco, 2000.

KANT, I. **A Paz Perpétua e Outros Opúsculos**. Tradução: Artur Morão. Edições 70: Lisboa, 2004.

KAPLAN, L. **Springtime for realism**. The New Republic, 2004. Washington D.C.

KAPLAN, L; KRISTOL, W. **The War Over Iraq**. Encounter Books: São Francisco, 2003.

KEOHANE, R. Theory of World Politics: Structural Realism and Beyond. in: **Neorealism and Its Critics**. Columbia University Press: Nova Iorque, 1986.

KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and Interdependence**. Harvard University Press: Boston, 1989.

KIRKPATRICK, J. Neoconservatism as a response to conterculture. **The neocon reader**. Grove Press, 2004. pp. 233-240.

KISSINGER, H. **Diplomacy**. Touchstone: Nova Iorque, 1994.

KISSINGER, H. **Diplomacia**. Tradução: Ana Simões e outros. Gradiva: Lisboa, 1996.

_____. Between the old left and the new right. **Foreign Affairs**. Council of Foreign Relations, 1999a, vol.78, ed.3.

_____. **Years of renewal**. Touchstone: Nova Iorque, 1999b.

KRAUTHAMMER, C. Why the US should bail out of the UN. **The New Republic**. Washington, D.C., 1987.

_____. The conservative crackup. The Washington Post, 1989, pp.A27. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/1989/09/22/the-conservative-crackup/3003b2ef-2a9b-4e28-b695-98fa4edbf7b5/>

_____. The unipolar moment. **Foreign Affairs** – America and the world. Council on Foreign Relations, 1990. vol.70, ed.1, pp. 23-33.

_____. The New Unilateralism. The Washington Post. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2001/06/08/the-new-unilateralism/20dcb60e-e8af-4a87-837c-e4cf85e96756/>. Data de acesso: 16/06/2021.

_____. The unipolar moment revisited. The National Interest. 2002.

_____. A new type of realism. The National Interest, 2003

_____. American Unilateralism. Disponível em: <https://imprimis.hillsdale.edu/american-unilateralism/>. 2003a. Data de acesso: 24/03/2021.

_____. Iraq: what lies ahead. Palestra no evento promovido pelo American Enterprise Institute. 2003b. Disponível em: <https://www.aei.org/events/filter.,eventID.274/transcript.asp>. Data de acesso: 12/03/2021.

_____. **Democratic realism: an American foreign policy for a unipolar world**. The AEI Press: Washington D.C., 2004.

_____. The Neoconservative Convergence. Commentary. Disponível em: <https://www.commentarymagazine.com/articles/charles-krauthammer/the-neoconservative-convergence/>. 2005. Data de acesso: 19/03/2021.

KRISTOL, I. What the Nazi Autopsies Show: The Totalitarian Myth and the Nihilistic Reality. Commentary, 1948. vol. 6, ed. 3.

_____. **Reflections of a Neoconservative: Looking Back, Looking Ahead**. Basic Books: Nova Iorque, 1983.

_____. Foreign Policy in an Age of Ideology. The National Interest. 1985. Ed.1.

_____. Global unilateralism and entangling alliances. New York: Wall Street Journal, 1986. Disponível em <https://contemporarythinkers.org/irving-kristol/essay/global-unilateralism-and-entangling-alliances/>.

_____. (1993). The coming conservative century. Wall Street Journal, 1993. Disponível em <https://contemporarythinkers.org/irving-kristol/essay/the-coming-conservative-century/>

_____. My Cold War. The National Interest, 1994, vol. 31.

_____. Neoconservatism: the autobiography of an idea. Free Press, 1995.

_____. A Post-Wilsonian Foreign Policy. New York, 1996. Disponível em: <https://www.aei.org/articles/a-post-wilsonian-foreign-policy/>. Data de acesso: 26/01/2021.

_____. The Emerging American Imperium. 1997. Disponível em: <https://www.aei.org/articles/the-emerging-american-imperium/>. Data de acesso: 29/01/2021.

_____. **Neoconservadorismo: autobiografia de uma ideia**. Tradução: Victor Antunes. Bertrand Editora: Lisboa, 2003.

_____. The neoconservative persuasion: What it was, and What it is. in: KRISTOL, I. **Neoconservatism**. Atlantic Books: Londres, 2004. pp.33-37.

_____. Forty good years. The Public Interest, 2005. Washington, DC.

_____. The Right Stuff. in: KRISTOL, I. **The Neoconservative Persuasion: Selected Essays, 1942-2009**. Basic Books: Nova Iorque, 2011a.

_____. International Law and International Lies. in: **The Neoconservative Persuasion: Selected Essays, 1942-2009**. Basic Books: Nova Iorque, 2011b.

KRISTOL, W.; KAGAN, R. National Interest and Global Responsibility. in: KRISTOL, I. **Neoconservatism**. Atlantic Books: Londres, 2004.

LACLAU, E. **Misticismo, retórica y política**. Fondo de Cultura Económica: Buenos Aires, 2002.

LAYNE, C. The Unipolar Ilusion: Why New Great Powers Will Rise. **International Security**, 1993, vol.17, ed.4.

_____. From Preponderance to Offshore Balancing: America's Future Grand Strategy. **International Security**, 1997, vol.22, ed.1.

_____. Rethinking American Grand Strategy: Hegemony or Balance of Power in the Twenty-First Century. **World Policy Journal**, 1998, vol.15, ed.2.

_____. Kant or Cant: the myth of democratic peace. in: BROWN et alli. **Theories of war and peace**: The MIT Press: Massachussets, 2000. pp.176-220.

_____. **The Peace of Illusions: American Grand Strategy from 1940 to the Present**. Cornell University Press: Londres, 2006.

LEDEEN, M. A republican contract with the world. The Weekly Standard. News America Incorporated, 1996, vol. 1, n. 34.

LEFFLER, M. 9/11 and the Past and Future of American Foreign Policy. *International Affairs*, 2003, vol.79, ed.5.

LEFFLER, M. National Security. in: LEFFLER, M. et ali. **Explaining the history of American foreign policy**. Cambridge University Press: Cambridge, 2004.

LINDAY, J. M. George W. Bush, Barack Obama and the future of US Global leadership. **International Affairs**, 2011, vol.87, ed.4.

LOCKE, J. **Dois Tratados sobre o Governo**. Tradução: Júlio Fischer. Martins Fontes: São Paulo, 2001.

LOPES, J. A. A. **Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais**. Universidade Católica do Porto: Porto, 1999.

LOWRY, R. Reaganism v. Neoreaganism. *The National Interest*. New York: The Nixon Center, 2005, ed.79.

LUNDESTAD, G. Uniquess and Pendulum Swings in US Foreign Policy. **International Affairs**, 1986, vol. 63, ed.3.

MANDELBAUM, M. **As Ideias Que Conquistaram o Mundo: Paz, Democracia e Livre Iniciativa**. Tradução: Jussara Simões. Editora Campus: Rio de Janeiro, 2003.

MANN, J. **Rise of the Vulcans: The History of Bush's War Cabinet**. London: Penguin Books: Londres, 2004.

- MANSBACH, R.; RHODES, E. The National State and Identity Politics: State Institutionalisation and “Markers” of National Identity. **Geopolitics**, 2007, vol. 12, ed. 3, pp. 426-458.
- MCCRISKEN, T. Exceptionalism. Em: HASTEDT, G. **Encyclopedia of American Foreign Policy**. Charles Scribener’s: Nova Iorque, 2002. vol 2, ed.2.
- MCDUGALL, W. **Promise Land, Crusader State: The American Encounter with the World since 1776**. Houghton Mifflin: Boston, 1997.
- MEAD, W. R. **Special Providence: American Foreign Policy and How It Changed the World**. Alfred A. Knopf: Nova Iorque, 2003.
- MEARSHEIMER, J. **Liddell Hart and The Weight of History**. Cornell University Press: Ithaca, 1998.
- MEARSHEIMER, J. **Hans Morgenthau and the Iraq War: realism versus neoconservatism**. 2005. Disponível em: https://www.opendemocracy.net/en/morgenthau_2522jsp/. Data de acesso: 11/05/2021.
- MEARSHEIMER, J. **Imperial by Design**. 2010. Disponível em: <https://nationalinterest.org/article/imperial-by-design-4576>. Data de acesso: 01/02/2021.
- MEARSHEIMER, J.; WALT, S. An Unnecessary War. **Foreign Policy**, 2003.
- MENDES, E. **Política e Religião no Pensamento Filosófico de Leo Strauss**. Dissertação. UFPE, 2015.
- MILLER, T.; JOHNSON, T. H. **The Puritans**. Volume I and II, edição revisada. Harper Tochbooks: Nova Iorque, 1963.
- MONTEN, J. The Roots of the Bush Doctrine: Power, Nationalism, and Democracy Promotion in U.S. Strategy. **International Security**, 2005, vol.29.
- MORGENTHAU, H. **Politics Among Nations: the Struggle for Power and Peace**. Alfred Knopf: Nova Iorque, 1978.
- MUNRO, R. H. China: the challenge of a rising power. in: KAGAN, R., KRISTOL, I. **Present dangers: crisis and opportunity in American foreign and defense policy**. Encounter Books: São Francisco, 2000. pp. 47-73.

- MURAVCHIK, J. The Past, Present, and Future of Neoconservatism. *Commentary*, 2007. Disponível em: <https://www.aei.org/articles/the-past-present-and-future-of-neoconservatism/>. Data de acesso: 20/04/2021.
- MURAVCHIK, J.; WALT, S. The Neocons vs The Realists. *The National Interest*, 2008.
- NAU, H. No enemies on the right. *The National Interest*, 2004, ed.78, pp.19-28.
- NISBET, R. **O conservadorismo**. Editorial Estampa: Lisboa, 1987.
- OWEN, J. M. How liberalism produces democratic peace. in: BROWN, C. et ali. **Theories of war and peace**. The MIT Press: Massachussets, 2000. pp.137-175.
- PERKINS, B. **The Creation of a Republic Empire, 1776-1865**. Cambridge University Press: Cambridge, 1993. vol 1.
- PERLE, R.. Iraq: Saddam unbound. in: KAGAN, R., KRISTOL, I. **Present dangers: crisis and opportunity in American foreign and defense policy**. Encounter Books: São Francisco, 2000. pp. 99-110.
- PERLE, R. Is the UN the only institution that can legitimize force? **New Perspectives Quarterly**. 2003, vol.20, ed.1.
- PFUFF, W. The question of hegemony. **Foreign Affairs**, 2001, vol.80, ed.1.
- PLATTNER, M. F. Entrevista com o autor. in: PLATTNER, M. F. **O Neoconservadorismo e a Política Externa Norte-Americana**. Lisboa: Chiado Editora: Lisboa, 2012.
- PODHORETZ, N. **Making It**. Harper and Row: Nova Iorque, 1968.
- _____. Neoconservatism: an eulogy. *Commentary*, 1996. vol. 101, ed. 3, pp. 19-27.
- _____. World War IV: how it started, what it means, and why we have to win. *Commentary*, 2004, vol.118, ed.2.
- _____. **World War IV: The Long Struggle Against Islamofascism**. New York: Vintage Books: Nova Iorque, 2007.
- RAPPORT, A. Unexpected Affinities? Neoconservatism's Place in IR Theory. *Security Studies*, 2008. vol.17, ed.2.
- RATO, V. A Herança de Bush. **Relações Internacionais**, 2008, vol.19, pp.33-53.

RENSHON, S. A. The Bush Doctrine Considered in: RENSHON, S., SUEDEFELD, P. **Understanding the Bush Doctrine**. Routledge: Nova Iorque, 2007.

RESENDE, E. S. A. **Americanidade, Puritanismo e Política Externa**: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana. EdUSP: São Paulo, 2009.

RHODES, E. American Grand Strategy: The Imperial Logic of Bush's Liberal Agenda in Policy, 2003/2004, vol.19, ed.4.

RICE, C. Promoting the National Interest. **Foreign Affairs**, 2000, vol.79, ed.1.

RICE, C. Rethinking the National Interest. **Foreign Affairs**, 2008, vol.87, ed.4.

ROBIN, C. Grand designs: how 9/11 unified conservatives in pursuit of empire. The Washington Post, 2004.

RODMAN, P. W. Russia: the challenge of a failing power. KAGAN, R., KRISTOL, I. **Present dangers: crisis and opportunity in American foreign and defense policy**. Encounter Books: São Francisco, 2000. pp.75-97.

RUGGIE, J. Winning the Peace: America and World Order in the New Era. Columbia University Press: Nova Iorque, 1996.

RUMSFELD, D. Transforming the Military. **Foreign Affairs**, 2002, vol.81, ed.3.

SARFATI, G. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva: São Paulo, 2005.

SCHMIDT, B. C.; WILLIAMS, M. C. The Bush Doctrine and the Iraq War: Neoconservatives versus Realists. **Security Studies**, 2008, vol.17, ed.2.

SELDEN, Z. Neoconservatives and the American mainstream. **Policy Review**, 2004, ed.104.

SHARANSKY, N., Dermer, R. The Case for Democracy: The Power of Freedom to Overcome Tyranny and Terror. **Public Affairs**: Nova Iorque, 2004.

SLAUGHTER, A. Wilsonianism in the Twenty-First Century. in: IKENBERRY, J. et ali. **The Crisis of American Foreign Policy: Wilsonianism in the Twenty-First Century**. Princeton University Press: Princeton, 2009.

SMITH, T. National Security Liberalism and American Foreign Policy. in: IKENBERRY, J. **American Foreign Policy-theoretical essays**. New York: Longman: Nova Iorque, 2002.

SMITH, T. **A Pact with the Devil**: Washington's Bid for World Supremacy and the Betrayal of the American Promise. New York: Routledge: Nova Iorque, 2007.

STELZER, I. **Neoconservatives and Their Critics: An Introduction**. Em: KRISTOL, I. **Neoconservatism**. Atlantic Books: Londres, 2004.

STELZER, I. **The neocon reader**. Grove Press, 2004.

STRAUSS, L. **The Persecution and the Art of Writing**. Chicago: University of Chicago Press: Chicago, 1952.

STRAUSS, L. **The City and Man**. University of Chicago Press: Chicago, 1978.

STRAUSS, L. **Studies in Platonic Political Philosophy**. University of Chicago Press: Chicago, 1982.

TEIXEIRA, C. G. P.. **O Pensamento Neoconservador em Política Externa nos Estados Unidos**. Tese. São Paulo: PUC-SP, 2007a.

TEIXEIRA, C. G. P. Quatro temas fundamentais do pensamento neoconservador em política externa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2007b, vol. 50, n. 2, pp. 80-96.

TOCQUEVILLE, A. **Da Democracia na América**. Tradução: Carlos Oliveira. Estoril: Principia: Estoril, 2007.

TRILLING, D. **The Beginning of the Journey**: The Marriage of Lionel and Diana Trilling. New York: Hartcourt Brace & Company: Nova Iorque, 1993.

VAISSE, J. **Neoconservatism**: The Biography of a Movement. Harvard University Press: Massachussets, 2010a.

VAISSE, J. Why Neoconservatism Still Matters. **Foreign Policy at Brookings**, 2010b, ed.20.

VASQUEZ, J. **The Power of Power Politics**. Rutgers University Press: Rutgers, 1983.

VINIK, J. The Neoconservative Construction. **Foreign Policy**, 1988/1989

VIOTTI, P.; KAUPPI, M.. **International Relations Theory**: Realism, Pluralism and Beyond. New York: Pearson: Nova Iorque, 2011.

WALT, S. **Taming American Power**: The Global Response to U.S. Primacy. W.W. Norton: Nova Iorque, 2005.

WALT, S. Is Paul Wolfowitz for Real?. **Foreign Policy**, 2009. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2009/08/27/is-paul-wolfowitz-for-real/>. Data de acesso: 06/05/2021.

WALT, S. What intervention in Libya tells us about the neocon-liberal alliance. **Foreign Policy**, 2011. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2011/03/21/what-intervention-in-libya-tells-us-about-the-neocon-liberal-alliance/> Data de acesso: 31/05/2021.

WALTZ, K. **Man, the State, and War: A Theoretical Analysis**. Columbia University Press: Nova Iorque, 2001.

WALTZ, K. Teoria das relações internacionais. Lisboa: Gradiva: Lisboa, 2002.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. Cambridge University Press: Cambridge, 1999.

WOLFOWITZ, P. Statesmanship in the new century. KAGAN, R., KRISTOL, I. **Present dangers: crisis and opportunity in American foreign and defense policy**. Encounter Books: São Francisco, 2000. p.111-144.

WOLFOWITZ, P. Think Again: Realism. **Foreign Policy**. 2009. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2009/08/27/think-again-realism/>. Data de acesso: 11/05/2021.

WOLFSON, A. Conservatives and neoconservatives. The neocon reader, 2004. Grove Press, 2004, pp. 213-231.

WOODWARD, B. **Plan of Attack**. Simon and Schuster: Nova Iorque, 2002.